

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Leandro Rodrigues Lage

ELEMENTOS DE UMA POÉTICA JORNALÍSTICA DO ACONTECIMENTO:
Narrativas do massacre de Realengo em *Veja* e *Folha de S.Paulo*

Belo Horizonte

2013

Leandro Rodrigues Lage

ELEMENTOS DE UMA POÉTICA JORNALÍSTICA DO ACONTECIMENTO:
Narrativas do massacre de Realengo em *Veja* e *Folha de S.Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos A. de Carvalho

Belo Horizonte

2013

301.16 Lage, Leandro Rodrigues
L174e Elementos de uma poética jornalística do acontecimento [manuscrito] :
2013 narrativas do massacre de Realengo em Veja e Folha de S. Paulo / Leandro
Rodrigues Lage. – 2013.

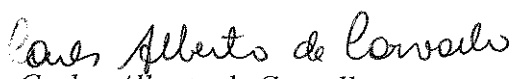
154 f.
Orientador : Carlos Alberto de Carvalho
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade
de Filosofia e Ciências.

1.Comunicação - Teses. 2. Comunicação de massa – Teses. 3.Jornalismo -
Teses. 4. Causalidade – Teses. I. Carvalho, Carlos Alberto de. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia. III. Título.

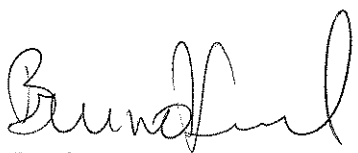
Elementos de uma poética jornalística do acontecimento: narrativas do massacre
de Realengo em *Veja* e *Folha de São Paulo*

Leandro Rodrigues Lage

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos
professores:


Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho
Orientador – FAFICH/UFMG


Prof. Dr. Mozahir Salomão Bruck
PUC-MG


Prof. Dr. Bruno Souza Leal
FAFICH/UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2013

Ao Bernardo, que mudou os meus possíveis
À Danila, que realizou, comigo, os possíveis e impossíveis

AGRADECIMENTOS

Sou grato aos meus pais, Patrícia e Nelson, por terem me ensinado a persistir e a respeitar, a acreditar e a duvidar, a ouvir e a falar, e principalmente a amar.

À Danila, minha companheira, com quem divido minha aventura. Esse trabalho é mais uma peripécia na narrativa que escrevemos juntos.

Ao Bernardo, minha inspiração, pela paciência que tem tido com esse pai ocupado. Um dia, filho, você vai entender que é por você.

Aos meus sogros, Elem e Cal, pelo abrigo de sempre, pela torcida e confiança que têm em mim.

Ao Carlos, meu orientador e amigo, pelas incontáveis lições (acadêmicas e de vida) e pela liberdade que me deu para errar e acertar.

Ao PH, com quem dividi as angústias e vitórias do mestrado, e com quem aprendi e tenho aprendido. “Meu jovem” amigo, você tornou muito prazerosa essa experiência.

Ao Bruno, um mestre que esteve sempre por perto, partilhando o que sabe e ouvindo pacientemente nossas reclamações, e dizendo: “calma, tem solução!”

Aos professores Elton, Vera e Geane, pelas disciplinas e ensinamentos que, espero, têm repercutido em meus trabalhos.

E aos professores César, André, Rousiley e Ângela, sempre solícitos e por quem tenho enorme admiração.

Aos amigos do Tramas: Bárbara, Pru, Rafa, Nuno, Heron, Flávio, Marco, Luizinha, Adriana, Diego, João, Samuca, Vitor e Marcos, pelo companheirismo e pelos instigantes debates.

Aos colegas da turma de mestrado, especialmente à Van, amiga sempre de prontidão, à Lili e ao Tiago, parceiro de projetos que dão certo, mas acabam dando enorme trabalho para nós.

À Rafa e ao povo da AIC, pela confiança.

Ao Neto, Fabrício, Caio e à Dani. E aos amigos Ricardo, Paulinha, Regiane e Bolívia. E às queridas Vanessas Costa e Lacerda.

Aos meus orientandos Amanda, Filipe e Roberta, pela paciência e confiança.

E ao professor Mozahir, por ter aceitado, prontamente e com satisfação, ler e avaliar esta dissertação.

[...] não se dirá que o elogio da narrativa reinsuflou dissimuladamente vida à pretensão do sujeito constituinte de dominar o sentido. Ao contrário, convém a todo modo de pensamento verificar a validade de seu emprego na circunscrição que lhe é atribuída, adquirindo uma medida exata dos limites de seu emprego.

Paul Ricoeur, *Tempo e Narrativa* (2010c)

RESUMO

Esta dissertação trata das narrativas jornalísticas sobre o massacre de Realengo na condição de instâncias mediadoras da experiência do acontecimento. Nesse percurso, enfrenta-se a questão da narratividade jornalística no interior dos estudos em jornalismo, tradicionalmente preocupados com dimensões formais e discursivas dessa atividade, buscando abrigo num horizonte teórico aberto pela hermenêutica narrativa ricoeuriana, de maneira a permitir observar essas narrativas em suas dimensões éticas, poéticas e estéticas. A partir da análise das coberturas da revista *Veja* e do jornal *Folha de S.Paulo* sobre aquela chacina, busca-se perceber como ocorre a dinâmica configuradora do acontecimento, o que se denomina de uma poética jornalística – em alusão à *poíesis* grega, isto é, ao trabalho poético –, principalmente no que diz respeito ao gesto explicativo intrínseco ao trabalho narrativo. Examina-se o conceito de acontecimento percorrendo diversas abordagens teóricas até o que se acredita ser o ponto de encontro entre uma filosofia pragmatista e uma perspectiva hermenêutica, o que permite superar visões construtivistas do acontecimento em favor da compreensão narrativa sem obliterar sua dimensão sensível. Percorrem-se as narrativas de *Veja* e *Folha de S.Paulo* em busca das texturas causais que permitem compreender o gesto narrativo operado por essas mídias jornalísticas, colhendo evidências de uma poética jornalística do acontecimento enquanto trabalho mediador que não apenas narra o acontecimento, mas também atua como vetor compreensivo daquela experiência.

Palavras-chave: Jornalismo. Narrativa. Acontecimento. Experiência. Causalidade.

ABSTRACT

This dissertation addresses the journalistic narratives about the massacre of Realengo as mediations of the event experience. Along the way, one faces the question of journalistic narrative within the studies in journalism, traditionally concerned with formal and discursive dimensions of this activity, seeking shelter in a theoretical horizon opened by Ricoeurian narrative hermeneutics in order to enable observe these narratives in their ethical, aesthetic and poetic dimensions. From the analysis of the coverage of *Veja* magazine and newspaper *Folha de S. Paulo* about that massacre, seeks to understand the configurational dynamic of the event, what we call a poetic of journalism - an allusion to Greek *poíesis*, ie, the poetic work - especially with regard to the explanatory gesture intrinsic to narrative work. It examines the concept of event covering various theoretical approaches to what is the meeting point between a pragmatist philosophy and a hermeneutic perspective, that allow to overcome a constructivist approach of the event in favor of narrative comprehension without obliterating its sensitive dimension. Analyzes the narratives of *Veja* and *Folha de S. Paulo* in search of causal textures that enable understand the narrative work operated by these journalism media, reaping evidence of a poetics of journalistic work as event mediator that not only narrates the event, but also acts as a understanding vector of that experience.

Keywords: Journalism. Narrative. Event. Experience. Causality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Capa de Veja de 13 de abril de 2011	86; 114
FIGURA 2 – <i>Veja</i> de 13 de abril de 2011, p. 94	88; 116
FIGURA 3 – <i>Veja</i> de 28 de dezembro de 2011, p. 102.....	91; 122
FIGURA 4 – <i>Veja</i> de 28 de dezembro de 2011, p. 103.....	91; 122
FIGURA 5 – <i>Folha de S.Paulo</i> de 8 de abril de 2011, Capa.....	93
FIGURA 6 – <i>Folha de S.Paulo</i> de 8 de abril de 2011, p. C1	95
FIGURA 7 – <i>Folha de S.Paulo</i> de 9 de abril de 2011, Capa.....	97
FIGURA 8 – <i>Folha de S.Paulo</i> de 9 de abril de 2011, p. C1	97
FIGURA 9 – <i>Folha de S.Paulo</i> de 16 de abril de 2011, Capa.....	99
FIGURA 10 – <i>Folha de S.Paulo</i> de 12 de abril de 2011, p. C5	101; 137
FIGURA 11 – <i>Folha de S.Paulo</i> de 23 de abril de 2011, C4.....	103
FIGURA 12 – <i>Veja</i> de 20 de abril de 2011, p. 94	118
FIGURA 13 – <i>Veja</i> de 20 de abril de 2011, p. 95	118
FIGURA 14 – <i>Folha de S.Paulo</i> , 8 de abril de 2011, p. C3.....	127
FIGURA 15 – <i>Folha de S.Paulo</i> , 16 de abril de 2011, p. C5.....	132
FIGURA 16 – <i>Folha de S.Paulo</i> , 10 de abril de 2011, p. C2.....	133

LISTA DE TABELA

TABELA 1 – <i>Corpus</i> analítico.....	110
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 1. CAPÍTULO I – SOBRE A DIMENSÃO NARRATIVA DO JORNALISMO	15
1.1 Trazer mais aos acontecimentos.....	15
1.1.1 À sombra da literatura e dos mitos: a forma narrativa.....	16
1.1.2 Pela via dos gêneros discursivos	22
1.1.3 A problemática da narrativa.....	26
1.2 Para além do “contar histórias...”. Contribuições da hermenêutica narrativa	30
1.2.1 A mise en intrigue e a mimesis.....	32
1.2.2 O círculo hermenêutico: narração e comunicação.....	36
1.3 Elementos de uma poética jornalística. Poética? Jornalística?	42
1.3.1 Narrativa jornalística e textura causal	46
 2. CAPÍTULO II - EM TORNO DO ACONTECIMENTO	52
2.1 Perspectivas substancializantes do acontecimento	53
2.2 Perspectivas “construtivistas”	59
2.3 A factualização do acontecimento	63
2.4 A experiência dos acontecimentos.....	69
2.5 Acontecimento e mediação narrativa	75
2.6 Massacre de Realengo como acontecimento	79
 3. CAPÍTULO III – O MASSACRE NARRADO	83
3.1 Veja e o monstro.....	85
3.2 Folha e a tragédia	93
3.3 Uma síntese problemática.....	104
 4. CAPÍTULO IV – NARRATIVAS DO MASSACRE E TEXTURAS CAUSAIS	108
4.1 Recorte do corpus	109
4.2 Operadores analíticos.....	111

4.3 Texturas causais em <i>Veja</i>	114
4.3.1 <i>Sequência causal</i>	114
4.3.2 <i>Imputação causal</i>	119
4.3.3 <i>Causalidade impedida</i>	123
4.3.4 <i>A monstrosidade inequívoca</i>	125
4.4 As texturas causais de <i>Folha</i>	126
4.4.1 <i>Sequência causal</i>	126
4.4.2 <i>Imputação causal</i>	132
4.4.3 <i>Causalidade impedida</i>	138
4.4.4 <i>Explicações em conflito</i>	139
 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 141
 REFERÊNCIAS	 147

INTRODUÇÃO

A manhã da quinta-feira 7 de abril de 2011 ainda não havia terminado quando o noticiário televisivo trazia os primeiros relatos do crime que ficou conhecido como massacre de Realengo. Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, voltou ao colégio portando dois revólveres e atirou contra os alunos, atingindo fatalmente 12 deles, com idade entre 12 e 14 anos. Um tiro desferido por um sargento da Polícia Militar conteve Wellington, que cometeu suicídio em seguida.

Nos dias subsequentes ao assassinio, as tentativas de explicá-lo tomaram conta do noticiário: “o assassino buscava notoriedade”, “Wellington reagia ao *bullying*”, “o jovem tinha complicações psiquiátricas”, “era um fanático religioso” etc. Teriam as motivações de Wellington Menezes de Oliveira morrido com ele após o assassinio?

Independentemente da resposta à indagação acima, o massacre de Realengo foi contado pelas mídias jornalísticas à exaustão. Ao acontecimento foram dadas explicações das mais diversas, numa tentativa de reduzir suas indeterminações, de desfazer a nuvem de incertezas que cobria o assassinato e seu protagonista. É parte desse conjunto de relatos sobre o acontecimento de Realengo que constitui nosso problema de pesquisa, como lugar de observação para questões relativas à narratividade jornalística e a uma configuração do acontecimento.

O trabalho ora desenvolvido busca compreender o que estamos chamando de poética jornalística do acontecimento; propomos, nesse sentido, uma investigação dos parâmetros narrativos configuradores dos quais o jornalismo lança mão para lidar com as indeterminações do acontecimento, naquilo que esse gesto tem a revelar sobre a maneira com que as narrativas jornalísticas atuam como mediadoras dos acontecimentos que intervêm na experiência, inscrevendo-lhes em tramas causais. Para tanto, elegemos o massacre de Realengo como esse acontecimento que ainda mantém enorme poder de nos afetar e evidencia um persistente grau de indeterminação.

Considerando que a mídia noticiosa – especialmente a chamada grande imprensa – tem um papel decisivo tanto para essa disseminação maciça e massiva do acontecimento quanto para a configuração desses fenômenos, elegemos a revista *Veja* e o jornal *Folha de S.Paulo* nossos lugares de observação para a problemática apresentada, no intuito, não estritamente comparativo, mas principalmente de explorar a diversidade de configurações narrativas trazida por um objeto duplo.

Veja e Folha de S.Paulo são duas das maiores mídias jornalísticas brasileiras, tanto em termos de vendagem quanto pelo alcance territorial que têm. Esses periódicos são considerados “mídias de referência”, no sentido em que pautam e oferecem parâmetros profissionais que orientam e referenciam o trabalho de outras mídias jornalísticas. Assim, apresentaram-se como interessantes lugares para observarmos o fenômeno de nosso interesse, em busca de recorrências que nos permitam perceber elementos da poética jornalística do acontecimento.

Este trabalho parte, basicamente, de duas grandes inquietações. Primeiramente, do problema da dimensão narrativa do jornalismo. Ainda são bastante pontuais, embora crescentes, os esforços teóricos voltados à exploração do jornalismo pelo viés das narrativas. O próprio termo “narrativa jornalística” é recente, e vem substituindo o de “relato noticioso”, que por muito vigorou nas teorias do jornalismo. Trata-se de reconhecer as qualidades narrativas da atividade jornalística, mas não somente a partir de evidências estruturais, e sim empreender um entendimento processual dessa instância narrativa.

A segunda problemática diz respeito ao acontecimento, em suas dimensões fenomênicas e narrativas. Os aportes teóricos sobre essa noção via de regra radicalizam ou para o lado do construtivismo midiático, tendendo a observar os acontecimentos como produtos exclusivos do trabalho midiático, ou para o lado da substancialização, reificando o acontecimento como um ente aí, um dado à espera de narração e sujeito às mais diversas e “perversas” estratégias narrativas do jornalismo.

É na confluência dessas duas problemáticas, amarradas pelas narrativas jornalísticas do massacre de Realengo e do modo como tecem esquemas causais para explicá-lo, que situamos nosso trabalho, com a discreta pretensão de ampliar a discussão e talvez oferecer novos aportes e questionamentos acerca de uma poética jornalística do acontecimento e suas consequências para a experiência.

Nosso primeiro capítulo introduz a discussão acerca da dimensão narrativa do jornalismo, revisando alguns pressupostos teóricos que ainda norteiam os estudos voltados a essa problemática. A discussão é conduzida em direção à abordagem hermenêutica de P. Ricoeur, numa tentativa de complexificar o problema da narrativa jornalística, considerando suas dimensões éticas, poéticas e estéticas.

Em seguida, discorreremos sobre o conceito de acontecimento atravessando perspectivas da Comunicação, bem como da sociologia, filosofia e mesmo da historiografia. Nosso argumento segue em direção ao encontro das abordagens pragmatista, especialmente com base nos pressupostos filosóficos de J. Dewey, e hermenêutica, novamente esteados em P.

Ricoeur, a quem devemos reconhecer um lugar na fenomenologia. É com base nesse encontro que acreditamos ser possível empreender uma abordagem teórica do acontecimento sem incorrer em radicalismos e deixando aberturas para uma observação empírica.

Nosso terceiro capítulo se propõe a ser uma “narrativa da narrativa”, empreendendo um mapeamento de nossos lugares de observação. Opera-se, ali, um reconhecimento das narrativas de *Veja* e *Folha de S.Paulo*, e a percepção do modo como se desenha a problemática das relações causais desenhadas por aqueles relatos. Trata-se de um esforço intuitivo preliminar à observação analítica, orientada por operadores analíticos e voltada a perceber e compreender os esquemas causais.

No quarto e último capítulo, procuramos submeter as narrativas de *Veja* e *Folha de S.Paulo* a nosso escrutínio em busca das texturas causais intrínsecas à atividade narrativa, no intuito de compreender os elementos e processos constituidores de uma poética jornalística do acontecimento. Observamos, basicamente, três gestos: a constituição de sequências causais, a tessitura de percursos causais à maneira de uma imputação causal e o reconhecimento da impossibilidade de estabelecimento de uma relação causal absoluta e inequívoca.

Ao final desse percurso, nossa expectativa é de que a exploração dessas problemáticas nos permitirá melhor compreender a narratividade jornalística dos acontecimentos enquanto processo de grande relevância para a organização de nossas experiências, principalmente naquilo que diz respeito à inscrição do acontecimento em texturas causais que o conformam e explicam.

CAPÍTULO I

SOBRE A DIMENSÃO NARRATIVA DO JORNALISMO

A abordagem do jornalismo pelo viés das narrativas requer o enfrentamento e a superação de pelo menos dois obstáculos. O primeiro deriva do próprio campo profissional, onde os jornalistas costumam, paradoxalmente, negar a qualidade narrativa de seus relatos e tratá-los apenas como “registros do real” – sem problematizar a própria noção de real como algo fixo e pré-existente. A exceção é aberta às reportagens, “casos à parte” em que seria permitida uma postura narrativa por parte daqueles que reportam. E, mesmo assim, com a ressalva de que, a despeito das liberdades narrativas, a história está sempre a serviço dos imperativos da objetividade e veracidade. O segundo constrangimento advém de alguns teóricos da narratividade, para os quais é difícil conceber parte do trabalho jornalístico como um labor narrativo, e suas histórias como legítimas narrativas.

É certo que uma pesquisa consagrada a discutir e desvelar *Elementos de uma poética jornalística do acontecimento* toma a dimensão narrativa do jornalismo como pressuposto, mas não necessariamente indiscutível. O que buscamos, neste primeiro capítulo, é precisamente pôr essa questão em pauta, tanto no sentido de recolher pistas acerca do estado da arte do problema da narrativa nos estudos em jornalismo quanto no de demarcar o que acreditamos serem contribuições representativas – e ainda pouco exploradas – da hermenêutica narrativa, em especial da fenomenologia-hermenêutica de Paul Ricoeur. Seguindo esse percurso, esperamos não apenas contornar, mas em alguma medida oferecer contribuições para a superação dos obstáculos epistemológicos impostos a uma abordagem narrativa do jornalismo.

1.1 Trazer mais aos acontecimentos

Onde está a força narrativa do jornalismo? O que dizem as teorias?

Os estudos em jornalismo passaram a se preocupar mais expressivamente com uma abordagem narrativa a partir da década de 1980 (BIRD; DARDENNE, 2009). Antes disso, as questões sobre a dimensão narrativa do trabalho jornalístico apareciam episodicamente nos relatos de jornalistas sobre experiências profissionais. É conhecido o ensaio em que o historiador R. Darnton (1975) ironiza o trabalho de correspondentes estrangeiros, que, naquele contexto, raramente falam a língua nativa dos países em que trabalham: “[...] esse

handicap não lhes dói, se eles têm um faro para a notícia, eles não precisam de língua ou ouvidos; eles trazem mais para os acontecimentos que cobrem do que levam deles” (DARNTON, 1975, p. 192, tradução nossa)¹. Tomar os relatos jornalísticos como narrativas enfrenta, desde cedo, a desconfiança de que, ao narrar, “traz-se mais para os acontecimentos” do que o que efetivamente lhes pertence.

Além de a narratividade ter demorado a se constituir como problema no âmbito dos estudos sobre jornalismo, a narração, por seu parentesco com a fabulação, é geralmente colocada no lado oposto aos valores canônicos do jornalismo, que interpõem uma rígida divisão entre “fatos” e “histórias”. Não é à toa que as abordagens narrativas do jornalismo buscaram esteio primeiramente na literatura e nos mitos para explicar essa dimensão do trabalho. Embora as pesquisas dessa área tenham superado, em certa medida, a recusa precoce à narração, mostraremos na próxima seção alguns resquícios dessa abordagem das narrativas jornalísticas pelo que trazem de exterior aos acontecimentos; e a dificuldade, não apenas das pesquisas, mas colocadas pelo próprio fenômeno estudado, a respeito da definição de uma dimensão narrativa do jornalismo.

1.1.1 À sombra da literatura e dos mitos: a forma narrativa

Gaye Tuchman (1993b), uma das autoras mais lidas e citadas nos estudos em jornalismo, escreveu um pequeno texto, publicado em 1976, com o título *Contando estórias*, em que sai em defesa da dimensão narrativa do jornalismo por um viés bastante específico: o de seu parentesco com o fazer literário. “Os relatos de acontecimentos noticiosos são ‘estórias’² – nem mais nem menos. Como Robert Park (1925) afirmou há várias décadas, a notícia de jornal é uma forma de literatura popular” (TUCHMAN, 1993b, p. 258). Nos termos da autora, lidar com fatos e contar histórias não devem ser consideradas atividades contraditórias. O gesto jornalístico de tecer narrativas é entendido por Tuchman (1993b) à

¹ [...] that handicap does not hurt them because, if they have a nose for news, they do not need a tongue or ears; they bring more to the events they cover than they take away from them.

² O termo “estória” corresponde à tradução direta do inglês para *story*, palavra cuja carga semântica remete às ideias de relato, narrativa, enredo, diferentemente de *history*, que, em língua inglesa é mais comumente relacionada ao sentido histórico e historiográfico. Em que pese a utilização do termo “estória” por alguns autores de língua portuguesa, em especial por Traquina (1993a, p. 251), para quem “as notícias como ‘estórias’ constituem uma construção que sublinha a importância do factor cultural”, optamos pela utilização do termo história, o qual, no Brasil, parece-nos adequado também às ideias de relato, narrativa, trama e enredo, nas quais acreditamos estar fundamentada uma conceituação de narrativas jornalísticas – mantendo, inclusive, o aspecto cultural de que fala o autor lusitano. Ademais, o termo “estória”, aquém-mar, mantém uma relação semântica com narrativas populares e tradicionais, com raiz numa tradição oral, o que nos parece tornar o termo teoricamente menos preciso em comparação à noção de “história”. Citações diretas serão exceção.

maneira da atividade literária, com a ressalva de que obedece a constrangimentos profissionais e organizacionais distintos. É nesse aspecto – o de contar histórias – que residiria o caráter narrativo dos relatos jornalísticos e, mais especificamente, dos noticiosos.

As narrativas noticiosas ou *news stories* surgem para Tuchman (1993b) como um “produto profissional”. Na esteira de E. Goffman, a autora se utiliza do conceito de *frame* para compreender os princípios de organização que regulam a produção noticiosa, ou seja, formas de narrar próprias de uma instância profissional que são aprendidas e postas em funcionamento. Nessa perspectiva, os jornalistas observariam a realidade cotidiana “em termos do produto que vão fabricar – a estória” (TUCHMAN, 1993b, p. 260). Embora o caráter narrativo do trabalho jornalístico já apareça, nesse sentido, como mediação do fazer profissional, a narrativa jornalística ainda é entendida como resultado dessa atividade. Um resultado delimitado e reconhecível: as “estórias”. A abordagem do jornalismo pela narrativa continua, assim, a merecer um nível problematizador em que essas histórias assumem implicações éticas, textuais e estéticas para além do contar como um processo linear no qual a narrativa é apenas o desfecho, o produto final.

O ensaio de Tuchman (1993b), não apenas pelo escopo despretensioso, mas pelo tamanho reduzido, deixa abertas questões de difícil solução, mas que nos ajudarão a avançar em nossa argumentação. Por exemplo: se a distinção entre as narrativas noticiosas e narrativas literárias reside nos constrangimentos a que são submetidas, o que faz com que narrativas jornalísticas recebam, em outro contexto histórico, um valor literário – ou vice-versa, nos casos em que escritores assumem suas obras como literárias, mesmo quando partilham ou se adequam perfeitamente aos valores e normas jornalísticos? Diante da ressalva de que a afirmação das notícias como estórias não implica um rebaixamento das primeiras ou uma acusação de serem fictícias (“nem mais nem menos”), como definir com maior precisão o significado do conceito de “estória” dada sua importância para a compreensão da dimensão narrativa do trabalho jornalístico? Em que medida as características formais das “estórias” dão conta de pensar o jornalismo em sua atividade narrativa ancorada culturalmente e aberta às mais variadas possibilidades de sentido?

O caráter formal é preponderante nos primeiros estudos em jornalismo com ênfase na dimensão narrativa. Schudson (1993) escreveu um importante trabalho sobre as convenções narrativas a que estão submetidos os jornalistas. A existência de formas mais ou menos rígidas às quais esses profissionais podem se apegar é, para o autor, um elemento definidor da dimensão narrativa da atividade jornalística:

Eu sugiro que o poder dos *media* está não apenas (e nem sequer primariamente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem. As notícias num jornal ou na televisão têm uma relação com o “mundo real”, não só no conteúdo mas na forma; isto é, no modo como o mundo é incorporado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas, sendo então transfigurado, deixando de ser um tema de discussão para se tornar uma premissa de qualquer possível conversa. (SCHUDSON, 1993, p. 279)

Trata-se de considerar que nossa experiência cotidiana é, ela própria, vivida a partir de convenções narrativas culturalmente instituídas, em que o que está em jogo é não apenas *o que se conta*, mas *como se conta* e em quais *circunstâncias*. Desse modo, os relatos noticiosos estariam encaixados em convenções narrativas, à maneira de modelos amplamente reconhecíveis a partir dos quais é determinado o que é consonante e dissonante com os valores culturais em vigência. “As convenções ajudam a tornar as mensagens legíveis. [...] A sua função é menos aumentar ou diminuir o valor da verdade que as mensagens transmitem do que dar forma e limitar o campo dos tipos de verdades que podem ser ditas” (SCHUDSON, 1993, p. 280). Para o autor, as convenções narrativas são responsáveis inclusive pela dissociação entre modalidades narrativas, livrando as notícias de serem apressada e imprecisamente acusadas de serem ficcionais por possuírem propriedades narrativas.

O peso da forma na argumentação de Schudson (1993) é tão significativo que a ideia de convenção adquire um caráter normativo e autoritário, evidenciando relações de poder, controle e mesmo perda da autonomia dos jornalistas. Para o autor, as formas narrativas têm um poder tão “extraordinário” que definem as regras a serem seguidas por aqueles que “querem ser profissionais respeitados”. As formas ou convenções narrativas dariam, assim, uma espécie de unidade ao trabalho jornalístico, estabelecendo um cânone profissional e, ao mesmo tempo, textual que é incorporado culturalmente pelo público leitor, ainda que nem sempre seja percebido ou legitimado. Apesar da compreensão acerca do caldo cultural de onde emergiriam as narrativas jornalísticas – e que ajudariam a constituir –, essa perspectiva mantém a preocupação no que Albuquerque (2000, p. 7) chama de “autoridade narrativa dos jornalistas”.

O cerne da discussão sobre as convenções narrativas, diz Albuquerque (2000), reside não apenas nas formas pelas quais os jornalistas nos relatam os acontecimentos do mundo, mas na demarcação da relevância política da atividade jornalística na “descrição da realidade”. Desse modo, a dimensão narrativa ainda vem a reboque da questão acerca da

legitimação do trabalho jornalístico, ficando restrita à exploração da evolução das formas de narrar próprias do regime jornalístico.

Em trabalho mais recente, Schudson (2003) retoma a abordagem das narrativas jornalísticas com uma contribuição para o entendimento da ideia de *story* a partir de uma base implicitamente aristotélica sobre o agenciamento dos acontecimentos numa história:

Uma lista de fatos, ainda que uma lista cronologicamente organizada, não é uma estória ou uma estória noticiosa. De uma lista ou crônica, o escritor deve construir uma narrativa, cuja compreensão requer que um leitor ou espectador reconheça não uma soma de fatos, mas as relações entre eles. Para que isso aconteça, a estória noticiosa deve ser reconhecível como um certo tipo de estória noticiosa: regular ou destaque, esporte ou política, notícias de interesse humano ou notícias de última hora. Implícita ou explicitamente, o escritor aprende a adequar os fatos a uma forma e formato no qual suas relações vão fazer sentido. (SCHUDSON, 2003, p. 177)³

Schudson (2003) ajuda a introduzir nos estudos em jornalismo uma preocupação mais específica para com a história, com o enredo que caracteriza a narrativa. Para que haja história, não bastam acontecimentos dispersos ou cronologicamente organizados. É preciso que, juntos, eles componham uma *news story* reconhecível como tal.

Se, por um lado, o autor avança na compreensão da ideia de composição de uma história, fica mantida a preocupação com os elementos formais como itens definidores da narrativa jornalística – usamos narrativa jornalística, por ora, por nossa conta e risco, pois o termo mais comum entre os autores até então citados é o de “estória noticiosa”, com todo o habitual privilégio às notícias como lugar de observação do jornalismo.

Nos estudos em que as narrativas jornalísticas são comparadas aos mitos, o elemento formal começa a ceder lugar a uma preocupação semântica, isto é, com a literalidade dos relatos jornalísticos – literalidade, e não literariedade dessas narrativas. É conhecido o trabalho de Bird e Dardenne (1993) sobre as “qualidades narrativas das notícias”, em que os autores defendem uma proximidade dos relatos jornalísticos com as narrativas mitológicas, sugerindo a impossibilidade de que o gesto narrativo dê conta de transpor a experiência prática, de “contar as coisas como elas são”:

Os leitores não só consomem as notícias como um reflexo da realidade, mas como um texto simbólico que define o assassinio como mais digno de nota do que os roubos de carros. As notícias, como os mitos, não “contam as coisas como elas são”, mas “contam as coisas segundo o seu significado”. Assim, as notícias são um tipo

³ A list of facts, even a chronologically ordered list, is not a story and not a news story. From a list or chronicle, the writer must construct a tale, one whose understanding requires a reader or viewer to recognize not the sum of facts but the relationships among them. For this to happen, the news story must be recognizable as a certain kind of news story: straight or feature, sports or politics, human interest news or breaking news. Implicitly or explicitly, the writer learns to tailor the facts to a form and format in which their relationships will come to make sense.

particular de narrativa mitológica com os seus próprios códigos simbólicos que são reconhecidos pelo seu público. Sabemos quando lemos ou ouvimos uma notícia, que estamos numa “situação narrativa” particular (Barthes, 1982) que exige um tipo específico de posição para ser compreendido. (BIRD; DARDENNE, 1993, p. 267)

A abordagem das narrativas pelo viés antropológico é, para os autores, um movimento revelador dos valores culturais, e não apenas profissionais, que atravessam o fazer jornalístico em sua dimensão narrativa. Para Bird e Dardenne (1993), as formas narrativas são insuficientes para a compreensão das qualidades narrativas das notícias. É preciso considerar, em primeiro lugar, o caráter simbólico dessas histórias, das quais não se pode cobrar uma correspondência objetiva ao mundo prático porque seriam atos de linguagem significantes e, portanto, mediados culturalmente. “[...] Os jornalistas, como elementos de uma cultura particular, estão sujeitos à “gramática da cultura” (Colby, 1975), que define as regras de construção narrativa, uma descoberta que altera a noção de uma transposição “objectiva” da realidade” (BIRD; DARDENNE, 1993, p. 271).

Entende-se, nessa mesma linha argumentativa, que as propriedades narrativas das notícias não lhes são imanescentes, mas componentes desse terreno cultural instituidor e classificador de narrativas, que, por sua vez, não surgem de maneira independente das “situações narrativas”, isto é, da experiência de leitura e interpretação dessas narrativas como tais. O que merece atenção, para Bird e Dardenne (1993), é o fato de que os jornalistas, ao contarem histórias, “encaixam” os acontecimentos em categorias culturais novas ou pré-existentes, fazendo delas partes de uma composição, de uma totalidade passível de ser acompanhada em leitura e reconhecida como um relato noticioso. A referencialidade deixa de ser a questão principal em favor do próprio ato de contar histórias em seu sentido cultural, social e, portanto, ideológico. Em substituição às antigas preocupações relativas aos *news bias* (às tendências noticiosas), ainda fundamentadas numa pretensão à neutralidade e objetividade, passa a importar, por exemplo, uma questão como: “de quem são as ‘estórias’ que se contam?” (BIRD; DARDENNE, 1993, p. 273).

Apesar de mantida nos termos anteriores, a similitude entre notícias e mitos recebe uma nova abordagem por parte desses autores duas décadas depois. Para Bird e Dardenne (2009), como os mitos, as notícias confortam porque proveem explicações sobre o mundo e, principalmente, porque nos dão um “senso de controle”. “Os mesmos impulsos que levaram os xamãs a explicar acontecimentos e as pessoas a precisar dessas histórias guiam os jornalistas e suas audiências hoje. No sentido de que o mito conforta, a notícia também conforta, e proporciona um senso de controle” (BIRD; DARDENNE, 2009, p. 206, tradução

nossa)⁴. É porque ambas as modalidades nos fornecem modos de compreensão do mundo que podemos pensar tanto nos mitos quanto nas notícias como narrativas, isto é, como evidências sobre as maneiras pelas quais os jornalistas nos contam experiências, mas também a respeito da forma com que uma sociedade partilha, através dessas narrativas, esses modos de compreensão.

É notável o fato de que a abordagem de Bird e Dardenne (1993; 2009) transpõe a problemática da narrativa jornalística a um outro nível de complexidade, que nos permite, entre outros movimentos, pensar a dimensão narrativa da atividade jornalística não mais de forma autônoma. Para além *daquilo que* os relatos noticiosos dizem sobre os acontecimentos “reais”, e de *como* o fazem, começa a fazer questão a própria atividade narrativa, o próprio *narrar*; começa a valer a constatação, não sem consequências, de que o jornalismo conta histórias porque incorpora parte de nosso impulso humano e social de tecer relatos para tornar nossas experiências compreensíveis e comunicáveis. Embora elementar, essa abordagem é posterior à preocupação com as estratégias jornalísticas de objetividade e talvez ainda não ocupe, como esta, o centro das preocupações nos estudos em jornalismo.

Em que pesem os aprofundamentos antropológicos dessa abordagem, é necessário apontar suas limitações em relação à exploração da força narrativa do jornalismo.

A primeira e talvez mais evidente delas - pois também se aplica às perspectivas anteriores - é a já citada preponderância das notícias como objeto por excelência das preocupações com a narrativa jornalística, ou melhor, com os relatos noticiosos. Obviamente, essa prevalência da notícia não é um privilégio desse conjunto de estudos voltados às narrativas jornalísticas, mas traz consequências específicas nesse âmbito, tais como a ideia de que o caráter narrativo do jornalismo diz respeito a um conjunto restrito de modalidades textuais - ou gêneros discursivos, como discutiremos na próxima seção. Essa perspectiva acaba por restringir um horizonte vastíssimo de possibilidades narrativas abertas pelo jornalismo, em toda sua heterogeneidade de configurações textuais - trata-se do problema comum aos estudos que privilegiam a reportagem como esse âmbito eminentemente narrativo do jornalismo (SODRÉ; FERRARI, 1986); ou dos que ressaltam o chamado *new journalism* nesses mesmos termos.

Também permanece em aberto, nas abordagens de Bird e Dardenne (1993; 2009), o cerne da questão sobre a força narrativa do jornalismo. Embora o cotejamento dos relatos

⁴ The same impulses that drove the shaman to create stories to explain events, and people to need such stories, drive journalists and their audiences today. In the sense that myth comforts, news also comforts, and provides a sense of control.

jornalísticos com os mitos ressalte essas narrativas como um lugar social de partilhamento de modos de compreensão sobre o mundo, permanece uma espécie de substrato formal relativo a categorias culturais nas quais os acontecimentos seriam encaixados para serem representados. Ainda vista somente à maneira de relatos de experiências – mesmo que social e culturalmente firmados –, a circularidade cultural e comunicativa da narrativa jornalística continua merecendo maior desenvolvimento, não somente em sua dimensão constituidora de modos de compreensão do que nos ocorre em termos individuais e principalmente coletivos, mas também em seu poder de instituir, linguisticamente, mundos e experiências partilháveis.

1.1.2 *Pela via dos gêneros discursivos*

Há outro conjunto de esforços teóricos voltados para o jornalismo em que a atenção não é inteiramente dedicada às narrativas, mas que acaba por recair sobre esse aspecto em razão de sua proximidade com a abordagem discursiva. O pano de fundo de grande parte dessas investidas é a identificação de especificidades e recorrências que fazem do trabalho jornalístico um lugar próprio de construção textual e, portanto, simbólica. Um lugar próprio, porém não isolado. Nessa delimitação de fronteiras, busca-se observar principalmente a interpenetração discursiva entre diferentes processos sociais, isto é, os embates e as imiscuições discursivas. Está em questão, ainda, um aspecto relativo ao reconhecimento e à legitimação dos matizes discursivos que cercam o jornalismo como um gênero sociodiscursivo específico.

Como na seção anterior, não será nossa pretensão dar conta de uma genealogia da abordagem, tampouco das querelas internas – entre elas a que discute a divisão do jornalismo em subgêneros (informativo, opinativo...) ou mesmo em formatos (notícia, reportagens...). Interessam-nos, por ora, as consequências das abordagens preocupadas com as marcas dialógicas nos discursos jornalísticos para uma compreensão da dimensão narrativa do jornalismo, especialmente em seu rompimento relativo com uma imanência textual no sentido de perceber o lugar do discurso na troca comunicativa e as próprias condições de produção discursiva. Assim, de saída, divorciamo-nos de uma preocupação estrita com modalidades enunciativas para irmos direto ao núcleo de algumas perspectivas em que o jornalismo aparece como gênero sociodiscursivo.

Esteada na divisão bakhtiniana entre gêneros discursivos primários e secundários, Ponte (2005) busca apontar características do discurso jornalístico como um gênero secundário, como aquele discurso relativamente mais evoluído que os primários e cujo

aparecimento ocorre em circunstâncias de comunicação fortemente marcadas culturalmente e, assim, socialmente reconhecidas. Desse modo, o discurso jornalístico passa não apenas a abrigar, mas a processar gêneros discursivos primários, próprios de uma realidade cotidiana mais espontânea e institucionalmente menos sobredeterminada. Para Ponte (2005),

Esta perspectiva parece-nos pertinente no estudo do discurso do jornalismo, onde vemos circular com alguma frequência gêneros primários como provérbios ou máximas, textos relativamente estáveis e de um autor colectivo, desinseridos do seu contexto e transferidos para novos contextos. (PONTE, 2005, p. 26)

A autora identifica como forte marca do jornalismo essa transposição de discursos outros para novos contextos. Em uma dimensão mais elementar, trata-se do discurso reportado, da apropriação da palavra de outrem direcionada a um terceiro, à maneira de uma enunciação “transportada”. Em um nível mais profundo, Ponte (2005, p. 28) faz referência ao conceito de dialogismo, relativo ao que há desse “transporte” em cada episódio discursivo: “Bakhtin considera que ‘no fundo do homem’ não está o *id* mas o outro” (*idem*: 55) e que a presença do outro pauta o carácter social dos enunciados”. Nesse sentido, reivindica-se para o discurso jornalístico uma historicidade que diz respeito às dinâmicas temporais às quais estão submetidas as significações socialmente partilhadas, tornando-o um lugar de evidências de uma realidade social que comporta uma heterogeneidade de visões de mundo.

Nesse sentido, a abordagem pelos gêneros discursivos joga luz sobre as linhas demarcadoras de um discurso eminentemente jornalístico, mas naquilo que o coloca ante outros âmbitos discursivos, ou melhor, que o toma em seu atravessamento por outros universos discursivos – numa transversalidade, aliás, definidora do discurso jornalístico, em constante relação de negociação, apropriação e embate com outras instâncias sociodiscursivas.

A consequência que se pode retirar dessa perspectiva para uma abordagem da narrativa diz respeito sobretudo a uma não autonomia do discurso jornalístico, que, por sua vez, deve ser conduzida à necessária relação desse âmbito discursivo com outros, colocada não apenas pelo gesto de apropriação do discurso de outrem, mas como condição de sua existência linguageira. Como afirma Sodré (2009, p. 207) sobre a permanente transformação discursiva a que está submetido o discurso jornalístico por seu acoplamento a uma instância social, “o fato de a notícia ser um gênero sociodiscursivo ajuda a explicar a transformação, considerando-se que o discurso social é atravessado pelas práticas profissionais de um campo específico, assim como pelas inovações tecnológicas que com elas interagem”.

Segundo Ponte (2005), há ainda outro elemento relevante na abordagem do jornalismo pelo viés discursivo na esteira de Bakhtin. Trata-se do conceito de estilo, ordem composicional definidora das unidades discursivas que ajudam a formar a totalidade que desenha o gênero. Contudo, como a autora ressalta, estilos podem circular de um gênero a outro, transitoriedade essa que “ajuda a pensar o discurso jornalístico como um gênero de discurso próximo e ao mesmo tempo diferente do literário” (PONTE, 2005, p. 30). Segundo essa perspectiva circulante, o estilo é parte definidora e definida pelo gênero, ao mesmo tempo em que goza de certa independência para transitar entre gêneros distintos, redesenhando-os e, assim, redesenhando a si.

A autora lista, então, o que seriam aspectos estilísticos que separam um discurso jornalístico de um discurso literário, entre os quais podemos citar o estilo literário como fundador de um espaço de incerteza, de abertura ao indeterminado, e o estilo jornalístico como constrangimento a uma configuração discursiva fechada, sem brechas. Já no sentido de reivindicação de proximidade entre esses dois gêneros discursivos, Ponte (2005) ressalta a influência do código literário realista no discurso jornalístico, especialmente no que diz respeito às estratégias discursivas voltadas ao que Barthes chamou de “efeito de real”. As diferenças e semelhanças entre ambos os regimes discursivos estariam, assim, situadas principalmente no âmbito estilístico relativo às estratégias discursivas e ao ordenamento composicional.

Avançando em relação à recorrente distinção entre discurso literário e discurso jornalístico, Benetti (2007) recoloca o problema do gênero no âmbito de uma preocupação menos estilística ou textual e mais propriamente comunicacional. Na esteira da perspectiva francesa da Análise do Discurso, a autora submete a definição dos gêneros a condições específicas de produção, circulação e interpretação discursivas. “Sob esse ponto de vista, há diversos modos de abordagem dos gêneros, mas todos se articulam sobre relações históricas e sociais que não ignoram as condições de fala, interpretação e constituição da memória” (BENETTI, 2007, p. 2-3). Para a autora, mais do que se utilizar da perspectiva de gêneros para classificar e hierarquizar discursos, interessa explorar o que ela permite compreender do processo jornalístico em sua dimensão discursiva e, portanto, comunicativa.

É fundamental, para essa abordagem discursiva do jornalismo, tratar o discurso como o que é relativo a trocas comunicativas entre sujeitos enunciadore e sujeitos leitores, ainda que ambos se coloquem como mediações discursivas, isto é, estejam em função dos discursos, leituras e circunstâncias comunicativas. Com isso, o gênero jornalístico passa a ser definido a

partir tanto daquela historicidade de que tratava Ponte (2005) quanto do ponto de vista situacional, como sugere Benetti (2007):

Se todo discurso se constrói em um tempo e um lugar históricos – o que Bakhtin (1996) chamou de “horizonte social” da linguagem – e o jornalismo é um discurso, deve-se considerá-lo sempre em uma situação de comunicação. Para que este discurso aconteça, os interlocutores devem reconhecer as permissões e restrições dos sistemas de formação do jornalismo, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o gênero. (BENETTI, 2007, p. 7)

O reconhecimento dos valores e regras que regulam a troca discursiva por parte dos interlocutores, para a autora, conduz a discussão em direção ao que P. Charaudeau chamou de contrato de comunicação, espécie de acordo previamente estabelecido sobre os quadros de referência que devem ser mobilizados numa certa situação de comunicação – no jornalismo, nesse caso. “Basicamente, o jornalista imagina um leitor que seja capaz de reconhecer as regras do gênero, compreender seu texto e considerar válido o que é narrado [...]” (BENETTI, 2007, p. 10). Com isso, busca-se transferir as propriedades do gênero jornalístico a um âmbito mais amplo, em que se considera o texto, mas também as circunstâncias espaciais e temporais e, principalmente, os interlocutores e as regras interlocutivas.

Todo esse processo, segundo Benetti (2007), configura-se no jornalismo com um sentido específico: estruturar o gênero jornalístico em função dos valores de credibilidade, verdade, confiança etc. De algum modo, são retomadas as imperiosas questões jornalísticas como aquilo que é instaurado em situações de comunicação específica, entre os interlocutores. Nesse sentido, o caráter narrativo do jornalismo que pode ser apreendido a partir da abordagem sociodiscursiva aparece nesse jogo de proposta, reconhecimento e adesão entre interlocutores, enquanto partes de um acórdão velado e prévio, sobre o que aparece como história contada num quadro sobredeterminado pelo cânone axiológico do jornalismo.

Apesar dos esforços em apreender o jornalismo por um viés “comunicacional”, isto é, em que sejam consideradas as circunstâncias, os interlocutores e o texto como entes conectados por um mesmo fenômeno, a abordagem discursiva responde a determinadas questões relativas a uma abordagem pela narrativa, mas deixa outras, de caráter mais amplo e menos episódico, em aberto. Se, por um lado, tomar o discurso jornalístico pela problemática do estilo é correr o risco de autonomizá-lo, como se o estilo fosse questão meramente textual relativa a um gesto de configuração discursiva, pensar o gênero a partir de um contrato firmado entre parceiros numa troca, inscritos numa dinâmica de reconhecimento dos elementos do “sistema de formação do jornalismo”, pode nos conduzir em direção à

reificação da dimensão textual, intercambiada e submetida ao reconhecimento, compreensão e validação pelo outro. Nesse aspecto, concordamos com Resende (2011) quando afirma que:

É sob essa ótica que o olhar voltado para a narrativa no jornalismo, ao se haver com os estudos da linguagem, atravessa uma problemática de cunho epistemológico: há um saber e um pensamento, de certo modo atrofiados, que legitimam e nos fazem conhecer um modo também atrofiado de compreender a problemática da enunciação no jornalismo. As narrativas concebidas sob esse prisma, antes de nos oferecer potencialidades, sofrem de aprisionamentos, pois são *a priori* regidas por ordens discursivas. (RESENDE, 2011, p. 124)

Com isso, a sustentação da força narrativa do jornalismo pelo viés discursivo alcança um limite de difícil superação, em que se esbarra na inobservância de um aspecto de maior amplitude, relativo a uma dimensão fenomenológica e hermenêutica dos relatos jornalísticos. Trata-se da tentativa de costurar ao problema narrativo questões textuais, interlocutivas e situacionais, mas também a aspectos relativos à comunicabilidade da experiência. Assim, caminha-se em direção não apenas à afirmação do jornalismo como prática cultural e discursiva social e historicamente demarcada, e sim como instância provedora de narrativas, ou seja, de dinâmicas produtoras de sentido sobre nossa experiência prática, em termos individuais e coletivos, especialmente no que diz respeito ao gesto configurador de acontecimentos que atravessam nossa experiência, entrando numa atividade narrativa permanente e grávida de tensões em meio a outras instâncias e agentes sociais.

Enquadrar o jornalismo pela abordagem dos gêneros nos ajuda a encontrar, por exemplo, subsídios para apreendê-lo em seus encontros e afinidades com outras práticas comunicativas, a exemplo das estratégias emprestadas do realismo literário. Contudo, essa visada não parece dar conta de explicar a dimensão narrativa do jornalismo para além do que evidencia sobre marcas discursivas. Parece-nos haver resquícios, nessa abordagem, daquela compreensão de que o caráter textual, ainda que submetido aos aspectos interlocutivos e situacionais, é definidor *a priori* da qualidade narrativa dos relatos jornalísticos, o que sugere a necessidade de seguir por outra via teórica e mesmo epistemológica, em que o esforço já não se volta aos matizes que delimitam o jornalismo como um gênero sociodiscursivo específico, mas aos aspectos mais gerais que fazem do jornalismo uma prática constituidora de modos de compreender e, assim, de experimentar nosso mundo prático e cotidiano.

1.1.3 A problemática da narrativa

É notável o fato de que os estudos em jornalismo precisam se debruçar com maior ênfase sobre a questão da narrativa. Entretanto, o que constitui as narrativas jornalísticas como lugar de problema?

Se, como vimos nas seções anteriores, não se trata de observar somente as convenções narrativas, tampouco de tomá-las estritamente como relatos de experiências, ou mesmo de considerá-las formas discursivas mais ou menos fixas e reconhecíveis, continua em aberto a indagação a respeito dessa maneira de abordar o jornalismo. O pano de fundo dessa flutuação do problema das narrativas jornalísticas se constitui, segundo Resende (2011), em razão da sobre-determinação epistemológica provocada pelo viés hegemônico dos estudos do jornalismo, preocupado em resguardá-lo como instância social privilegiada de enunciação, constrangida pelos valores da objetividade e verdade como axiomas norteadores do trabalho jornalístico diante dos acontecimentos.

Noções como as de objetividade, noticiabilidade, verdade, discurso jornalístico, entre outras, detêm certo privilégio nesse campo de estudos, sem falar no lugar cativo de determinados objetos e fenômenos. Essa preferência reflete o que Carvalho (2012) considera ser um “poder de agendamento” que as mídias possuem sobre tais pesquisas, que se deixam contaminar pelas máximas deontológicas sem questioná-las. Com isso, reforça-se aquele constrangimento de que falamos no início deste capítulo, relativo a uma resistência ou mesmo descrença em empreender abordagens voltadas à dimensão narrativa do jornalismo.

Como afirma Resende (2006), dos pontos de vista prático e teórico, os pressupostos do jornalismo o tornam um campo de estudos que é, paradoxalmente, pouco atento às práticas cotidianas e culturais da contemporaneidade. “E assim, o ato de narrar, quando burocratizado pelas fundamentações epistemológicas do discurso jornalístico, torna-se limitado e limitador” (RESENDE, 2006, p. 164). Torna-se necessário, portanto, justificar esse lugar de problema antes de entrarmos mais propriamente nos fundamentos de uma abordagem da narratividade jornalística. Como afirmamos anteriormente, a questão da narrativa não está dada *a priori* pelas textualidades midiáticas ou pela obviedade da afirmação de que o trabalho jornalístico consiste, em grande parte, em tecer histórias sobre o cotidiano. Observar analiticamente as narrativas significa, segundo Resende (2011),

reconhecer que é a partir dos usos da linguagem que os problemas devem ser balizados; em um caminho inverso, é desses usos que surgem as perguntas e os dilemas que afetam o jornalismo no contemporâneo. O interesse central, em uma pesquisa desta natureza, é buscar conhecer estratégias e táticas textuais à luz de narrativas que são tanto devedoras de uma referencialidade como portadoras do simbólico. (RESENDE, 2011, p. 132)

O autor reconhece nas narrativas jornalísticas um lugar de problema sobretudo porque, a despeito de todas as transformações recentes na prática jornalística e no ambiente midiático – dentro do que diversos autores chamam de processo de midiaticização⁵ (BRAGA, 2007; 2012) –, elas continuam ocupando lugar central no trabalho jornalístico, inclusive abrigando novos e antigos dilemas e questões que atingem o jornalismo direta ou indiretamente. A narrativa se torna, assim, operadora para a observação e compreensão das “estratégias e táticas” textuais, especialmente no que revelam sobre as normas e valores éticos – e, por isso, culturais, sociais, políticos etc. – que regulam esse trabalho narrativo. A preocupação com a referencialidade, nesse sentido, ganha outra abordagem, em que já não está em jogo uma expectativa de correspondência, verossimilhança ou objetividade, mas sim o jogo narrativo e a constituição de relações de referencialidade.

Tendemos a concordar com o substrato dessa pretensão epistemológica, mas não sem expor uma ressalva que nos parece determinante para levar a cabo uma abordagem do jornalismo pelo viés das narrativas. Trata-se da manutenção da problemática no nível textual, e sem esclarecer o alcance desse aspecto textual, isto é, sem apontar para o conjunto de textualidades que abrigam o problema da narrativa. Embora a narrativa se apresente como outra maneira de apreender a *práxis* jornalística, o caminho que nos parece questionável é entender a *práxis* somente à luz de uma dimensão discursiva, o que tende a privilegiar o aspecto representacional das narrativas jornalísticas, mantendo em segundo plano um nível pragmático, relativo ao próprio gesto de tecer histórias, enredando acontecimentos, personagens, ações, circunstâncias, causas e motivos em intrigas que habitam nossa experiência cotidiana, sendo interpretadas e recontadas.

Como afirma Motta (2004), a abordagem narrativa requer que ela seja tomada não apenas como estrutura signifiicante na qual estão inscritas estratégias textuais e valores que a regulam, mas como operação de mediação, de modelização de nossa experiência prática, parte de um contexto cultural que ajuda a constituir. Para o autor,

A força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação

⁵ Em meio a diversos outros pesquisadores brasileiros preocupados com o fenômeno da midiaticização, Braga (2007; 2012) tem dado contribuições substantivas para a compreensão desse problema. Para o autor, vivemos numa sociedade *em midiaticização* na qual os processos sociais – e entre eles, podemos dizer, a configuração jornalística dos acontecimentos – se veem atravessados por lógicas e dinâmicas midiaticizadas que imantam as mediações comunicativas. Nesse sentido, torna-se parte do acontecer dos acontecimentos um acontecer midiaticizado, profundamente relacionado aos dispositivos e circuitos interacionais, entendidos por Braga como matrizes ou instâncias sociais de interação.

entre um mundo temporal e ético (ou intratemporal) pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura. Uma trilha que põe a narrativa no campo dos atos de fala e das relações pragmáticas. (MOTTA, 2004, p. 11)

Nesse sentido, a estrutura narrativa dá lugar a uma abordagem mais propriamente comunicacional, segundo a qual, em seu trabalho de representar, as narrativas são constituídas em realidades culturais e relações sociais específicas, carregando as marcas desse “mundo temporal ético”, isto é, de nossa experiência social cotidiana, ao mesmo tempo em que integram essa mesma experiência como parte de processos comunicacionais. Com isso, a narrativa jornalística se inscreve num processo mais complexo, com múltiplas variáveis, em que as textualidades operam como evidências, por um lado, mediadoras de um pano de fundo cultural e ético e, por outro, mediadas pelas experiências diversas de leitura e interpretação nas quais são constituídas.

Como argumenta Carvalho (2010a), podemos afirmar com alguma segurança que os acontecimentos trazidos à tona pelo jornalismo “trazem a marca de um mundo prefigurado, mediados pela configuração dos narradores jornalísticos, mas somente adquirindo sentido pleno, embora não necessariamente unívoco, a partir das múltiplas leituras de que são objeto” (CARVALHO, 2010a, p. 13). Com isso, os relatos jornalísticos – e não somente noticiosos – se caracterizam como tais não por serem portadores de propriedades narrativas evidenciadas pelos traços textuais, mas porque se inscrevem numa dinâmica de sentidos da qual fazem parte narradores e leitores histórica e socialmente situados e unidos pelo partilhamento da experiência da narração em suas dimensões de tessitura e leitura, num pano de fundo ético.

Uma vez inscritas numa realidade social e cultural específica e tomadas como parte de uma dinâmica comunicativa em que o texto cumpre um papel mediador entre uma instância de escrita e outra de leitura, as narrativas jornalísticas se apresentam como lugares de problema porque enredam e contam o ordinário e o extraordinário do cotidiano social. Ao fazerem-no, ajudam-nos a conhecer e compreender o curso dos acontecimentos que se produzem, das ações humanas levadas adiante, das peripécias da vida em sociedade, tornando-se parte dessa complexa teia de relações e jogos que conformam a experiência coletiva. Nesse sentido, a narração jornalística (tessitura e leitura, composição e interpretação) transforma nossa aventura em histórias que podem ser lidas e relidas, ao mesmo tempo em que integra essa mesma aventura.

Dessa maneira, em complemento ao interesse pelas estratégias e táticas textuais, pertinente na medida em que as narrativas jornalísticas se veem sempre compelidas a adquirir legitimidade e credibilidade se revestindo de uma aparência objetiva, uma observação

analítica das narrativas jornalísticas também teria como possibilidades um enfoque tanto nas marcas culturais evidenciadas pelos relatos, ancorados no que determinados autores chamam de prefiguração ou pré-compreensão do mundo prático, quanto nos processos interpretativos e estéticos implicados na refiguração dessas narrativas enquanto operações postas em funcionamento pelo gesto de leitura. Dessa maneira, as narrativas jornalísticas se constituem enquanto fenômenos comunicativos capazes de fornecer pistas não apenas relativas aos textos jornalísticos e a um *ethos* profissional, mas também sobre as formas como agentes e instituições sociais constroem, interpretam e reconstróem histórias sobre a vida em sociedade, partilhando experiências e fornecendo maneiras mais ou menos fixas de partilhá-las.

A essas ponderações podemos acrescentar, finalmente, que, além dos relatos noticiosos, todo o conjunto de narrativas jornalísticas, incluídas aí outras modalidades e gêneros textuais, pode ser abordado à luz dessa perspectiva “narrativizante”⁶: incluem-se aí as reportagens, crônicas, entrevistas, perfis, editoriais, colunas e tantas outras “formas” narrativas. Para sustentar essa perspectiva, no entanto, é necessário pensar o que é comum a todas essas configurações a ponto de nos permitir tomá-las como narrativas jornalísticas, ou como portadoras de uma dimensão narrativa intrinsecamente jornalística.

É nesse sentido que recorreremos, em nossa próxima seção, às proposições de uma hermenêutica narrativa, cujos pressupostos teóricos transitam entre a filosofia da linguagem, a semiótica, a fenomenologia, a historiografia e, obviamente, a teoria da literatura. Trata-se do estabelecimento de um diálogo, buscando, nessa perspectiva, subsídios para uma abordagem e compreensão das narrativas jornalísticas, no sentido de explorar as contribuições que já vêm sendo feitas nesse movimento e, se possível, oferecer novos aportes.

1.2 Para além do “contar histórias...”. Contribuições da hermenêutica narrativa

As narrativas jornalísticas ocupam lugar central em nossas preocupações concernentes a uma poética do acontecimento. Contudo, ainda é preciso discutir os pressupostos que nos permitem corroborar a ideia de dimensão ou força narrativa do jornalismo. São recentes os esforços empreendidos no sentido de observar as narrativas midiáticas, especialmente as jornalísticas, através de uma *démarche* hermenêutica (ARQUEMBOURG, 2003; 2011; MOTTA, 2004; RESENDE, 2006; CARVALHO, 2010a; CASADEI, 2010; LITS, 1997). Por esse motivo, apresentaremos os fundamentos teóricos dessa visada, para, em seguida, evocar

⁶ Exploraremos mais adiante a ideia de um “olhar narrativizante” esteados em Leal (2006).

contribuições que nos apontam caminhos profícuos para adotá-la em nossa pesquisa sobre as narrativas jornalísticas. Esse caminho é necessário por pelo menos dois motivos: o mais elementar diz respeito à nossa coerência argumentativa; o segundo aponta para a ressalva de que a tradição teórica da hermenêutica – e mais especificamente a da hermenêutica narrativa ricoeuriana – não está preocupada com modalidades narrativas midiáticas, o que requer que façamos um movimento de exploração dos postulados que nos autorizam a evocar essa abordagem.

Para P. Ricoeur (1991a; 2006; 2010a; 2010b; 2010c; 2012), a atividade de narrar consiste, sobretudo, numa operação de síntese do caráter temporal da experiência. Trata-se de uma dinâmica organizadora da experiência humana, tornando-a compreensível e partilhável. Sob essa perspectiva, a narrativa assume o lugar de instância linguageira mediadora da experiência – entendimento mais abrangente, portanto, que aquele proposto por uma visada estritamente semiótica, à qual o filósofo faz objeções em uma de suas principais obras sobre o tema, *Tempo e Narrativa*.

O longo caminho trilhado por P. Ricoeur nos três volumes de *Tempo e Narrativa* (2010a, 2010b, 2010c) se inicia com a conciliação que busca fazer entre as questões suscitadas pelas *Confissões* de Santo Agostinho acerca da inescrutabilidade do tempo⁷ (Que é, pois, o tempo, se o passado já foi, se o presente é passageiro e se o futuro ainda não é?) e das reflexões sobre a narrativa oriundas da *Poética* de Aristóteles. A narrativa, diz o filósofo francês, dá solução poética, e não filosófica, às aporias do tempo: “*o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal*” (RICOEUR, 2010a, p. 93, grifos do autor).

Sem pretensão nem espaço para entrar nas proposições de ordem especulativa que faz Ricoeur acerca das aporias do tempo, concentraremos-nos na discussão sobre a narrativa. A tentativa de escapar às matrizes teóricas que enrijecem essa noção – apagando as dimensões pragmáticas que a amarram à vida social e, ao mesmo tempo, abrindo-a para as possibilidades de leitura e experiência – é o que fundamenta nossa abordagem via hermenêutica narrativa.

⁷ A tese fundamental do projeto filosófico de *Tempo e Narrativa* diz respeito à mútua correspondência entre a temporalidade e a narratividade. Ricoeur parte das aporias do tempo presentes nas *Confissões* de Santo Agostinho, quem, segundo o filósofo francês, deixa uma profícua abertura relativa à essência do tempo, à qual Ricoeur responde com um longo percurso reflexivo em direção a uma solução não definitiva do problema em favor da narratividade. O ponto de partida de Ricoeur se constitui, precisamente, a partir das famosas palavras de Agostinho: “Que é, pois, o tempo? [...] Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei” (RICOEUR, 2010a, p. 17). Segue-se, daí, um caminho tortuoso até o reconhecimento de que, em que pesem as soluções provisórias à questão do tempo, fica resguardada sua inescrutabilidade do ponto de vista fenomenológico. O tempo, nesse sentido, permanece como aquilo que nos escapa.

Esteados nessa matriz ricoeuriana, esperamos conduzir a discussão sobre as narrativas jornalísticas em direção às ideias de narratividade e experiência, tomando-as como referência para um entendimento que privilegie o narrar como atividade de dar sentido à vida e aos acontecimentos a partir do que Nunes (1988) chama de “transusão poética da realidade”. O matiz fenomenológico dessa abordagem nos permite avançar em relação ao apego às estruturas como elemento definidor do processo narrativo, inscrevendo-o numa dinâmica mais complexa em que o gesto fundamental é o de modelizar a experiência através da linguagem, fazendo concordar o que é discordante e, ao mesmo tempo, discordar o que é concordante.

Nossa argumentação partirá das noções-base de intriga e mimese, tais como abordadas por Ricoeur (2010a), para, em seguida, tomar a narrativa como parte constituída e constituidora de um círculo hermenêutico, no qual entram em jogo os entendimentos que formamos ao longo de nossa vida sobre a experiência prática, as configurações narrativas e a experiência de leitura como operação de ativação de todo o circuito hermenêutico, ao qual o autor dá o nome de tripla mimese. Será necessário nos determos a uma justificação dessa abordagem à problemática das narrativas jornalísticas, tomando como base os autores que vêm trabalhando nesse sentido e que, a nosso ver, corroboram a pertinência desse caminho teórico. Por fim, chegaremos ao que nos parece ser o núcleo de nossas preocupações: a textura causal, isto é, ao encadeamento dos elementos composicionais no curso de uma intriga, entendendo-a como ato configurante correspondente a um juízo que estabelece tanto uma continuidade quanto uma compreensão acerca daquilo que conta.

A uma primeira vista, a atenção às tramas causais pode indicar um retorno às convenções narrativas do jornalismo. Não poderíamos negar a existência de uma correspondência entre esses processos, mas buscaremos oferecer argumentos suficientes para mostrar que há uma distinção insuperável entre ambos os fenômenos. Por ora, cumpre argumentarmos que as ideias de textura causal e de convenções narrativas partem de entendimentos distintos acerca da narrativa e apontam para níveis diferentes do processo narrativo: enquanto o primeiro remete ao gesto compreensivo intrínseco ao próprio ato de configurar uma intriga, o segundo aponta para a obediência às formas de narrar próprias de modalidades específicas de narrativas. No mais, é certo que as duas questões dizem respeito a um *como* da narrativa, só que em níveis epistemológicos não correspondentes entre si.

1.2.1 A mise en intrigue e a mimesis

A base da hermenêutica narrativa de P. Ricoeur é constituída principalmente pela interpretação que o filósofo dá aos conceitos aristotélicos de tessitura da intriga (*mise en intrigue*) e de mimese, presentes na *Poética* – num cotejamento desses conceitos às aporias do tempo presentes nas *Confissões* de Santo Agostinho. A tessitura da intriga corresponde ao “agenciamento dos fatos em sistema”, operação pela qual se empreende uma “síntese do heterogêneo”, integrando fatos temporalmente dispersos na totalidade de uma história. Trata-se, portanto, de uma atividade, e não uma estrutura (RICOEUR, 2010a, p. 59). Ancorado nos pressupostos fenomenológicos que guiaram seu percurso filosófico até a abordagem da narratividade, iniciada ainda no final da década de 1970, Ricoeur compreende o sistema em sua necessária remissão a uma atividade configuradora. Daí porque a intriga ou a composição da intriga se torna a dimensão de ato da mimese, entendida como representação da experiência prática.

Para entender a mimese, Ricoeur se afasta de uma concepção platônica segundo a qual o termo remete à imitação das coisas no sentido da falsificação. Para Aristóteles, argumenta o filósofo francês, a atividade mimética indica uma imitação, mas uma imitação criativa e criadora, porque produz algo novo, isto é, produz o agenciamento dos fatos pela composição da intriga:

Não há dúvida de que o sentido prevalente da *mimesis* é precisamente aquele que se destaca por sua aproximação com o *mýthos*: se continuarmos a traduzir *mimesis* por imitação, deveremos entender o contrário do decalque de um real preexistente e falar de imitação criativa. E, se traduzirmos *mimesis* por representação, não deveremos entender por essa palavra uma duplicação de presença, como ainda se poderia esperar da *mimesis* platônica, e sim o corte que abre o espaço de ficção. O artífice de palavras não produz coisas, produz apenas quase coisas, ele inventa o como-se. Nesse sentido, o termo aristotélico *mimesis* é o emblema desse desengate que, para empregar o vocabulário que hoje nos é próprio, instaura a literariedade da obra literária. (RICOEUR, 2010a, p. 81-82)

A tessitura da intriga, par complementar à mimese, é o que faz concordar a experiência humana (com seus agentes, ações e circunstâncias) na medida em que substitui o ordenamento temporal da experiência pelo tempo da história. A sucessão de ações e acontecimentos dá lugar à configuração poética, à literariedade. Desse modo, o par *mimesis-mýthos* não designa estrutura, gênero, modalidade ou forma de narrar, mas um esquema amplo e dinâmico de compreensão da práxis humana. Nas palavras de Ricoeur: “a *Poética* contém a *poiesis* do poema; dito de outra forma, diz mais sobre a estruturação que sobre a estrutura; e assim fazemos justiça à intenção de Aristóteles ao falar de pôr-em-intriga” (2012, p. 303). O caráter dinâmico da narrativa é levado pelo filósofo às últimas consequências, de modo a submeter a estrutura à sua lógica ativa e transformadora.

Narrar é, para Ricoeur, empreender uma atividade mimética, operar uma “transusão poética da realidade” via composição da intriga. E a atividade configuradora, a organização dos fatos numa história, tem como corolário o estabelecimento de uma forma de compreensão da experiência. Aparece aí o que o autor chama de compreensão narrativa, o nexos elementar que se estabelece entre os componentes conjugados pela tessitura da intriga. Antes de falarmos em convenções ou modos de compor intrigas, referimo-nos à coerência necessária à intriga enquanto operação de “tomar juntamente” (*prendre ensemble*)⁸ ações, personagens e acontecimentos no curso de uma mesma história.

Uma característica da *mimesis* seria visar o *mýthos*, não seu caráter de fábula, mas seu caráter de coerência. Seu “fazer” seria logo de partida um “fazer” universalizante. Todo o problema do *Verstehen* [compreensão] narrativo está contido aqui em germe. Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico. (RICOEUR, 2010a, p. 74)

O encadeamento pressuposto pela tessitura da intriga deve ser coerente, porque a intriga pressupõe concordância entre o que é inicialmente discordante. Por esse motivo, tecer uma intriga é fazer surgir o inteligível, o universal, o necessário e o verossímil do que é disperso, acidental, irregular, episódico. Assim, o poeta, no sentido da *poíesis*, é entendido como aquele que imita ações e acontecimentos pela via da composição da intriga: trata-se de um fazer universal, não estando em questão se as ações e acontecimentos organizados no curso de uma história são acontecimentos e ações que efetivamente ocorreram – caso das narrativas históricas trabalhadas por Ricoeur, mas também das narrativas jornalísticas com as quais nos propomos trabalhar. Não sendo estrutura, e sim operação estruturante, a intriga é parte integrante de qualquer gesto poético, precisamente porque instaura o “como-se”, a literariedade, uma transusão mediada pela linguagem.

Antes de concluirmos nosso excuro sobre a *mise en intrigue* ricoeuriana é necessário fazermos duas ressalvas. A primeira diz respeito precisamente à dialética da concordância/discordância na qual está inscrita essa definição de narrativa. É o próprio filósofo quem abre um parêntese sobre esse caráter definidor da narrativa: “A composição da intriga nunca é o mero triunfo da ‘ordem’” (RICOEUR, 2010a, p. 126). Assim, nem o tempo da narrativa é somente concordante, nem o tempo da experiência é sempre discordante. A

⁸ Ricoeur faz um jogo semântico com o termo francês *comprendre*, entendendo-o como junção das partículas *com* + *prendre*, isto é, tomar (*prendre*) juntamente (*com*). Para o autor, a compreensão narrativa se dá com base no processo configurador da tessitura da intriga, também entendida como síntese de uma heterogeneidade de elementos, daí a “tomada em conjunto” que fundamenta toda a compreensão. Mais adiante veremos o parentesco desse modelo com o juízo reflexivo kantiano.

solução – em termos poéticos, e não filosóficos – que a narrativa dá às aporias da temporalidade apresentadas por Agostinho diz respeito à concordância discordante ou à discordância concordante:

[...] a experiência da temporalidade não se reduz à mera discordância. Como vimos com Santo Agostinho, *distentio* e *intentio* confrontam-se mutuamente no interior da experiência mais autêntica. É preciso preservar o paradoxo do tempo do nivelamento que sua redução à simples discordância opera. Seria preciso, antes, indagar-se se a defesa de uma experiência temporal radicalmente informe não é ela mesma produto da fascinação pelo informe que é um dos aspectos da modernidade. Em suma, quando pensadores ou críticos literários parecem ceder à simples nostalgia da ordem ou, pior, ao pavor do caos, o que os move, em última instância, é o reconhecimento autêntico dos paradoxos do tempo, para além da perda de significância característica de uma cultura particular – a nossa. (RICOEUR, 2010a, p. 125)

A observação de P. Ricoeur nos alerta para o que há de discordante na concordância sugerida pela composição da intriga. Ou seja, integrar elementos heterogêneos no curso de uma história sob uma lógica da compreensão narrativa não significa apenas fazê-los concordar, mas inseri-los numa dinâmica concordante-discordante que comporta reviravoltas e surpresas. O filósofo ressalta precisamente o caráter ambíguo da narratividade, que integra elementos dispersos estabelecendo uma conexão entre eles e, ao mesmo tempo, faz com que essa integração comporte contingências, controvérsias e descaminhos; ou, para usarmos termos mais específicos do paradigma da tragédia, faz com que estejam incluídos na narrativa os revezes de fortuna que suscitam temor e piedade.

É necessário retomarmos o par *mimesis-mythos* para nossa última ressalva. A relação entre mimese e intriga não esgota o sentido da expressão *mimesis praxeos*, isto é, da representação criativa ou da transposição poética da experiência prática. Como argumenta Ricoeur (2010a), o termo *praxis* é correlato tanto ao domínio do real, desenvolvido pela ética, quanto ao domínio imaginário, desenvolvido pela poética. A consequência dessa dupla equivalência é o entendimento de que a mimese estabelece não apenas um corte entre a experiência prática e a configuração narrativa, mas uma ligação. Afinal, o que a poética transforma em poema (no sentido abrangente do conceito) são o agir e o sofrer dos homens. Para que haja transposição, é necessário considerar um antes da composição da intriga.

Há ainda uma outra dimensão desse processo mimético que precisa ser considerada: “a *mimesis* [...] não encontra o termo visado por seu dinamismo apenas no texto poético, mas também no espectador ou no leitor” (RICOEUR, 2010a, p. 82). Para o filósofo, o processo mimético não se esgota apenas na relação entre a intriga e a experiência prática que transpõe narrativamente. Um terceiro estágio da mimese diz respeito a um depois da composição da

intriga, em que o espectador ou leitor assume o papel principal. Por esses dois aspectos, a existência de um antes e um depois da configuração, Ricoeur entende que a tessitura da intriga só pode ser compreendida para além de uma perspectiva estrutural em direção a uma perspectiva hermenêutica e fenomenológica se reconhecida em sua função de mediação, conduzindo-nos do “antes do texto” ao “depois do texto”.

É precisamente essa função de mediação exercida pela *mise en intrigue* que nos leva à inscrição da narratividade num processo eminentemente comunicativo, em que são consideradas instâncias narrativas a experiência prática, a composição poética e a leitura. Desse modo, a narrativa ganha contornos mais abstratos, dividindo o privilégio dado à forma com outras dimensões do processo, em que passam a ser observadas a historicidade das narrativas, seu enraizamento cultural, assim como o papel ativo dos leitores, responsáveis pela energia que move as engrenagens da narrativa rumo à produção de sentidos e às interpretações. Em nossa próxima seção, discutiremos o cerne da função mediadora da intriga, precisando melhor os fundamentos da abordagem narrativa ricoeuriana.

1.2.2 O círculo hermenêutico: narração e comunicação

Para superar o privilégio comumente dado à composição da intriga como ponto de partida e de chegada das análises próprias de uma semiótica textual, cujo enfoque recai sobre a exploração das leis internas que regem os textos, Ricoeur (2010a) investe esforços no que considera ser a faculdade de mediação da intriga. Considerar esse aspecto do problema como parte do movimento analítico é, para o autor, a particularidade do gesto hermenêutico:

[...] é tarefa da hermenêutica reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra se destaca do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e assim muda seu agir. Para uma semiótica, o único conceito operatório continua sendo o do texto literário. Uma hermenêutica, em contrapartida, preocupa-se em reconstruir todo o arco das operações mediante as quais a experiência prática dá a si mesma obras, autores e leitores. (RICOEUR, 2010a, p. 95)

A questão interposta diz respeito, então, ao processo pelo qual a configuração de um texto faz a mediação entre uma prefiguração da experiência prática e a refiguração pela experiência de leitura. Desse modo, o processo mimético se subdivide analiticamente em três estágios relativamente autônomos, aos quais o filósofo dá o nome de mimese I ou prefiguração, mimese II ou configuração e mimese III ou refiguração. Falamos em autonomia relativa porque, embora digam respeito a aspectos distintos da narrativa, as três fases da

mimese possuem um encadeamento e só se efetivam quando operadas em conjunto, sendo acionadas pela atividade de leitura.

O próprio filósofo reconhece que o modelo da tripla mimese supõe uma circularidade da narrativa, em que o mundo prático, isto é, o “fundo opaco do viver”, fornece as condições para o desenrolar da atividade configuradora, que, por sua vez, é posta em funcionamento pela ação refiguradora, de onde, no limite, novos sentidos são reconduzidos à experiência prática para que o ciclo recomece. Contudo, é no mesmo movimento de reconhecer a circularidade que Ricoeur (2010a) faz a ressalva de que não se trata de uma tautologia morta, mas de um círculo virtuoso.

Assim, em vez de utilizarmos a ideia de círculo, podemos fugir aos riscos da palavra e evitar pensar nesse esquema como uma tautologia. “A virtuosidade dessa dinâmica pode chegar então a desfazer a própria imagem do círculo, que se transforma numa espiral, num encadeamento infinito” (LEAL, no prelo). A metáfora do espiral contempla tanto a circularidade quanto a diacronia desse processo, que opera segundo o jogo da sedimentação e da inovação, havendo uma alternância entre o que está instituído e o que a própria instituição produz como inovação semântica.

Ricoeur (2010a) nos alerta, no entanto:

Por maior que seja a força de inovação da composição poética no campo de nossa experiência temporal, a composição da intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo da ação: de suas estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal. (RICOEUR, 2010a, p. 96).

Por mimese I o filósofo entende o estágio fundamental do processo mimético, o alicerce fornecido pela pré-compreensão que temos do mundo prático, relativa ao domínio da rede conceitual que nos permite agir socialmente, ao caráter culturalmente mediado das ações e ao entendimento de que o agir no mundo é sempre dotado de um caráter temporal⁹. Trata-se, segundo Nunes (1988), de reconhecer o parentesco entre a compreensão prática e a compreensão narrativa, embora não se queira sugerir um apagamento do agir no mundo pelo agir narrativo. Trata-se de ressaltar o agir narrativo como um agir no mundo, e, por outro lado, de reivindicar o papel central da narrativa em nossa experiência prática e social.

Em vez de pensar a mimese I como estágio inicial da tripla mimese, indicando uma linearidade cronológica do processo, é preciso tomá-la antes como fundamento ou pré-

⁹ Na esteira do conceito heideggeriano da intratemporalidade, Ricoeur (2010a) parte do princípio de que a ação no mundo possui um caráter temporal precisamente porque agimos *no tempo*, o que nos autoriza a pensar no ato configurador como gesto que substitui o tempo da ação na experiência (sucessivo, cronológico) pelo tempo da configuração (narrativo, poético).

condição para os demais estágios. Para Ricoeur (2010a, p. 112), o sentido de mimese I está em perceber que “imitar ou representar a ação é, em primeiro lugar, pré-compreender o que é o agir humano: sua semântica, sua simbólica, sua temporalidade”. É a partir desse esteio que o poeta tem condições de erigir uma intriga e transfigurar o que ocorre no campo prático e cotidiano de nossa experiência para uma instância languageira que retorna a esse mesmo campo de ação.

Já tivemos a oportunidade de tratar da operatividade da mimese II ou da tessitura da intriga. Contudo, é preciso reforçar esse aspecto frente a um entendimento comum e limitador do esquema mimético. Como afirma o filósofo Benedito Nunes, “seria um equívoco ver no enredo¹⁰ um modelo puramente formal” (1988, p. 21). Nesse sentido, a intriga só pode corresponder à ideia de texto se estivermos pensando o texto como portador de uma dinâmica mediadora, e não apenas como estrutura sênica formal. Por esse motivo, Ricoeur (2010a) prefere utilizar tessitura da intriga a intriga, e agenciamento em vez de sistema.

A *mise en intrigue* possui função mediadora por três motivos, segundo Ricoeur (2010a): em primeiro lugar, porque faz a mediação entre acontecimentos dispersos em nossa experiência e uma história tomada como um todo, transformando esses acontecimentos em uma história. Em segundo, porque inscreve numa única história fatores heterogêneos, como agentes, objetivos, circunstâncias, resultados inesperados etc., sob a dialética da concordância-discordância. E, em terceiro, porque substitui a dimensão episódica das ações e acontecimentos que se produzem em nossa experiência prática por um ordenamento próprio, não necessariamente cronológico – podendo ser contracronológico ou mesmo aleatório.

Desse modo, a abordagem pela estrutura dá lugar tanto ao caráter sintético e integrador da composição de uma intriga quanto a seu aspecto reflexivo. Isso porque, para sustentar sua apropriação “livre” da Poética aristotélica, privilegiando o caráter operador e fenomenológico da intriga, Ricoeur (2010a) busca amparo tanto na obra de L. O. Mink, de quem empresta a noção de ato configuracional, quanto no juízo reflexivo kantiano. Sobre esse aspecto, recorremos novamente a Nunes:

Integrando fatos dispersos, ligando num só conjunto fatos heterogêneos, essa articulação aparenta-se à operação do juízo reflexivo kantiano. À forma discursiva, configurante do enredo, atribuir-se-á função análoga à da imaginação transcendental,

¹⁰ O termo enredo, nesse caso, é usado como correspondente à intriga em língua portuguesa. Alguns autores brasileiros, como Nunes (1988), Gagnebin (1997), entre outros, preferem traduzir a *intrigue* francesa ou o *mýthos* grego por enredo em vez de intriga. No caso da autora, a preferência se dá em razão “das conotações palacianas dessa última palavra” (GAGNEBIN, 1997, p. 272). Também não é consensual entre diversos autores a tradução de *écrit*, de *Temps et récit*, por narrativa, e sim por narração, de modo a ressaltar o caráter dinâmico do trabalho narrativo. Contudo, como argumentamos em direção a uma compreensão da dinâmica intrínseca à narrativa, os termos nos parecem perfeitamente correspondentes.

intuitiva e genérica, que elabora os esquemas do Entendimento. (NUNES, 1988, p. 16)

Ricoeur (2010a) conduz o ato configurante de “tomar juntamente” até o limite de um esquema de inteligibilidade fundado na pré-compreensão do mundo prático, mas também no trabalho da imaginação produtiva, que assume uma função central na ideia da tessitura da intriga como abertura do reino do “como-se”. É por esse motivo que a síntese do heterogêneo de que trata o filósofo em mimese II não corresponde somente a uma configuração textual *stricto sensu*, e sim a um esquematismo que advém da conexão produtiva entre entendimento, intuição e imaginação. É a imaginação produtiva em seu papel mediador da composição da intriga – e das outras instâncias de mimese – que torna possível pensar o esquema da tripla mimese como espiral, e não como círculo tautológico.

É necessário complementarmos a justificativa relativa ao caráter dinâmico da tessitura da intriga esclarecendo aquele que seria o terceiro estágio da tripla mimese. Trata-se de mimese III ou da refiguração da narrativa, operação de intersecção entre o mundo projetado pelo texto e o mundo do espectador, ouvinte ou leitor. Sob o prisma hermenêutico, que recoloca em outros termos o problema da objetividade *versus* subjetividade, da estrutura *versus* o indivíduo, o texto advém do encontro do leitor com um mundo narrativamente configurado, de uma intersecção de mundos: o mundo do texto e o mundo do leitor.

Ricoeur (1989, 2010a, 2010c) argumenta que, embora se ressalte o ato de leitura como condição de existência dos textos, insiste-se muitas vezes em tratá-los como fenômenos separados. Para Ricoeur,

[...] sem leitor que o acompanhe, não há ato configurante em obra no texto; e sem leitor que se aproprie dele, não há nenhum mundo desdobrado diante do texto. No entanto, renasce incessantemente a ilusão de que o texto é estruturado em si e por si e que a leitura advém ao texto como um acontecimento extrínseco e contingente. (RICOEUR, 2010c, p. 280)

Surge, na afirmação do autor, além do texto e de seu leitor, um terceiro elemento constituidor do texto, ou melhor, um terceiro fenômeno: o ato configurante. Além do leitor e da forma simbólica por ele agenciada, é preciso que haja uma história-por-ser-lida. Assim, o ato de leitura atualiza a capacidade que a narrativa tem de ser contada (RICOEUR, 2010a), e a narrativa, a nosso ver, torna-se uma espécie de paradigma para a compreensão da constituição dos textos por meio da leitura e da interpretação.

Um exemplo desse encontro conceitual é o caso, citado pelo filósofo, a respeito da obra *Adolphe*, de Benjamin Constant, na qual o autor finge ser apenas o leitor de um

manuscrito encontrado e exaustivamente interpretado “livro adentro”. Desse modo, diz Ricoeur, “narrativa, interpretação e leitura tendem então a se sobrepor” (RICOEUR, 2010c, p. 283). Aquela narrativa se configura a partir de um gesto de leitura e interpretação por parte do autor, mas, e principalmente, por nossa parte enquanto leitores. O personagem lê, interpreta e narra ao mesmo tempo em que o leitor lê, interpreta e narra, numa coincidência processual exemplar e só aparentemente tautológica.

Com o exemplo Ricoeur argumenta em favor da impossibilidade de separação do texto de sua leitura, mas principalmente do fato de que tal injunção pressupõe a tessitura de uma intriga, a urdidura de uma história, a configuração de ações e acontecimentos numa escala temporal que permite ser acompanhada. Para o autor, se o ato de leitura pode ser considerado vetor da capacidade que a narrativa tem de modelizar a experiência “é porque ele retoma e conclui o ato configurante, cujo parentesco com o juízo que compreende – que ‘toma juntamente’ – a diversidade da ação na unidade da intriga também sublinhamos” (RICOEUR, 2010a, p. 130-131). A mimese III põe em marcha o próprio ato configurante do texto, isto é, a organização que ele dá às ações e acontecimentos no curso de uma história.

A leitura está no texto, nesse sentido, à montante e à jusante. Por um lado, a própria escritura do texto antecipa as leituras por vir. Por outro, “o texto que supostamente prescreve a leitura é afetado pela mesma indeterminação e pela mesma incerteza que as leituras porvir” (RICOEUR, 2010c, p. 183). A tessitura de uma intriga, a existência de uma trama, de ações e acontecimentos enredados no curso de uma história contada e lida se torna, assim, espécie de paradigma para a apreensão do texto de um ponto de vista analítico, isto é, como caminho possível em direção a essa concepção menos formal de texto, considerando-o em suas diversas formas e relações, formando uma rede cujas conexões são orientadas pelo percurso da narrativa que se desenha no encontro com o leitor.

Ao contrário do que se pode pensar, mimese III não apenas não fecha o círculo mimético à maneira de um desfecho como se torna a força motriz do processo mimético na forma espiralada. O encontro com o mundo projetado pelo texto – e que, portanto, não está por trás ou oculto no texto – com o mundo do leitor pressupõe uma interpenetração produtora de sentidos sobre o texto e sobre o mundo prático. Segundo Nunes (1988),

Posto que o texto narrativo é “um convite para ver nossa *praxis* como é ordenada por tal ou qual enredo articulado em nossa literatura” (11), essa projeção se dá quando a inteligibilidade prática, subjacente à compreensão narrativa, despertando no leitor o entendimento de sua própria ação, leva-o a retomar o mundo da obra no mundo histórico, efetivo, em que está situado. (NUNES, 1988, p. 21).

Mimese III pressupõe, assim, um encontro do mundo ético com o mundo poético, iluminando o retorno da compreensão narrativa à compreensão prática, a historicidade intrínseca à experiência de leitura de uma narrativa e recolocando o problema da referencialidade dos textos como um problema comunicativo, e não apenas textual. Tratando desse processo à maneira de uma “fusão de horizontes”, Ricoeur (2010a, p. 132) retoma as discussões feitas em *A metáfora viva* sobre a relação entre sentido e referencialidade. O filósofo parte do pressuposto de que a linguagem se oferece para além dela mesma, isto é, diz algo sobre algo. Com isso, o problema da referência se coloca precisamente como um problema dialogal. Como afirma Ricoeur,

Essa perspectiva de um referente do discurso é rigorosamente contemporânea de seu caráter de acontecimento e de seu funcionamento dialogal. É a outra vertente da instância de discurso. O acontecimento completo é não só que alguém tome a palavra e se dirija a um interlocutor, mas também que tenha a ambição de trazer para a linguagem e compartilhar com outrem uma *experiência* nova. É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo por horizonte. Referência e horizonte são correlativos tal como o são a forma e o fundo. (RICOEUR, 2010a, p. 133)¹¹

A relação entre a narratividade e a referencialidade é transposta, nesse sentido, para uma problemática eminentemente comunicativa em que a narrativa deve ser entendida como operação subdividida em três estágios – nos quais percebemos um enraizamento no mundo prático, uma instância de configuração e o papel ativo do leitor – e a referencialidade não é simplesmente o que antecede a narrativa – mas também o que por ela é constituído. Trata-se menos de uma adesão às teses construtivistas do que da percepção de que a capacidade de fazer referência e a capacidade de comunicar andam juntas, de modo que a referência passa necessariamente pelo processo comunicativo, dinâmico, transformador e produtor de inovação semântica.

Colocando o problema da referencialidade em termos de fusão de horizontes, Ricoeur (2010a) não sugere um rompimento com a experiência prática. Pelo contrário. O filósofo ressalta o fato de que nossas experiências são exatamente o que temos a dizer e a contar. E que, ao fazê-lo, trazemo-las para a linguagem e para o compartilhamento, de modo que se transformam tanto na passagem de mimese I para mimese II, no esquema da transposição poética, quanto na passagem de mimese II para mimese III, no confronto entre o mundo projetado pelo texto e o mundo projetado pelo leitor.

¹¹ É importante esclarecer que o acontecimento de que trata Ricoeur, neste contexto, diz respeito ao discurso como acontecimento de linguagem, isto é, como instância em que ocorre a comunicação. Para Ricoeur, o fato de que o discurso se refere sempre a alguma coisa reforça esse caráter acontecimental: “o acontecimento [...] é a chegada à linguagem de um mundo por intermédio do discurso” (RICOEUR, 1989, p. 112). Nesse sentido, o próprio autor expõe sua filiação a Benveniste, mais do que a Saussure.

Todo esse processo, em suas dimensões ética, poética e estética, parece-nos bastante adequado para o empreendimento de uma abordagem da narrativa. Em primeiro lugar, porque transcende uma preocupação com a imanência e a estrutura textuais, tornando o próprio texto um fenômeno dinâmico integrante de um processo comunicativo mais amplo. E também porque nos permite realocar os problemas da narrativa para além do ato de contar, trazendo consequências para a compreensão que temos da relação entre narratividade e experiência, entre narrativa e texto e entre narrativa e leitura. O desafio que essa abordagem da força narrativa coloca é seu deslocamento em direção à natureza do fenômeno que buscamos observar. Este será o dilema que discutiremos em nossa próxima seção.

1.3 Elementos de uma poética jornalística. Poética? Jornalística?

Começamos este capítulo ressaltando duas dificuldades enfrentadas pela abordagem narrativa do jornalismo: a desconfiança dos profissionais e a resistência dos teóricos da narratividade. Há, contudo, uma dificuldade em nível teórico que, a princípio, parece desafiar a proposta de mobilizar o modelo ricoeuriano em favor de nosso percurso argumentativo. O próprio P. Ricoeur (2010a), quando se refere às narrativas, trata especialmente das narrativas literárias e históricas, também em função da problemática do tempo que desenvolve em *Tempo e Narrativa*. Por isso, exploraremos nesta seção uma crítica ao filósofo a respeito do que seria uma limitação de seu modelo narrativo para dar conta da pluralidade de narrativas contemporâneas. Em seguida, retomaremos os autores do campo da Comunicação que já têm buscado empreender uma abordagem das narrativas jornalísticas na esteira da hermenêutica narrativa de Ricoeur, tanto no sentido de corroborar a pertinência desse movimento quanto no de explorar o estado da arte em que se encontra a discussão.

Segundo alguns críticos de Ricoeur (MICHEL, 2003; BORISENKOVA, 2010), o modelo narrativo ricoeuriano se mostra inadequado para um esforço analítico voltado às narrativas modernas – entre elas as midiáticas. Isso porque está alicerçado principalmente na intriga aristotélica, marcada pelo modelo da tragédia grega, e na intriga bíblica. Os críticos sugerem que tal abordagem já não corresponde à complexidade das formas narrativas que habitam a experiência contemporânea. A principal questão, para Borisenkova (2010), é a de que o modelo aristotélico do *mýthos* não cobre todos os tipos possíveis de narrativas. “Embora o modelo aristotélico do *mýthos* possa ser uma ferramenta ideal para a análise de

uma tragédia grega ou uma passagem da Bíblia [...], ele não é adequado para muitas formas narrativas modernas” (BORISENKOVA, 2010, p. 95-96, tradução nossa)¹².

Esses autores certamente têm razão ao afirmarem a inadequação direta do modelo aristotélico, no qual Ricoeur se inspira, à análise das narrativas contemporâneas que constituem nossos objetos empíricos. Contudo, o *mýthos* aristotélico só não se adequará às narrativas contemporâneas se compreendido como “modo” de narrar, como “fábula”. Entendido enquanto operação de *mise en intrigue*, como sugere Ricoeur (2010a; 2012), suas possibilidades de aplicação se ampliam consideravelmente para além de uma preocupação com gêneros e formas:

Aqui, o gênero é a imitação ou a representação da ação, da qual a narrativa e o drama são espécies coordenadas. [...] A equivalência entre *mimesis* e *mýthos* é uma equivalência pelo “o quê”. (RICOEUR, 2010a, p. 64)

Em primeiro lugar, não caracterizaremos a narrativa pelo “modo”, isto é, a atitude do autor, mas pelo “objeto”, porque chamamos de narrativa exatamente aquilo que Aristóteles chama de *mýthos*, isto é, o agenciamento dos fatos. (RICOEUR, 2010a, p. 65)

Vistos à luz de sua operacionalidade, os conceitos de intriga e da tripla mimese, definidores da narrativa para Ricoeur, ganham intensidade necessária para constituírem um esquema amplo de inteligibilidade e de compreensão do mundo prático. Esse esquema é suficientemente extenso para ser aplicado inclusive a outro campo de conhecimento, como Ricoeur o fez em *Arquitetura e Narrativa* (1998):

Como ponto de partida, gostaria de criar uma analogia, ou melhor, o que parece ser, num primeiro momento, uma analogia: um paralelismo estreito entre a arquitetura e a narrativa, em que a arquitetura seria para o espaço aquilo que a narrativa é para o tempo, ou seja, uma operação “configurante”. (RICOEUR, 1998, p. 2, tradução nossa)¹³

Segundo o filósofo, podemos olhar até mesmo para a arquitetura através das lentes da tripla mimese – tomando o ato arquitetural em analogia à prefiguração, a construção como o gesto configurante e o habitar como momento de refiguração do espaço. O círculo hermenêutico, portanto, propõe-se um modelo abrangente que se define pela dinâmica com

¹² Although the Aristotelian model of *muthos* could be an ideal tool for the analysis of a Greek tragedy or a passage of the Bible (“the Model of all the narrative models”), it does not adequately account for many modern narrative forms.

¹³ Au point de départ, je voudrais mettre en place une analogie, ou plutôt ce qui paraît, au premier abord, n'être qu'une analogie: un parallélisme étroit entre architecture et narrativité, en ceci que l'architecture serait à l'espace ce que le récit est au temps, à savoir une opération « configurante ».

que apreende diferentes processos da *práxis* humana. Dessa maneira, embora não esteja preocupado com as imediatas correspondências empíricas de sua argumentação, o filósofo acaba autorizando a apropriação desse esquema conceitual em outros campos pela própria amplitude que lhe confere. Enquanto modalidade de ação voltada à compreensão da experiência, a narrativa ganha um matiz abstrato sem perder suas propriedades pragmáticas. E, como afirma Ricoeur, passa a significar mais um processo do que um “modo”.

É com base nesse alargamento conceitual que diversos autores vêm trabalhando na esteira da hermenêutica narrativa para abordar o jornalismo a partir de suas narrativas (CARVALHO, 2010a; MOTTA, 2004; ARQUEMBOURG, 2003; 2011; LITS, 1997; RESENDE, 2009; CASADEI, 2010). Diante do argumento fundamental de que narrar é dar sentido ao mundo, e considerando toda a complexidade de relações éticas, poéticas e estéticas que imantam o ato narrativo, concordamos com Carvalho (2010a) quando argumenta que o modelo ricoeuriano se mostra profícuo para o estabelecimento de uma compreensão da dimensão narrativa do jornalismo. Segundo o autor, “não nos parece inadequado dizer que a tríplice mimese constitui, por excelência, o processo de mediação que o jornalismo, a partir das suas narrativas, estabelece com o conjunto social” (CARVALHO, 2010a, p. 12).

É importante perceber que a defesa do caráter narrativo do jornalismo já não está assentada no fato de que é intrínseco a esta instância social a atividade de contar histórias. Trata-se de perceber o caráter de mediação do jornalismo, naquilo que opera em relação aos acontecimentos que se produzem na experiência social e nos são diariamente narrados, ajudando a conformar nossa visão sobre eles e sobre o mundo que nos cerca. Sobre esse processo, podemos ir ainda mais fundo: as narrativas jornalísticas são ainda mediadoras porque partem de esquemas conceituais gerais e restritos sobre a experiência cotidiana para configurarem histórias sobre acontecimentos e peripécias do social que são continuamente refiguradas por comunidades leitoras que habitam esse mesmo mundo prático transfigurado poeticamente.

Segundo Arquembourg (2011), a despeito da incompletude estrutural da narrativa midiática, resultante de seu caráter fragmentário e diacrônico, esse conjunto de narrativas pode ser observado à luz dessa abordagem teórica da hermenêutica porque, entre outros motivos, também se confronta com a dialética da concordância / discordância intrínseca à *mise en intrigue* enquanto parte da operação de transfusão poética da experiência prática. Diz a autora:

Na ausência de uma totalidade configurada, a atividade narrativa dos *médias* repousa sobre uma tensão permanente entre a discordância daquilo que surge de maneira

contingente e das reconfigurações fragmentadas e sucessivas daquilo que ocorre, obrigando a reler outra vez aquilo que aconteceu inicialmente, e a antecipar novos possíveis. (ARQUEMBOURG, 2011, p. 46, tradução nossa)¹⁴

Frente à discordância do que se produz no cotidiano social, tais narrativas agem configurando sucessiva e fragmentariamente o que ocorre, numa profusão de histórias que buscam dar sentidos às ações e acontecimentos que atravessam nossa experiência individual e coletiva. É necessário acrescentar que a força narrativa desses relatos reside no fato de que essa atividade possui uma ancoragem ética, partindo de um conjunto extenso de saberes e valores oriundos tanto das regras profissionais quanto de convenções sociais, e de que tal processo é ativado pela experiência de leitura, também relativa à formação de uma comunidade leitora responsável por refigurar e pôr em circulação os sentidos produzidos no curso dessa atividade narrativa e comunicativa.

Esses pressupostos nos autorizam a tratar de uma “poética jornalística”?

Arquembourg (2011) faz uma importante observação sobre esse aspecto, ressaltando a necessidade de evitar respostas positivas ou negativas demasiado precipitadas, mesmo porque não se trata de uma prova dos nove a uma aplicação conceitual, mas sim um exercício de observação repleto de tensões. Para essa autora, a aplicação da hermenêutica narrativa à narratividade midiática abre a questão acerca da possibilidade de qualificarmos esse conjunto de relatos como narrativas. “Inacabadas, esquivas, desprovidas de autoria, sempre ameaçadas pela discordância, essas tessituras de intriga não coincidem completamente com a definição de uma narrativa concebida como uma totalidade configurada” (ARQUEMBOURG, 2011, p. 48, tradução nossa)¹⁵. A questão que persiste, para essa autora, não é a de uma impossibilidade, mas do clareamento das condições segundo as quais podemos tomá-las como narrativas. Por esse motivo, Arquembourg (2011, p. 48) defende que a narratividade midiática nos leva “aos limites da narrativa”.

Em que pesem as ressalvas quanto ao esteio da hermenêutica narrativa para uma abordagem das narrativas jornalísticas, há um consenso entre esses autores de que o próprio exercício analítico, isto é, a própria observação de determinados fenômenos sociais e midiáticos pressupõe a mediação da narração. Como afirma Borisenkova (2010, p. 92), a “narração não é um procedimento alternativo à observação; observação requer narração”. Assim, a preocupação se desloca completamente das narrativas em direção à narratividade,

¹⁴ En l’absence de totalité configurée, l’activité narrative des médias repose sur une tension permanente entre la discordance de ce qui surgit de manière contingente et des reconfigurations parcellaires et successives de ce qui survient, obligeant à relire autrement ce qui est arrivé initialement, et à anticiper de nouveaux possibles.

¹⁵ Inachevés, insaisissables, dépourvus d’auteur, toujours menacés de discordances, ces mises en intrigue ne coïncident pas complètement avec la définition d’un récit conçu comme une totalité configurée.

num movimento bastante semelhante àquele proposto por Leal (2006) acerca do “olhar narrativizante”, um modo de questionamento voltado às atividades configuradoras de experiências, saberes e práticas.

O que se propõe, com essa abordagem via hermenêutica narrativa, é o escrutínio do jornalismo enquanto instância operadora de um processo mimético que requer maior observação de todos os seus estágios, seja no nível da prefiguração do campo prático (com a exploração de um vasto horizonte axiológico que semeia o terreno onde se erigirá a intriga), seja no âmbito da configuração (com o desvelamento dos esquemas causais, das regras que governam a disposição dos elementos composicionais), e seja na atividade de refiguração (com sua temporalidade particular, seus constrangimentos e mecanismos específicos). É seguindo esse percurso de questionamentos, alguns revelados e outros ainda em aberto, que acreditamos ser possível tratar de uma poética jornalística, ainda que estejamos caminhando rente aos limites da narrativa.

Como afirma Motta (2004),

O jornalismo conta continuamente as histórias dos nossos heróis, nossas batalhas e conquistas, nossas derrotas e frustrações. O mundo do jornalismo é o mundo da tragédia e da comédia humanas. Como atividade mimética, é sobre esse pano de fundo da cultura e do tempo humanos, com todas as suas fortunas e infortúnios, paradoxos e ordenações, que o jornalista trabalha, e no qual ele se encontra com seus leitores ou ouvintes. Nesses termos, podemos falar de uma poética e de uma narrativa jornalística, assim como falamos em uma poética e uma narrativa literária. (MOTTA, 2004, p. 15-16)

Encontra-se, nesse cotejamento com a narrativa literária, uma consonância para além daquela colocada pelas teorias do jornalismo que começaram a se preocupar com o caráter narrativo do jornalismo: o parentesco desses gestos narrativos está precisamente no nível da poética, e não apenas da poesia. Se, como afirma Ricoeur, as narrativas transpõem em poema o agir e o padecer humanos, ganha ênfase a afirmação de que o mundo dos jornalistas é o mundo da tragédia e da comédia – e também do drama – humanas. A narrativa se torna aquele gênero universal, gesto compreensivo sobre nossa experiência invocado a todo o momento– e não apenas próprio de um universo artístico. É por esse motivo que a poética, aqui, só poderia dizer respeito à *poïesis*, verbo de ação seguido pela terminação *-sis*, que, em grego, sublinha o caráter dinâmico e processual da palavra, que “é identificada, sem maiores formalidades, à arte de ‘compor as intrigas’” (RICOEUR, 2010a, p. 59).

1.3.1 Narrativa jornalística e textura causal

A implicação mais imediata dessa abordagem das narrativas jornalísticas é a observação de que podemos tecer narrativas e dar sentido às experiências de maneiras infinitamente diversas. Ocorre, no entanto, que as narrativas jornalísticas, como ressaltam os teóricos do campo, estão subordinadas a convenções específicas que regulam a tessitura de suas intrigas. Essas convenções, se não dizem sozinhas da dimensão narrativa do jornalismo, como temos argumentado, certamente nos auxiliam a pensar sobre esse âmbito, especialmente com base nas pistas que revelam sobre os esquemas narrativos utilizados para dar sentido às ações e acontecimentos. O resultado desses esquemas é o desenho de texturas que amarram os elementos composicionais, estabelecendo não apenas uma ordem temporal, mas também lógicas de causalidade.

O interesse pelas relações de causalidade estabelecidas pelas narrativas jornalísticas não indica um retorno às estruturas formais. Primeiro porque não houve um abandono delas, mas sim uma tentativa de abordá-las de maneira processual. E segundo porque nossa intenção é observar tais relações como parte do processo de *mise en intrigue*, e não como um aspecto interno às intrigas. Desse modo, levamos em conta tanto aquele conjunto axiológico onde se ancoram as narrativas jornalísticas quanto o próprio movimento de leitura, responsável pela efetivação ou não dessas tramas causais. Assim, o problema da causalidade se mantém como uma questão relativa à operatividade da narrativa em seu haver com os acontecimentos e ações da experiência social.

Antes de expormos alguns problemas relativos às relações de causalidade presentes nas narrativas jornalísticas, será preciso voltar aos postulados sobre a narratividade para fundamentar a discussão acerca do problema. Parece-nos necessário recuperar ao menos dois aspectos relativos à composição da intriga no que tange o estabelecimento de relações causais. O primeiro deles é o argumento levado adiante por Ricoeur (2010a), na esteira de O. Mink, de que todo o peso da inteligibilidade da intriga deve recair “na conexão como tal estabelecida entre acontecimentos, em suma, no ato judicatório de ‘tomar juntamente’. Pensar numa relação de causalidade, mesmo entre acontecimentos singulares, já é universalizar” (RICOEUR, 2010a, p. 73).

Para o filósofo, a *mise en intrigue* pressupõe o estabelecimento de sequências verossímeis entre acontecimentos: trata-se da substituição da sequência episódica e sucessiva correspondente ao “um depois do outro”, correlativa ao curso de nossa experiência prática, pela sequência causal do “um por causa do outro”, resultante do ordenamento próprio da composição da intriga. Ainda não está em causa a pertinência das lógicas causais interpostas, mas sua necessária existência enquanto corolário do aspecto integrador e organizador da

operação de configuração. Se o leitor nos permitir uma repetição: compor a intriga é “fazer surgir o inteligível do acidental”, ainda que o próprio inteligível seja acidentado, grávido de discordâncias.

Um segundo aspecto a ser recuperado, já presente em germen na observação acima, diz respeito às relações temporais estabelecidas pela composição da intriga. Segundo Ricoeur,

o ato de composição da intriga combina em proporções variáveis duas dimensões temporais, uma cronológica, outra não cronológica. A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história como feita de acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos *em* história. (RICOEUR, 2010a, p. 115, grifo do autor)

Devemos entender a afirmação do autor com o cuidado de não tomá-la como um simples elogio à contracronologia como regra que governa a intriga. Ricoeur defende, sim, o estabelecimento de relações temporais que rompem com uma cronologia própria da experiência prática, lembrando que essa mesma cronologia pode ser portadora de reviravoltas temporais. A argumentação principal do autor é precisamente a resolução provisória que a poética dá às aporias temporais, substituindo o tempo da experiência prática pelo tempo da narrativa. Por esse motivo, afirma-se que o ordenamento provocado pela tessitura da intriga é sobretudo um ordenamento temporal, do qual derivam relações de causalidade.

É o momento de nos perguntarmos sobre as consequências desse modelo para pensarmos as relações de causalidade. A primeira delas, da qual começamos a tratar no início desta seção, diz respeito às incontáveis maneiras pelas quais podemos atribuir sentidos a um conjunto de acontecimentos. Sobre esse aspecto, a historiografia dá uma importante contribuição ao estudo da narratividade ressaltando a importância da construção da intriga para uma semântica dos acontecimentos históricos – o que podemos aproximar, não sem ressalvas, da pretensão jornalística de dar conta de acontecimentos ocorridos (ou mesmo em sua ocorrência). Segundo White (1994),

Podemos conferir sentido a um conjunto de acontecimentos de muitas formas diferentes. Uma delas é subordinar os eventos às leis causais que podem ter regido a sua concatenação a fim de produzir a configuração particular que os eventos parecem assumir quando considerados como “efeitos” de forças mecânicas. É o modo da explicação científica. Outra maneira de conferir sentido a um conjunto de acontecimentos que parece estranho, enigmático ou misterioso em suas manifestações imediatas é codificar o conjunto em função de categorias culturalmente fornecidas, tais como conceitos metafísicos, crenças religiosas ou formas de estória. O efeito dessas codificações é tornar familiar o não-familiar; e em geral esse é o modo da historiografia, cujos “dados” sempre são imediatamente estranhos, para não dizer exóticos, simplesmente em virtude de estarem distantes de nós no tempo e de se originarem num modo de vida diferente do nosso. (WHITE, 1994, p. 102).

A natureza dos acontecimentos com os quais as mídias jornalísticas se confrontam é, sem dúvida, distinta daquela dos eventos históricos. Contudo, não hesitamos ao afirmar que o dilema colocado pela composição da intriga histórica possui correlação com a tessitura de intrigas jornalísticas, pelo simples fato de que os acontecimentos não estão prontos e pré-ordenados para serem narrados. Embora lide com os acontecimentos cotidianos, menos exóticos e distantes que os históricos de que White fala, o jornalismo também precisa explicá-los pela via da composição da intriga. E é esse aspecto que, a nosso ver, reforça a pertinência do problema da causalidade narrativa para o jornalismo, isto é, o fato de que, nas narrativas jornalísticas, a pretensão de contar deve conviver com a necessidade de explicar o que ocorreu.

Esteado nas teses narrativistas da historiografia, erigidas em oposição às argumentações nomológicas segundo as quais os acontecimentos históricos possuem suas próprias redes causais que devem ser transpostas narrativamente, negligenciando toda a operação narrativa em suas implicações para a composição da intriga histórica, Ricoeur (2010a, p. 295) faz questão de ressaltar que “narrar já é explicar”. Sem maiores formalidades, o autor leva adiante o argumento de que as narrativas estabelecem necessariamente um nexo causal entre aquilo que narra. “Se, em virtude da própria operação de composição da intriga, toda narrativa põe em ação uma conexão causal, essa construção já é uma vitória sobre a simples cronologia e torna possível a distinção entre a história e a crônica” (RICOEUR, 2010a, p. 295). A transfusão poética pressupõe o deslocamento das relações causais que operam na experiência prática (a história) em favor das relações estabelecidas pela operação narrativa (a crônica).

No seio da querela historiográfica, em que há o grupo dos que defendem a distinção da narrativa história frente às demais e o grupo dos que advogam pela indiferença fundamentada pelo gesto narrativo que a torna comum às demais, Ricoeur (2010a) se posiciona a meio caminho. Ao mesmo tempo em que reconhece o lugar central da dimensão narrativa da historiografia, reivindica uma particularidade para essa modalidade de narração: “o historiador não é um mero narrador: fornece as razões pelas quais considera um fator *e não outro* a causa suficiente de determinado curso de acontecimentos” (RICOEUR, 2010a, p. 307, grifo do autor). O que buscamos ressaltar ao trazer o exemplo da historiografia é a existência e importância da causalidade para a caracterização das operações narrativas.

O que se desenha como suspeita, à maneira de uma hipótese de trabalho, é que, assim como a narrativa histórica, a narrativa jornalística ganhe distinção pelas relações causais que

instaura entre os elementos que integra no curso de uma intriga. Uma diferença elementar entre esses dois gestos narrativos, e que, a nosso ver, acaba por confirmar a pertinência da questão, situa-se precisamente na necessidade de justificação ou exposição das razões pelas quais se escolheu um em vez de outro percurso causal. Diante da pretensão à objetividade, o jornalismo não está preocupado em se justificar nesse sentido, mas em mobilizar outras estratégias narrativas para autenticar o próprio trabalho, corroborando, dessa maneira, os percursos causais que desenha. Daí a importância de se observar o processo em que se desenham essas tramas causais, na tentativa de revelar suas ancoragens, não apenas em termos de convenções profissionais, mas de convenções narrativas e culturais segundo as quais uma explicação causal é mais válida que outra.

Em estudos sobre as narrativas jornalísticas, o problema da textura causal se encontra submetido à questão da (pretensa) autoridade jornalística para narrar histórias sobre os acontecimentos cotidianos (ALBUQUERQUE, 2000; RESENDE, 2009). Esse ângulo se traduz, no âmbito da discussão sobre a narratividade, na adesão à tese de que, ao estabelecimento de uma textura causal como processo intrínseco à *mise en intrigue*, corresponde uma atribuição ou imputação causal. Ao transpor poeticamente, substituem-se as regras de causalidade do mundo prático pelas regras de causalidade da poética. Para Albuquerque (2000, p. 6), os recursos narrativos empregados pelos jornalistas atuam não apenas no sentido de “legitimar como verdade as notícias que eles veiculam, mas também de reforçar a autoridade dos jornalistas, permitindo que eles se apresentem como intérpretes legítimos dos acontecimentos do ‘mundo real’”. Para esse autor, os jornalistas não apenas querem legitimar o que dizem, mas a própria condição de dizer, colocando-se nessa posição confortável de portadores da verdade, intérpretes por excelência dos acontecimentos.

Trata-se, assim, da legitimação da condição de narração dos jornalistas, e não da justificação ou fornecimento de razões pelas quais foram tecidas as tramas causais. A questão da autoridade, no entanto, explica apenas uma face do problema da causalidade nas narrativas jornalísticas. Permanece em aberto a questão sobre as particularidades e recorrências relativas às texturas causais invocadas para dar sentido aos acontecimentos que se produzem e são produzidos na experiência social. A essa indagação correspondem outras, como a percepção do conjunto axiológico em que se ancoram essas narrativas e, por sua vez, seus nexos causais, na direção daquele mundo prefigurado como estágio necessário ao processo narrativo. E também o papel desse conjunto axiológico na refiguração dessas narrativas, que põe em jogo a percepção e adesão às relações causais.

Devemos reconhecer, antes de encerrar a apresentação das relações causais como objeto central em nossas preocupações, que a tentativa de observar e compreender a tessitura causal operada pelas narrativas jornalísticas não visa à busca de um quadro fixo de nexos que regulam o fazer narrativo jornalístico. Esperamos, sim, compreender o processo pelo qual o jornalismo transpõe poeticamente os acontecimentos, inscrevendo-os em relações causais – enquanto processo intrínseco à tessitura dessas ocorrências a uma intriga. Não está em questão, portanto, somente a legitimidade, validade ou pertinência dessas lógicas causais estabelecidas pelo jornalismo, mas, antes, sua identificação e compreensão. Nesse sentido, concordamos com Farré (2004), que, também preocupada com a dimensão narrativa do jornalismo, afirma:

Narração é atribuição de sentido; é uma dobradiça que funde uma linguagem com uma interpretação do mundo e, ao fazê-lo, coloca em relação os indivíduos e as ações (indivíduos e propriedades), acrescentando um valor à história: a compreensão. Desse modo, transcende o caráter explicativo dos argumentos lógicos. (FARRÉ, 2004, p. 138, tradução nossa)¹⁶

A preocupação com a trama causal não deve, nesse sentido, privilegiar a explicação como elemento organizador principal das narrativas. Narrar é, antes de tudo, estabelecer uma compreensão sobre a experiência prática, dotá-la de sentido. E é nesse terreno hermenêutico-compreensivo que buscamos estabelecer nossa problematização, entendendo os nexos causais como relações explicativas, que buscam encerrar os sentidos sobre a experiência que traz para a linguagem, mas também compreensivas, num gesto de alargamento do horizonte de sentidos possíveis. É certo que as narrativas jornalísticas reivindicam uma autoridade interpretativa, mas, se entendemos as narrativas como um processo de mediação em três camadas, ética, poética e estética, a autoridade passa a ser nosso objeto de enfrentamento em direção à compreensão dessa instância social narradora e, por isso, configuradora dos acontecimentos que nos afetam, individual e coletivamente.

¹⁶ Narración es dotación de sentido; es bisagra que funde un language com una interpretación del mundo y, al hacerlo, pone en relación sujetos y acciones (individuos y propiedades), dando un valor añadido a la historia: la comprensión. De ese modo, trasciende el carácter explicativo de los argumentos lógicos.

CAPÍTULO II

EM TORNO DO ACONTECIMENTO

A história contemporânea viu morrer o acontecimento “natural” quando se podia idealmente substituir uma informação por um fato da realidade; entramos no reino da inflação evenemencial e devemos, para o bem ou para o mal, integrar essa inflação no tecido de nossas existências cotidianas.¹⁷

P. Nora, *L'événement monstre*

O trecho extraído do conhecido ensaio de P. Nora nos dá algumas pistas para compreender a entrada do acontecimento como preocupação no campo da Comunicação. Em *L'événement monstre* (1972), o historiador reconhece que esses fenômenos, antes pertencentes ao domínio da historiografia, saíram da alçada dos cronistas do passado para integrar o “universo dos *media*”, a efetiva morada do acontecimento moderno. Os meios de comunicação de massa, diz Nora, inflacionaram o acontecimento. “Para que haja acontecimento é preciso que ele seja conhecido” (1972, p. 162, tradução nossa).¹⁸ Ressoar em larga escala é, nesse sentido, o imperativo categórico do acontecimento, que se libertou dos livros de história e invadiu nosso cotidiano sem que possamos evitá-lo.

Quatro décadas depois da constatação de Nora, é difícil imaginarmos um mundo em que o acontecimento esteja dissociado desse universo midiático, ou mesmo pensarmos num meio de comunicação que tenha desprezo pelo acontecimento. Contudo, parece-nos prudente questionar: de que natureza é essa relação entre o que ocorre e o que é contado pela mídia?

O fascínio com essa inflação dos acontecimentos, como consequência de uma inflação midiática, contaminou diversos estudos em Comunicação, especialmente as chamadas Teorias do Jornalismo. Embora não se possa dizer que o acontecimento tenha ocupado lugar central nesse último conjunto de investigações, como ocuparam os conceitos de agendamento, *gatekeeper*, *newsmaking*, valor-notícia, entre outros, seria equivocado falarmos da ausência ou mesmo menosprezo daquela noção. Além do que, nas últimas duas décadas, seguindo outras disciplinas, tais como a historiografia, a sociologia e a filosofia (WHITE, 1994; REIS, 2006; RICOEUR, 2010a; QUÉRÉ, 1997; BORISENKOVA, 2010; ROMANO, 2007), os Estudos Comunicacionais e as Teorias do Jornalismo retomaram de forma substantiva a discussão acerca do conceito e suas potencialidades teóricas e metodológicas

¹⁷ L'histoire contemporaine a vu mourir l'événement « naturel » où l'on pouvait idéalement troquer une information contre un fait de réalité; nous sommes entrés dans le règne de l'inflation événementielle et il nous faut, tant bien que mal, intégrer cette inflation dans le tissu de nos existences quotidiennes.

¹⁸ Pour qu'il y ait événement, il faut qu'il soit connu.

(ARQUEMBOURG, 2003; BABO-LANÇA, 2006; BENETTI; FONSECA, 2010; CARVALHO, 2010b; FRANÇA, 2012; LEAL; ANTUNES; VAZ, 2011; SODRÉ, 2009).

Nossa intenção, neste capítulo, é caminhar por entre algumas visadas teóricas que se ocuparam do acontecimento no âmbito das Ciências Sociais. O objetivo desse percurso é perceber e retirar, nessas discussões, elementos que contribuam teórica e metodologicamente para a adoção do acontecimento como conceito fundamental para a compreensão da narratividade jornalística, especificamente naquilo que diz respeito à inscrição do acontecimento em texturas causais reveladoras do modo como essas narrativas atuam como mediadoras dos acontecimentos que intervêm em nossa experiência. A noção de acontecimento será, portanto, nossa pedra de toque para chegarmos às definições que, a nosso ver, mais contribuem para compreender elementos de uma poética jornalística do acontecimento.

Inicialmente, serão recuperadas e problematizadas noções de acontecimento presentes em estudos sobre comunicação – alguns com ênfase no jornalismo, outros mais abrangentes. Em seguida, discutiremos o desenvolvimento de uma noção de acontecimento fundamentada numa perspectiva pragmatista e sua apropriação na Comunicação. Exploraremos, a seguir, uma visada hermenêutica sobre o acontecimento e o que acreditamos ser um ponto de convergência com o Pragmatismo. Finalmente, faremos um trabalho de síntese das contribuições teóricas, relacionando-as com o massacre de Realengo no sentido de compreendê-lo como acontecimento.

Cumprе salientarmos, de antemão, a permanência da questão espinhosa que atinge quase a totalidade dos estudos dos quais falaremos, a saber, a distinção conceitual entre acontecimento e fato, ou entre acontecimento e acontecimento jornalístico – além de outras denominações, tais como *media event* e *happening*. Longe de ser consensual, a discussão por vezes nem aparece como problemática. Como veremos, isso se explica no interior de algumas perspectivas teóricas que tornam equivalentes o acontecimento como aquilo que se produz e sua narração pelas mídias noticiosas, ou naquelas em que os conceitos remetem a fenômenos “dados”, prontos na natureza. Nossa posição a respeito dos conceitos será delineada ao longo do capítulo. Por ora, limitar-nos-emos a explicitar a distinção quando necessária na evocação dos autores que comentaremos. Começaremos pela última corrente citada, na qual o acontecimento aparece como algo aparentemente resolvido, um *a priori*.

2.1. Perspectivas substancializantes do acontecimento

Há um conjunto de estudos, especialmente no âmbito das Teorias do Jornalismo, nos quais o conceito de acontecimento é pouco problematizado em razão de servir a perspectivas voltadas à definição de códigos e regras de conduta profissionais (BELTRÃO, 1992; MELO, 2006; LAGE, 1990; BAHIA, 1990). Em outros casos, o acontecimento é tomado como matéria-prima do trabalho jornalístico, sendo entendido como o referente de que tratam as narrativas noticiosas (ALSINA, 2005; CHARAUDEAU, 2007; RODRIGUES, 1993; TRAQUINA, 1993b). Conhecer essas perspectivas é importante para a argumentação aqui desenvolvida, principalmente em relação à superação de certas conceituações, contra as quais se colocaram as visadas teóricas com as quais concordamos.

A primeira forma de abordagem considera o acontecimento uma espécie de realidade reprodutível. O fenômeno surge, sob esse enfoque, de matiz fortemente deontológico, como finalidade precípua do jornalismo. Sob a égide das normas de objetividade e veracidade, o acontecimento é aquilo a que o jornalista deve ser leal, contra toda e qualquer ideologia perniciosa, num gesto respeitoso ao papel social da profissão. O acontecimento é aquilo que não se pode contrariar, objeto de devoção instituído pelas regras profissionais. Essa concepção encontra fundamentação numa ideia fixa de realidade que deve ser reproduzida pelo jornalista em sua totalidade. Sobre esse aspecto, merecem atenção as observações de Marques de Melo:

Reproduzir o real, por intermédio da lente de aumento da imprensa, significa ser fiel aos acontecimentos, permitir que eles ganhem repercussão pública exatamente como ocorreram. (MELO, 2006, p. 38)

A objetividade jornalística converte-se novamente à sua dimensão ética. Na medida em que o jornalista [assume] o papel de agente social, responsável pela observação da realidade, ele se torna mediador entre os fatos de interesse público e a cidadania. Por isso, resgatar a objetividade jornalística, depurando-a das distorções tecnicistas (síntese atomizada dos acontecimentos) ou ideologizantes (neutralidade, imparcialidade, apoliticismo), significa buscar novos padrões de expressão jornalística, possibilitando a difusão de diferentes versões dos fatos, *honestamente construídas*. Todo acontecimento envolve múltiplas variáveis, distintas motivações: é necessário desvendá-lo completamente, mostrando ao cidadão sua fisionomia integral. (MELO, 2006, p. 49, sic, grifo do autor)

Como objeto de uma realidade pré-existente, o acontecimento é pouco ou nada problematizado. Está aí, pronto e acabado, por isso sujeito às maquinações daqueles que o apanham para narrá-lo. Há um *em si* e um todo do acontecimento que o jornalista deve perseguir e sem os quais o trabalho jornalístico se fragiliza, pois recai num tipo de superficialidade tecnicista ou ideologizante. Assim, portador de uma substância, o acontecimento deve ser penetrado em sua profundidade – ou pluralidade – para que o

jornalista desvele sua verdade. E, como nota Bahia (1990), na impossibilidade de aceder a essa verdade, deve-se aproximar ao máximo dela buscando a veracidade do que efetivamente aconteceu:

Nada mais longe da veracidade, por exemplo, que a visão superficial do acontecimento. [...] Em jornalismo uma informação objetiva é uma informação fiel ao que relata, precisa no que diz. Em sentido mais amplo, objetividade significa apurar corretamente, ser fidedigno, registrar as várias versões de um acontecimento. É também ser criterioso, honesto e impessoal. (BAHIA, 1990, p. 13)

O acontecimento é instituído como um ente natural, objeto precioso para o trabalho jornalístico, que não deve contaminar sua pureza, mas contá-lo com a máxima fidedignidade, ainda que isso implique olhá-lo sob prismas distintos.

Outro elemento que compõe o pano de fundo dessa conceituação é a compreensão da linguagem como instrumento neutro e impessoal através do qual o jornalismo opera. “A comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si” (LAGE, 1990, p. 39). O acontecimento se torna, assim, aquilo que é capturado no mundo, processado pela linguagem e transmitido ao receptor, que se situa no final de uma cadeia de transformações.

Além da linearidade do processo (primeiro, acontecimento; em seguida, trabalho jornalístico; finalmente, receptor), é criticável toda a equação, excessivamente simples e com poucas variáveis. É consensual, nessa perspectiva, o reconhecimento da centralidade ocupada pelo acontecimento para o jornalismo, mas no sentido em que este se torna o condutor entre o que ocorre e o que chega ao público. Embora não seja problematizado, o acontecimento é mantido como elemento definidor do próprio trabalho jornalístico: “[...] jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum” (BELTRÃO, 1992, p. 67).

Nessa abordagem, o acontecimento permanece indefinido justamente porque é definido de antemão como fenômeno próprio de uma realidade pré-existente e reproduzível por intermédio da linguagem.

Na medida em que se afastaram das preocupações deontológicas do campo das Teorias do Jornalismo, foram expressivos os avanços das investigações sobre o acontecimento, que passou a ser compreendido não mais como objeto acabado, mas como uma ruptura na ordem das coisas, para a qual o jornalismo tenta atribuir ordenamento. Começou-se a levar em conta tanto o trabalho interpretativo posterior ao surgimento das ocorrências quanto o aspecto

fenomênico daquilo que se produz contra toda regularidade. O conhecido trabalho de Rodrigues (1993) é ilustrativo dessa perspectiva:

No discurso jornalístico, o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação. Por isso, uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre mas que os factos são soberanos. É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais. [...] O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência. (RODRIGUES, 1993, p. 27)

O acontecimento começa a ser compreendido como irrupção, como o que se produz contra as expectativas e se destaca. Embora não faça distinção entre os conceitos de fato e acontecimento, o autor delinea a noção de acontecimento jornalístico para designar aquilo que, depois de se produzir numa “superfície lisa”, é apreendido pelo discurso jornalístico. A notícia ou o “discurso do acontecimento” funciona, para Rodrigues (1993), como uma anti-história, pois passa adiante esse poder de surpreender inerente ao acontecimento: pertence, como o acontecimento, ao mundo do acidente, do imprevisível, justamente por reverberar esse elemento constituinte do acontecimento.

É necessário, contudo, observar que a ideia de irrupção na superfície lisa da história, embora ressalte o carácter propriamente acontecimental dos eventos, esbarra no próprio modo planificado pelo qual apreende a história – mais rugosa que o autor gostaria de admitir –, e mesmo na imprecisão do termo, a partir do qual podemos pensar numa “história” cotidiana ou numa “história” contínua.

Rodrigues (1993) avança em direção a uma segunda categoria de acontecimento: os meta-acontecimentos. Diferente dos “referenciais”, esse tipo de acontecimento se realiza internamente a uma ordem do discurso. Existe em função de tal ordem. O carácter de ruptura é mantido, mas a instância de ocorrência é outra.

O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o facto de ele próprio ser dispositivo de notabilidade, verdadeiro *deus ex machina*, mundo da experiência autónomo das restantes experiências do mundo. O desvio do avião ou a revolta que se produz frente às câmaras da televisão ou perante os repórteres, a explosão de raiva ou de dor captada em directo pelas objetivas das máquinas mediáticas são exemplos de irrupções de meta-acontecimentos que têm nos próprios dispositivos da informação a fonte e a urgência. (RODRIGUES, 1993, p. 29)

O trabalho jornalístico é visto, então, como o que se situa paralelamente aos acontecimentos, e não mais *a posteriori* das ocorrências. O autor começa a delinear um quadro conceitual em que os acontecimentos se modificam em função do ambiente amplo de visibilidade engendrado pela mídia jornalística. São acontecimentos provocados ante a existência de uma ordem de discurso que os capturará, e não apenas de acontecimentos forjados pelo jornalismo. Enquanto lugar de discurso sobre os acontecimentos, o jornalismo se mostra um lugar de eclosão desses, no sentido em que sua própria presença interfere no curso dos processos sociais que perseguem a encenação e a projeção.

Estamos de acordo com a ideia de que a ordem do discurso do jornalismo abre caminho para o surgimento de acontecimentos cujo horizonte é justamente o da visibilidade, isto é, o de ser apanhado pela rede discursiva que lhes dará repercussão. O que se constitui como problemático, a nosso ver, é o primeiro conjunto de acontecimentos: os referenciais. Embora o autor ofereça uma discussão aprofundada e contemporânea sobre o acontecimento, passa a isolá-lo e mesmo simplificá-lo quando lhe abriga rigorosamente no interior de um mundo extradiscursivo e lhe entrega a um devir discursivo. O lugar do acontecimento, nesse sentido, seria o “ponto zero da significação”, à maneira de um corte que separa o pré-linguageiro do pós-linguageiro.

Trata-se de aspecto problemático semelhante ao que encontramos na definição de acontecimento proposta por Charaudeau (2007), para quem o acontecimento possui um estado inicial, a partir do qual é percebido e processado:

O acontecimento se encontra nesse “mundo a comentar” como surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa. Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível. (CHARAUDEAU, 2007, p. 95)

O autor avança na concepção de acontecimento em pelo menos dois aspectos: a colocação dos sujeitos em relação ao acontecimento e o estabelecimento, no âmbito midiático, de um “processo evenemencial” no qual o acontecimento é constituído. A entrada dos indivíduos numa definição de acontecimento, introduzida por Charaudeau, é significativa para sua compreensão como um fenômeno que não se encontra no mundo, isolado de qualquer outro elemento da experiência. Por outro lado, Charaudeau (2007) ainda localiza o sujeito no fim da cadeia de transformações. É alguém a quem o acontecimento acontece e que,

posteriormente, reage atribuindo significação. Ou seja, a equação ganha novas variáveis, mas continua linear e relativamente simples.

Charaudeau (2007) apresenta outra contribuição ao explorar com certo grau de detalhamento a lógica de ordenação dos sentidos daquilo que acontece. Divide tal processo em basicamente três etapas: a) a modificação, relativa à mudança de um estado do mundo, à produção de uma ruptura na ordem estabelecida; b) a percepção dessa modificação por um sujeito com capacidade para observar a instauração do descontínuo; c) a significação dessa modificação através de sua inscrição numa cadeia causal. Seria com base nesse modelo, ao qual são somados outros operadores de construção do acontecimento midiático, que a mídia atua em relação ao acontecimento.

Embora inscrito numa cadeia de significação, como novos atores e operações, o acontecimento continua sendo um ente disposto num “mundo a comentar”, fenômeno em estado inicial que requer um trabalho de desvelamento pela linguagem – e pelo trabalho jornalístico.

O acontecimento se torna, para usarmos os termos de Alsina (2005), o *input* do trabalho jornalístico, enquanto as notícias são o *output*. Permanece a ideia de que ele seja algo pré-existente, posteriormente percebido e inscrito num processo de atribuição de significados, numa cadeia linear e sequencial. E o jornalismo é mantido como operador intermediário entre um mundo real e um mundo mostrado: “[...] lemos as notícias acreditando que os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção” (TRAQUINA, 1993b, p. 168). O acontecimento à montante, a informação à jusante. O acontecimento matéria-prima, as narrativas produtos.

Apesar de tratarem reiteradamente os acontecimentos como matérias-primas do trabalho jornalístico, essas perspectivas começam a perceber e reconhecer que a narração do que ocorre não é desinteressada. Em vez de testemunha neutra da presença desses entes no mundo, o jornalismo é parte constitutiva e constituinte dos acontecimentos. Visto por esse prisma, o que ocorre não permanece incólume às narrativas. Pelo contrário. O trabalho de significação é considerado, também, um trabalho de constituição desses fenômenos. Essas questões indicam uma profunda mudança de perspectiva em relação à compreensão conceitual do acontecimento. Abandona-se uma espécie de ontologia substancializante do acontecimento em favor da ideia de processualidade na qual ele se desenvolve e onde diversos atores se encontram envolvidos. As mídias, e em especial o jornalismo, são mais do que operadores intermediários entre o que se produz na experiência, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista coletivo.

Entretanto, parafraseando Quéré (1997), uma questão se apresenta quando tratamos da relação entre mídia e acontecimento nesses termos: “Em que sentido podemos verdadeiramente dizer que os *médias* “constroem os acontecimentos”?” (QUÉRÉ, 1997, p. 416, tradução nossa).¹⁹ É sobre esse aspecto conceitual que discorreremos na próxima seção.

2.2. Perspectivas “construtivistas”

O êxtase com a inflação evenemencial contemporânea de que falamos no início deste capítulo parece compor o substrato da abordagem teórica nomeada por alguns autores como “construtivista” (QUÉRÉ, 1997; REBELO, 2006; FRANÇA, 2012). Segundo essa perspectiva, o agenciamento midiático – incluindo-se aí as narrativas jornalísticas – é elemento constituinte do que acontece e, ao mesmo tempo, constituidor do acontecimento enquanto fenômeno.

Quando chamou atenção para o lugar central da visibilidade midiática para o acontecimento, Nora (1972) parece ter aberto o caminho para a compreensão de viés construtivista. A asserção segundo a qual acontecimento é aquilo que é amplamente conhecido por intermédio da mídia opera uma fusão entre uma existência fenomênica e uma existência midiática do acontecimento: “É porque as afinidades entre tal tipo de acontecimento e tal tipo de meio de comunicação são tão intensas que eles nos parecem inseparáveis” (NORA, 1972, p. 162, tradução nossa).²⁰ Nessa perspectiva, tende a ser apagada a distinção entre acontecimento e acontecimento midiático e/ou jornalístico. Os acontecimentos propriamente ditos seriam sempre objetos de uma construção midiática.

Crítico do construtivismo, Quéré (1997) descreve as bases que fundamentam essa compreensão do acontecimento:

A abordagem construtivista está fundada sobre a ideia de que os acontecimentos que nos apresentam as mídias não são imagens puras e simples daquilo que se passa no mundo, mas o resultado de um processo socialmente organizado e socialmente regulado de formatação, de representação e de atribuição de sentido às informações, isto é, de descrições de ocorrências ou situações (essas descrições podem ser categóricas, narrativas, explicativas, etc.). Os acontecimentos que nos são dados a perceber através das imagens e dos discursos da mídia não existiriam, então, fora do domínio da informação. (QUÉRÉ, 1997, p. 416, tradução nossa)²¹

¹⁹ En quel sens peut-on vraiment dire que les médias « construisent les événements » ?

²⁰ C'est pourquoi les affinités entre tel type d'événement et tel moyen de communication sont si intenses qu'ils nous paraissent inséparables.

²¹ L'approche constructiviste est fondée sur l'idée que les événements que nous présentent les médias ne sont pas les images pures et simples de ce qui arrive dans le monde, mais les résultats d'un processus socialement organisé, et socialement régulé, de mise en forme, de mise en scène et de mise en sens d'informations, c'est-à-

Num texto dedicado ao mapeamento crítico de correntes teóricas sobre o acontecimento no campo da comunicação, o autor reconhece a contribuição da perspectiva construtivista no que diz respeito ao processo social de atribuição de sentidos àquilo que ocorre. Trata-se sobretudo de reconhecer que o acontecimento é resultante de um trabalho coletivo de constituição, no qual estão envolvidos agentes diversos. Por outro lado, Quéré critica fortemente a ideia de que acontecimentos sejam produtos de fabricação midiática, sobretudo porque tais estudos operam um isolamento do acontecimento à instância midiática. Esse gesto acaba por obliterar os demais atores e instâncias sociais, reduzindo, assim, a amplitude e complexidade do processo de constituição do acontecimento.

O conhecido estudo de Verón (2002) sobre a cobertura jornalística do acidente nuclear de *Three Mile Island*, ocorrido em março de 1979, nos Estados Unidos, é ilustrativo daquilo que propõe a abordagem construtivista. Para o autor:

Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já feitos em alguma parte da realidade e cujas propriedades e transformações nos são dados a conhecer de imediato pelos *medios* com maior ou menor fidelidade. Só existem na medida em que esses *medios* o elaboram. [...] Os *medios* informativos são o lugar donde as sociedades industriais produzem nossa realidade. (VERÓN, 2002, p. II, tradução nossa)²²

O autor chama atenção para o papel central ocupado pela mídia na publicização e mesmo na construção dos acontecimentos: ali se determina a importância do acontecimento, a partir da qual será descrito e explicado. Segundo essa perspectiva, é pela mídia que nos são dadas as causas, o cerne, a dinâmica e as consequências, enquanto componentes imprescindíveis para a inteligibilidade do acontecimento. Antes do trabalho midiático, o acontecimento não passa de “[...] uma espécie de invariável desconhecida” (VERÓN, 2002, p. 10, tradução nossa).²³ Assim, contra aquela perspectiva segundo a qual o acontecimento é um *a priori*, o autor propõe uma definição que parece radicalizar para o lado oposto: sem a mídia, o que ocorre é qualquer coisa inapreensível, que não vem à tona e, por isso, não nos acontece.

dire de descriptions d'occurrences ou de situations (ces descriptions pouvant être catégorisantes, narratives, explicatives, etc.). Les événements tels qu'ils nous sont donnés à percevoir à travers les images et les discours des médias n'existeraient donc pas en tant que tels hors du domaine de l'information.

²² Los acontecimientos sociales no son objetos que se encuentran ya hechos en alguna parte en la realidad y cuyas propiedades y avatares no son dados a conocer de inmediato por los medios con mayor o menor fidelidad. Sólo existen en la medida en que esos medios los elaboran. [...] Los medios informativos son el lugar en donde las sociedades industriales producen nuestra realidad.

²³ [...] una especie de invariable desconocida.

Dez anos depois daquela publicação, Verón retoma a discussão sobre o acontecimento para expor posicionamento ligeiramente distinto do anterior acerca do trabalho midiático sobre o acontecimento. De geradora do que ocorre a mídia passa a ser criadora de “posições de discurso” produtoras de realidades diversas sobre o acontecimento (VERÓN, 1990). Por outro lado, mesmo na revisão empreendida pelo autor, a instância midiática permanece como lugar privilegiado de produção de sentido sobre o acontecimento, com o que concordaríamos se Verón não tivesse conferido excessiva autonomia a esse “lugar” de constituição de realidades sobre o acontecimento, desprezando os demais atores envolvidos mesmo nos processos midiáticos.

Outro trabalho alinhado a essa perspectiva construcionista é o artigo de Champagne (1991) sobre a “construção midiática” dos problemas sociais. O autor leva ao extremo a ideia de que a mídia, e especialmente o jornalismo, constrói os acontecimentos ao sabor de seus interesses e rigorosamente dentro de sua própria lógica, o que acaba por planificar e sobredeterminar o acontecimento. Champagne (1991) trata de um acontecimento ocorrido em 1990, na periferia de Lyon: numa blitz policial, um rapaz de origem italiana foi derrubado da moto e morreu na queda, o que gerou revolta popular. Segundo o autor, jornais locais captaram a ocorrência na radiofrequência policial e rapidamente difundiram a informação, o que teria gerado um levante generalizado contra a polícia e mesmo contra jornalistas, acusados de forjar uma versão do acontecimento.

As mídias “[...] fabricam coletivamente uma representação social que, mesmo quando é excessivamente distante da realidade, perdura malgrados os desmentidos e retificações posteriores” (CHAMPAGNE, 1991, p. 65, tradução nossa).²⁴ Desse ponto de vista, resta para uma definição de acontecimento ser tomado como aquilo que é não apenas construído, mas forjado pela mídia, pelos jornalistas.

Segundo a crítica de Quéré (1997) a essa concepção, o acontecimento passa a ser compreendido como “artefato midiático”. Tanto a existência dos acontecimentos fica sujeita ao midiático quanto a mídia é considerada senhora dos acontecimentos que constrói.

Uma década após aquele trabalho, Champagne (2000) volta à discussão sobre o acontecimento e equilibra a argumentação anterior somando a ela a ideia de que acontecimento é não apenas produto midiático, mas também aquilo que é socialmente considerado e construído como tal, a partir da intervenção de agentes sociais. Apesar do

²⁴ [...] fabriquent collectivement une représentation sociale, qui, même lorsqu'elle est assez éloignée de la réalité, perdure malgré les démentis ou les rectifications postérieurs.

reconhecimento da entrada de novos agentes no processo, o campo jornalístico continua a possuir relativa autonomia e notável capacidade para designar e construir o acontecimento:

Por um lado, se há acontecimento é porque os jornalistas são obrigados a se perguntar diariamente qual é o “acontecimento do dia” para saber, concretamente, aquilo que eles devem colocar na primeira página de seu jornal. [...] Por outro lado, com os efeitos da midiatização aumentando continuamente diante do desenvolvimento do campo jornalístico e da aparição de mídias cada vez mais poderosas, são numerosos aqueles - grupos sociais, instituições, etc. - que tentam influenciar a fabricação de informação. O acontecimento, então, não é mais aquilo que é constatado pelo campo jornalístico, mas o que é produzido por aquele sobretudo sob a pressão de agentes pertencentes a outros campos sociais e que consideram que a produção da informação se tornou uma atividade extremamente importante para, mais do que nunca, ser deixada somente aos jornalistas. (CHAMPAGNE, 2000, p. 413)²⁵

Tanto Champagne (1991; 2000) quanto Verón (1990; 2002) reforçam a função exercida pela mídia na constituição dos acontecimentos, em especial dos acontecimentos que ganham o *status* de problema público. Tal perspectiva se coloca fortemente contra qualquer concepção apriorística do acontecimento, mas, como corolário, acaba por esvaziar a discussão ética e mesmo política em torno da narração do acontecimento, na medida em que o dimensiona sempre em termos de construto, de fabricação, dando excessiva autonomia à linguagem. Numa crítica feita recentemente ao construtivismo, França ressalta as limitações dessa abordagem, que, atualmente, “já encontra bem pouca sustentação, por negligenciar os fatos (a dimensão empírica do mundo), os sujeitos e as próprias especificidades dos dispositivos e linguagens” (FRANÇA, 2012, p. 41).

Diante do radicalismo dessas abordagens, o acontecimento sai enfraquecido diante da onipotência midiática. O fenomenológico, o existencial, aquilo que se constitui na experiência dos sujeitos é esquecido em favor do visível, do discursivo, do midiatizado. Há, contudo, algo de profícuo na afirmação da instância midiática como lugar privilegiado de produção de sentido sobre o acontecimento, com o cuidado de não lhe conferir autonomia nesse processo. Esse posicionamento é trabalhado de forma produtiva em outras abordagens de matiz construtivista, mas também fortemente ancoradas na fenomenologia social de Schutz, na

²⁵ D'une part, s'il y a événement, c'est parce que, chaque jour, les journalistes sont contraints de se demander quel est « l'événement du jour » afin de savoir, très concrètement, ce qu'ils doivent mettre en première page de leur journal. [...] D'autre part, parce que les effets de la médiatisation s'accroissent continûment avec le développement même du champ journalistique et l'apparition de médias de plus en plus puissants, nombreux sont ceux - groupes sociaux, institutions, etc. - qui tentent de peser sur la fabrication de l'information. L'événement n'est plus alors ce qui est constaté par le champ journalistique mais ce qui est produit par celui-ci, notamment sous la pression des agents appartenant aux autres champs sociaux et qui considèrent que la production de l'information est devenue une activité trop importante pour, moins que jamais, être laissée aux seuls journalistes.

sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann, bem como no interacionismo de Goffman e na semiótica.

2.3. A factualização do acontecimento

As perspectivas que aqui serão abordadas oferecem questões que ainda apresentam elementos pertinentes para o tratamento teórico e metodológico do acontecimento. Por outro lado, nessas investigações, as noções de fato e acontecimento se misturam e, por vezes, confundem-se, o que até então não parecia fazer problema para a compreensão das teorias em discussão. Assim, a despeito dessa limitação, buscaremos reter as questões produtivas para que sejam retomadas ao final do capítulo, ocasião em que teremos uma definição mais precosa de acontecimento a partir da qual trataremos o massacre de Realengo.

Um importante trabalho desenvolvido na esquina onde se encontram os estudos em jornalismo e as teorias do acontecimento foi desenvolvido por Molotch e Lester (1993). Interessados pelo “uso estratégico de acontecimentos”, os autores apresentam uma definição do conceito em comparação aos *happenings*: estes seriam ocorrências surgidas em contextos específicos de nossas vidas, algumas das quais se apresentam úteis para marcação do tempo, enquanto que aqueles seriam tais ocorrências quando “criativamente utilizadas”, quando materializadas como objetos do mundo social. Em suma, *happenings* possuem algo de natural, espontâneo e não social. Já os acontecimentos procedem de uma construção enquanto tais, construção essa que passa necessariamente pelos meios de comunicação. Tal distinção é semelhante às teorias que apreciamos criticamente nas seções anteriores.

A preocupação dos autores com o uso estratégico do que ocorre advém de um contexto em que, por um lado, a multiplicação dos conglomerados de comunicação produzia uma espécie de *event needs*, de demanda por acontecimentos para alimentar a crescente rede de comunicação; e, por outro lado, a conjuntura política (pós-Vietnã, pós-Nixon) revelava um ambiente midiático propício às estratégias de publicidade mais ousadas. Assim, Molotch e Lester (1993) se mostram preocupados com as disputas de sentido em torno dos acontecimentos, isto é, com os conflitos de interesse relativos às ocorrências:

Qualquer ocorrência é um recurso potencial para construir um acontecimento, e o acontecimento assim construído está continuamente dependente dos fins em vista para sua durabilidade. [...]

Uma vez que os indivíduos ou as colectividades têm propósitos diferentes, enraizados em diversas biografias, estatutos, culturas, origens sociais, e situações específicas, eles terão utilizações diferentes, e por vezes opostas, para as

ocorrências. Uma questão surge quando há, pelo menos, duas utilizações opostas, envolvendo pelo menos duas partes que têm acesso aos mecanismos de criação de acontecimentos. Para as questões públicas, estes mecanismos são os meios de comunicação de massas. (MOLOTCH; LESTER, 1993, p. 36)

Com base na ideia de que os acontecimentos resultam de relações específicas entre atores sociais diversos, os autores nos oferecem três tipologias de acontecimentos: os de rotina, pensados e programados, como as chamadas entrevistas coletivas; os acidentes, opostos aos de rotina; e os escândalos, ocorrências programadas por atores com interesses opostos aos de outros atores e *news promoters*. Em suma, Molotch e Lester (1993) definem o acontecimento a partir da existência de agentes interessados, entre os quais se destaca o próprio jornalismo:

Para o cidadão ler o jornal como um catálogo dos acontecimentos importantes do dia, ou para o sociólogo utilizar o jornal para a seleção de tópicos de estudo, é preciso aceitar-se como realidade o trabalho político através do qual os acontecimentos são considerados por aqueles que geralmente detêm o poder. (MOLOTCH; LESTER, 1993, p. 50)

O acontecimento surge, assim, como produto de uma construção coletiva de atores sociais que se utilizam de estratégias específicas para semeá-los em terreno midiático. Já não é, portanto, um mero artefato midiático, tampouco uma ocorrência isolada no mundo. Trata-se de algo constituído coletivamente, resultante de negociações e fortemente mediado pelo trabalho da mídia, especialmente das mídias jornalísticas. Apesar do nível de problematização da ideia de *happening*, a definição de Molotch e Lester (1993) certamente avança em relação às formulações anteriores, pois acentua pelo menos dois aspectos relativos ao acontecimento: a) seu pertencimento a uma cadeia extensa e complexa de relações que, de algum modo, antecede-o; b) a mídia como mecanismo de projeção daquilo que ocorre sob tais condições.

Sobre essa construção coletiva e midiática do acontecimento, outro trabalho proeminente é aquele desenvolvido por Tuchman (1978). Embora não seja propriamente um estudo sobre o acontecimento, a autora invoca o conceito de fato para compreender as notícias como “construção social da realidade”, perspectiva essa fortemente ancorada na sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann. Para Tuchman, fato é uma

[...] informação pertinente articulada por métodos validados profissionalmente que especificam as relações entre o que é conhecido e como isso é conhecido. Outros tipos de pesquisa, como a filosofia e a ciência, estão também preocupadas com a relação entre fenômenos e conhecimento. Mas os procedimentos noticiosos não são

nem contemplativos nem voltados para determinar essência. Também não são capazes de prever e confirmar constatações axiomáticas. Diferente das abordagens mais rigorosas e reflexivas sobre a facticidade, o trabalho noticioso é uma atividade prática orientada ao deadline. (TUCHMAN, 1978, p. 82, tradução nossa)²⁶

Tuchman (1978) introduz a ideia de “teia de facticidade”, um tipo de esquema prático e textual no qual está ancorado o trabalho jornalístico de construção das notícias. “Ao acionar a teia de facticidade, através de estratégias jornalísticas de validação na notícia, o jornal, em muitos momentos, legitima ou reforça a legitimidade de algumas instituições, e, em outros, questiona a legitimidade da fonte legítima” (MOURA, 2006, p. 17). As fontes jornalísticas ocupam, nesse processo, um papel estratégico tanto para a validação daquilo que o jornal busca apresentar como fato quanto para o questionamento de fatos enquadrados de modo distinto daquele que o jornal adota.

Depreende-se, portanto, uma definição de fato que foge às preocupações fenomenológicas voltadas à essência do que ocorre e dá prioridade às dimensões estratégica, profissional e produtiva da construção noticiosa. Tuchman (1978) não se ocupa dos acontecimentos como ocorrências, mas dos fatos, da forma midiática de construção dos acontecimentos que excede esse universo e, de alguma maneira, constitui uma realidade social desses acontecimentos. Para a autora, “[...] a mídia noticiosa define o enquadramento pelo qual cidadãos discutem acontecimentos públicos e que a qualidade do debate cívico depende necessariamente da informação disponível” (TUCHMAN, 1978, p. ix, tradução nossa).²⁷ Daí o enfoque na dinâmica de construção do acontecimento.

Embora a abordagem da autora dê total prioridade ao *newswork*, é possível extrair de seu trabalho uma noção de acontecimento segundo a qual o fenômeno passa necessariamente por uma dimensão de publicização, mas também de construção mediante sua inscrição numa teia de facticidade orientada por métodos e estratégias específicas de seleção e legitimação dos fatos, bem como por rotinas produtivas (TUCHMAN, 1993a). Ou seja, trata-se de uma objetivação do acontecimento na forma daquilo que é enquadrado, contado a partir de fontes estrategicamente escolhidas e, portanto, construído:

²⁶ [...] pertinent information gathered by professionally validated methods specifying the relationship between what is known and how it is known. Other sorts of inquiry, such as philosophy and science, are also concerned with the relationship between phenomena and knowing. But news procedures are neither contemplative nor geared toward determining essence. Nor are they able to predict and confirm axiomatic statements. Unlike more rigorous and reflective approaches to facticity, newswork is a practical activity geared to deadlines.

²⁷ [...] the news media set the frame in which citizens discuss public events and that the quality of civic debate necessarily depends on the information available.

Fatos e a necessidade por fatos, fontes e métodos de relatar são fenômenos mutuamente auto-construídos. Não quero dizer com isso nem que um fato de uma pessoa seja o viés de outra nem que a facticidade seja relativa e a-objetiva. Pelo contrário, quero dizer que métodos de identificação de fatos, incluindo os métodos de identificação de fontes apropriadas, objetivam a vida social e, às vezes, *reificam* fenômenos sociais. (TUCHMAN, 1978, p. 213, grifo da autora, tradução nossa)²⁸

A objetividade surge, assim, não como estratégia de fidelização aos fatos, como pretendo gesto de leitura objetiva do real, mas enquanto resultante do trabalho mesmo do jornalismo, qual seja, o de objetivar os acontecimentos da experiência humana. Para Berger e Luckmann (2009), a própria realidade da vida cotidiana existe em função daquilo que é socialmente objetivado, incluindo-se aí o jornalismo e outras tantas instituições e mecanismos de objetivação das coisas do homem. Por outro lado, Tuchman (1978) não abre mão da crítica de que, sobredeterminados pelo rigor produtivo, os fatos reificam aquilo que é dinâmico e simplificam o que é complexo.

A contribuição de Tuchman (1978) para a compreensão do acontecimento se dá tanto pela definição de fato que a autora desenvolve – como aquilo que não espelha a realidade, mas que enquadra fragmentos das ocorrências cotidianas – quanto pela acuidade com que observou o processo de construção jornalística do acontecimento, atravessado por rotinas, estratégias de validação, fontes interessadas etc., e sua importância para o conhecimento que as pessoas têm da própria realidade. Nesse sentido, discordamos da crítica feita por Meditsch (2010) a essa abordagem, acusada de instituir o jornalismo como instância central e autônoma de construção da realidade. Tendemos a ver em Tuchman (1978), na verdade, não apenas uma relativização da ideia de construção da realidade operada pelo jornalismo, como também uma complexificação desse processo no que diz respeito à entrada de atores sociais diversos, enquanto fontes, no cerne dessa construção, sem falar na própria colocação da instância jornalística como ator entre outros atores envolvidos no processo.

Decorrente da recusa a empreender uma abordagem “reflexiva” ou fenomenológica sobre a facticidade, percebemos em Tuchman (1978) resquícios daquela compreensão do acontecimento como aquilo que antecede o trabalho de significação, como uma espécie de fenômeno cuja manifestação goza de certa autonomia e substância. Mas apenas resquícios, pois, como destaca Moura (2006), a própria autora defende a antecendência da teia de

²⁸ Facts and the need for facts, sources and methods of reporting are mutually self-constructing phenomena. I do not mean to imply either that one person’s fact is another’s bias or that facticity is relative and unobjective. Rather, I mean that methods of identifying facts, including methods of identifying appropriate sources, objectify social life and, at times, *reify* social phenomena.

facticidade àquilo que acontece, como se o jornalismo, suas estratégias e lógicas produtivas estivessem à espreita do que ocorre.

Mouillaud (2002b) possui um importante e conhecido trabalho sobre essa relação entre a pré-existência das lógicas midiáticas de apreensão do acontecimento e a eclosão do acontecimento. Segundo o autor:

Acontecimento e informação não são instâncias que, a um dado momento, seriam autônomas. O acontecimento sempre possui a forma da informação. É este modo de apreensão que nos guiará ao longo deste estudo, ao invés da representação, suposta evidente, de um acontecimento que existiria inicialmente para si mesmo e ao qual se aplicaria, num segundo momento, a informação. (MOULLAUD, 2002b, p. 57)

Concordando com Tuchman, o autor se mostra crítico em relação às perspectivas que substancializam as ocorrências e, ao fazê-lo, argumenta em defesa de uma existência ambígua do acontecimento como aquilo que eclode e, num mesmo compasso, torna-se objeto de significação. Nesse sentido, o acontecimento se apresenta como o que é “pré-construído”, pois é dado a ver num processo de informação que começou antes de seu surgimento, num modelo de configuração que o antecede. Daí porque, como dizia Nora (1972), os limites entre o acontecimento e o que é contado pela mídia são imprecisos, borrados. A ordem discursiva do jornalismo, na qual o acontecimento é configurado, possui uma existência anterior ao acontecimento.

A partir do momento em que o rumor social é incluído no acontecimento, a mídia torna-se partidária do mesmo. É, ao mesmo tempo, externa e interna a um acontecimento ao qual atribui limites por seu próprio discurso. Não se lida mais com uma moldura posta sobre a realidade, mas com um enquadramento cuja expansão constitui a própria realidade (o que chamamos de cena do acontecimento). O acontecimento e a mídia confundem-se em um ponto em que a fala da mídia torna-se performativa, e não mais, apenas, descritiva. (MOUILLAUD, 2002b, p. 66)

Mouillaud (2002b) estabelece uma fronteira pouco rígida entre o que seria uma realidade do acontecimento e uma realidade construída. O enquadramento e a construção narrativa como que se interpõem entre nós e aquilo que ocorre. Assim, o acontecimento se nos apresenta necessariamente sob uma moldura e mediado por um esquema narrativo, por isso o que chamamos de acontecimento nada mais é do que uma “dinâmica inesgotável de apreensões” (MOUILLAUD, 2002b, p. 62). Nas palavras do autor, que nos ajudam a elucidar a distinção entre as noções de fato e acontecimento:

O “fato” e o “acontecimento” não têm o mesmo status. O “fato” é o paradigma universal que permite descrever os acontecimentos, uma regra da descrição dos mesmos (a codificação de toda experiência, seja qual for a natureza e a origem). O acontecimento (quando falamos de acontecimento “orientado”) designa uma exigência da representação. (MOUILLAUD, 2002b, p. 67)

Nem o fato apaga a dimensão fenomênica daquilo que ocorre, nem o acontecimento é estabelecido como absoluto. O acontecimento surge, para usarmos a metáfora do autor, como uma explosão de sentidos pulverizados, cujos fragmentos se precipitam sobre a membrana midiática, onde são dispostos de forma nítida. Contudo, se o jornalismo não está face a face com o mundo, isto é, com a realidade dos acontecimentos, nesse intercurso agem outros operadores, insere-se o “rumor social”. Como Mouillaud (2002b) também observou, os limites do acontecimento não são unívocos, tampouco claros.

O fato não substitui a dinâmica do acontecimento precisamente porque opera aquela moldura, estabelece uma apreensão possível, coloca-se como “envelope da experiência”. Pode-se, contudo, ir além. Ao inscrever o acontecimento na forma da informação, isto é, ao transformá-lo em fato, o jornalismo possibilita a partilha em larga escala daquilo que ocorreu. A mídia, diz Mouillaud (2002b, p. 70), “é a tela onde uma comunidade se recompõe através do compartilhar dos acontecimentos”. O acontecimento se constitui eixo em torno do qual se formam públicos e comunidades (QUÉRÉ, 2003; MARQUES, 2012). Quando emoldura a experiência do acontecido, a mídia se abre para a produção de novos sentidos, projetando novos acontecimentos.

Já o acontecimento será sempre credor do fato que o emoldura. “Trata-se de um fragmento extraído de uma totalidade que por si só não pode ser compreendida” (MOUILLAUD, 2002b, p. 61). Com isso, o fato surge como o momento de síntese da dialética inapreensível do acontecimento. Por isso o acontecimento da mídia é sempre um segredo, uma parte da sombra, porque permite ver, mas sobretudo não ver. O ocorrido transborda e escapa a qualquer tentativa de fixá-lo, de enquadrá-lo. O acontecimento é uma imperfeição, a incessante costura de um tecido sem bordas.

Das perspectivas em que o acontecimento era tomado como um objeto disponível no mundo, passando pelas linhas teóricas construtivistas até a compreensão do acontecimento como esse fenômeno inacabado que reverbera na membrana da mídia sob a forma do fato, observa-se um avanço substantivo em direção à complexificação do que entendemos por acontecimento. Percebe-se aos poucos a existência de operadores intermediários, de processos de atribuição e disputa de sentidos e de mediações narrativas incidindo diretamente sobre o

acontecimento. Nesse ensejo, como destaca França (2012), a mídia ganha considerável ênfase enquanto instância de mediação dos acontecimentos que eclodem e afetam a experiência:

Esse tipo de abordagem traz uma contribuição relevante ao destacar o papel que dispositivos midiáticos e formatos discursivos desempenham na atribuição de sentidos e na projeção pública das diversas ocorrências da vida cotidiana, bem como, pelo seu inverso, na ocultação de outros tantos. A mídia – a grande mídia, as mídias alternativas – constitui, sem dúvida, o espaço público central da sociedade contemporânea, uma instância e uma instituição de grande força e de penetração ímpar. (FRANÇA, 2012, p. 42)

A ênfase conferida à mídia por essa visada teórica constitui, por outro lado, sua própria limitação naquilo que propõe como definição de acontecimento. Ao privilegiar o esquema midiático de apreensão do acontecimento, descuida-se de sua dimensão fenomênica ou existencial, portadora daquilo que Quéré (2011a; 2012), na esteira de Peirce, chama de “força bruta” do acontecimento. Dizer que os acontecimentos são constituídos no universo discursivo midiático é ligeiramente diferente de afirmar que são construídos pelo discurso midiático. No entanto, a instância midiática continua ancorando fortemente a definição – obliterando a existência de outras instâncias produtoras de sentido sobre os acontecimentos, e mesmo das disputas de sentido entre instâncias distintas em torno do que ocorre. Paralelamente à apreensão do acontecimento pelas narrativas midiáticas, à sua inscrição numa teia de facticidade, algo de propriamente “acontecimental” se passa, intervém na experiência. Com isso não se quer defender um acontecimento ensimesmado, mas chamar atenção para a dimensão sensível do que ocorre e para o modo como essa dimensão se manifesta naquela dinâmica de apreensão.

Contra as tentativas de definir o acontecimento estritamente à luz dos processos narrativos midiáticos, um conjunto de autores se lançou em direção a outra possibilidade de compreensão desse fenômeno, na esteira da filosofia pragmatista e da hermenêutica narrativa (QUÉRÉ, 2005; 2010; 2011a; 2011b; 2012; BARTHÉLÉMY, 1992; ARQUEMBOURG, 2003; 2005; 2009; BABO-LANÇA, 2006). O esforço desses estudos é precisamente investigar de que maneira os acontecimentos se tornam problemas públicos, isto é, como ingressam na experiência pública de modo problemático. É sobre essa visada, crucial para a compreensão do massacre de Realengo como aquilo que invadiu a experiência pública, que discutiremos na seção seguinte.

2.4. A experiência dos acontecimentos

Estudar o acontecimento sem menosprezar sua dimensão fenomenológica implica esbarrar num insistente problema, ressaltando o filósofo Claude Romano (2007, p. 116, grifo nosso, tradução nossa): “[...] assim que buscamos compreender o acontecimento tal como ele mesmo advém, somos quase em seguida absorvidos por *outra coisa*”²⁹. O acontecimento, nesse sentido existencial, não é diretamente acessível. É sempre centelha, ou, para usarmos a feliz expressão de G. H. Mead, é aquilo que se torna (QUÉRÉ, 2005). Qualquer ontologia que o substancialize ou naturalize dificilmente logrará êxito ao explicá-lo. Diante disso, como apreendê-lo?

Caminhando rumo às contribuições da noção de acontecimento para se pensar sociológica e comunicacionalmente, alguns autores vêm desenvolvendo outra abordagem teórica segundo a qual, mais do que fenômenos discursivos, acontecimentos são rupturas no correr das coisas, descontinuidades instauradas no curso de nossas experiências (QUÉRÉ, 2005, 2010, 2011a, 2011b, 2012; ARQUEMBOURG, 2003, 2005). Além de revesti-lo enquanto fato, algo cujas origens precisam ser desveladas, propõe-se a tomada do acontecimento como um início, aquilo que introduz uma novidade, uma descontinuidade (QUÉRÉ, 2005). O acontecimento surge, nesse sentido, como o deus Jano, cujas faces se voltam para trás e para frente: modifica nossas projeções e retrospectões. Num paradigma factual, é o ponto culminante do que o precedeu. Do ponto de vista pragmático, é o novo que perturba a ordem das coisas.

A premissa de que o acontecimento pertence à ordem da experiência, dos sentidos, e não apenas da significação ou do universo discursivo, vem acompanhada de outras asserções. O principal elemento de distinção dessa visada sobre o conceito em relação àquelas que tratamos anteriormente nos parece ser precisamente a dimensão de “passibilidade”³⁰ do acontecimento, tal como discutida por Quéré (2005; 2010). É a passibilidade que, segundo o sociólogo, “faz com que a confrontação com um acontecimento assumam dimensões de provação, isto é, de travessia, na qual, aquele a quem o acontecimento acontece, seja um indivíduo ou coletivo, se expõe, corre riscos, perigos, põe em causa a sua identidade” (QUÉRÉ, 2005, p. 66). Do “acontecer” autônomo e isolado, avança-se em direção ao

²⁹ [...] desde que buscamos comprender el acontecimiento tal como él mismo adviene, somos casi enseguida absorvidos por otra cosa.

³⁰ O termo “passibilidade”, tal como traduzido, deriva do neologismo francês *passibilité*, que, por sua vez, é uma inflexão do substantivo *impassibilité*, que significa “o caráter de um ser que não é suscetível ao sofrimento” (ROBERT, 2009).

“acontecer a”, necessariamente relacional. O acontecimento não prescinde do sujeito a quem ele acontece, ou melhor, com quem ele acontece: são ambas partes da mesma experiência.

Para melhor esclarecer essa definição de acontecimento, convém tratarmos da concepção pragmatista de experiência na qual Quéré se fundamenta. Contra perspectivas metafísicas ou empiricistas, desenvolveu-se uma noção de experiência no âmbito do Pragmatismo, especificamente entre os filósofos J. Dewey, W. James e G. H. Mead, em que o termo aparece com certa plenitude de sentidos. Dewey (1974) chega a comparar o conceito, na esteira do colega W. James, aos termos “vida” e “história”, no sentido de explicar o caráter contínuo e reflexivo da experiência:

Começaremos observando que “experiência” é o que James chamou de uma palavra de duplo sentido. Como suas congêneres, vida e história, ela inclui *aquilo que* os homens fazem e padecem, *aquilo que* eles se esforçam por conseguir, amam, crêem e suportam, e também *como* os homens agem e sofrem a ação, as maneiras pelas quais eles realizam e padecem, desejam e desfrutam, vêem, crêem, imaginam – em suma, processos de *experienciar*. (DEWEY, 1974, p. 168, grifos do autor)

A experiência aparece, então, como processual, contínua, como aquilo que é corrente, como a atividade e a passividade inerentes ao viver. Experiência envolve, assim, o sofrer e o agir como elementos em constante relação; ocorre a partir da inter-ação entre homem e mundo da qual ambos saem transformados. Há, também, um componente de atenção. Daí porque determinados acontecimentos são incorporados à nossa experiência e outros passam despercebidos no fluxo da vida cotidiana. Em suma, a experiência se constitui a partir de acontecimentos, alguns dos quais compõem experiências singulares, fortes, que nos marcam e nos modificam, enquanto outros se perdem no “vagar da correnteza” (DEWEY, 2010).

“O acontecimento entra, portanto, na experiência, não somente como facto mas ainda como termo de uma transacção. O acontecimento e aquele a quem ele acontece são, ambos, coisas que ‘se tornam’ no quadro de uma transacção” (QUÉRÉ, 2005, p. 68). Acontecimento e sujeito estão implicados numa mesma experiência. Compartilham a condição de elementos ativos e dinâmicos que se modificam no curso dessa transacção. O acontecimento se precipita diante do sujeito, mas é este que atribui significação àquele, tornando-o inteligível, atribuindo-lhe sentido e significação. Daí porque “a confrontação com os acontecimentos, inclusive aqueles que surgem no curso da ação, é, pois, um componente essencial da organização da experiência” (QUÉRÉ, 2010, p. 35). O acontecimento é, para o autor, o que estrutura a textura das pertinências.

Diante da necessidade de situar o acontecimento entre aquilo que intervém na experiência e como aquilo com o que transigimos, Quéré (2011a; 2012) avançou conceitualmente em direção ao que chamou de “realismo pragmatista”: o acontecimento, nessa perspectiva, ancorada principalmente em Dewey e Peirce, é portador de uma dupla vida. Segundo o autor,

[...] a principal distinção que nós podemos fazer é entre os acontecimentos como mudanças que se produzem concretamente em nosso meio ambiente e os acontecimentos como objetos (objetos de pensamento, de discurso, de investigação, de julgamento). A grande diferença entre as duas formas é a simbolização, que introduz na experiência uma dimensão diferente daquela da simples existência (embora, como veremos, ela não esteja ausente da última). (QUÉRÉ, 2011a, p. 3-4, tradução nossa)³¹

A duplicidade do acontecimento, aqui, opera não mais como as duas faces de Jano, mas como a Fênix que renasce após o cessar das chamas. O primeiro acontecimento – como mudança num estado de coisas – é uma emergência existencial, processualidade que se dá num espaço de tempo e que, portanto, possui um começo e um desfecho. Tal acontecimento, em sua dimensão fenomênica, nos afeta de modo irrefletido. Prescinde de qualquer referência cognitiva. Por isso reagimos de forma espontânea, emocional, imediata. Ele nos golpeia, mas só é compreendido quando se torna objeto de investigação. A ele correspondem a qualidade “imediata e inefável” da primeiridade e a “colisão” característica da secundidade peirceanas³². Por outro lado, esse processo é reativo. E é nessa reatividade que podemos desenvolver a categoria periceana da terceiridade, no sentido de fazer dos acontecimentos “objetos de julgamento”, de modo que deixem de ser transformações existenciais e passem a ser objetos dos quais nos damos conta e sobre os quais nos debruçamos. É precisamente nessa transformação que a comunicação atua. Sobre essa questão, Quéré recorre a Dewey:

Quando a comunicação se faz, todos os acontecimentos naturais são submetidos à reconsideração e revisão; eles são readaptados para satisfazer as exigências da conversação, quer seja esta o discurso público ou aquele início de discurso que chamamos de pensamento. *Os acontecimentos são transformados em objetos, em*

³¹ La distinction principale que nous pouvons faire est entre les événements comme changements qui se produisent concrètement dans notre environnement, et les événements comme objets (objets de pensée, de discours, d'enquête, de jugement). La grande différence entre les deux formes est la symbolisation, qui introduit dans l'expérience une dimension différente de celle de la simple existence (bien que, comme nous le verrons, elle ne soit pas absente de cette dernière).

³² As noções de primeiridade, secundidade e terceiridade foram originalmente discutidos por C. S. Peirce como categorias universais da experiência e do pensamento (Cf. PEIRCE, 1980).

coisas com significações. (DEWEY apud QUÉRÉ, 2011a, p. 12, grifo do autor citante, tradução nossa)³³

É, portanto, pela comunicação que os acontecimentos acedem à condição de objetos do pensamento, do conhecimento. Quando objetivados no âmbito das interações, das “conversações”, eles adquirem significados, são simbolizados. “Isso porque o pensamento da experiência vem após a experiência e molda-se pela vivência da própria experiência” (DEWEY, 2011, p. 95). Os acontecimentos ganham uma segunda vida porque, ao sofrê-los, vivenciá-los, fazemos deles alvo de investigações, do exercício do juízo; submetêmo-los à linguagem, à significação, a partir da qual ganham novas propriedades (DEWEY, 1974). Quando a chama do fenômeno se apaga, ele ressurge das cinzas com um novo matiz, o da linguagem, que mantém viva sua força brutal, sua capacidade de nos afetar.

Nossa experiência comporta ambas as formas de acontecimentos. Estamos, afinal, sempre transformando acontecimentos emergenciais em acontecimentos-objetos. Contudo, o próprio autor reconhece: “Uma grande parte dos acontecimentos que são levados ao nosso conhecimento o são em forma de histórias e, definitivamente, muito poucos como objetos de uma investigação da qual nós mesmos participamos” (QUÉRÉ, 2011a, p. 17, tradução nossa).³⁴ As narrativas, como mediadoras da experiência dos acontecimentos, temperam seu poder de cesura, elemento determinante para a constituição do acontecimento como tal. Narrar, como dissemos anteriormente, é o gesto propriamente humano de tentar controlar aquilo que nos aflige, que desorganiza nossos sentidos.

Acreditamos haver na abordagem do acontecimento como “objeto de pensamento”, uma produtiva retomada da hermenêutica narrativa por Quéré (2011a). Se não uma retomada, uma possível conciliação entre as visadas pragmatista e hermenêutica, o que nos permitiria abordar o acontecimento sem negligenciar nenhuma de suas duas dimensões: o acontecimento como aquilo que efetivamente tomou espaço e tempo na experiência dos sujeitos e como objeto ao qual atribuímos significação a partir da operação de julgar, de compreender.

O lugar do acontecimento é o julgamento, isto é, a investigação: aquilo que define o acontecimento é seu pertencimento ao julgamento e sua contribuição para uma investigação, os quais têm lugar no universo do discurso (a comparar com aquilo que disse Ricoeur em *Tempo e Narrativa* 1, p. 102: “Um acontecimento deve ser

³³ « Quand la communication se produit, tous les événements naturels sont soumis à reconsidération et révision ; ils sont ré-adaptés pour satisfaire les exigences de la conversation, qu’il s’agisse de discours public ou de ce début de discours que l’on nomme pensée. *Les événements sont transformés en objets, en choses avec des significations* ».

³⁴ Une grande partie des événements qui sont portés à notre connaissance le sont sous cette forme d’histoires, et en définitive très peu en tant qu’objets d’une enquête à laquelle nous participons nous-mêmes.

mais do que uma ocorrência singular. Ele recebeu sua definição de sua contribuição para o desenvolvimento da intriga”): "Salvo ter em mente a diferença entre uma mudança existencial, como puramente existencial, e como um objeto de julgamento, a natureza do acontecimento se torna um mistério inexplicável. O acontecimento é um termo do julgamento, e não uma existência exterior ao julgamento". (QUÉRÉ, 2011a, p. 2-3, tradução nossa)³⁵

Não havendo um *em si* do acontecimento, o que parece ser um dos pontos de convergência entre as duas perspectivas teóricas, sua significação seria proveniente de algo além dele mesmo. Para Dewey (1974), seria do julgamento, do inquirido. Para Ricoeur (1991b, 2010a), a origem seria a intriga, a história na qual o acontecimento é inscrito e passa a coexistir com outros acontecimentos e elementos composicionais.

Esse encontro de perspectivas foi antecipado por Arquembourg (2005), numa crítica ao trabalho em que Quéré (2005) busca, em certa medida, renunciar à hermenêutica narrativa como base teórica para o estudo do acontecimento. Para o último, as abordagens narrativistas do acontecimento promovem uma espécie de clausura das ocorrências ao universo discursivo. Contra essa crítica, Arquembourg (2005) argumentava que a distinção entre acontecimento-existencial e acontecimento-objeto, ou mais precisamente entre acontecimento e fato, era, na verdade, uma questão de ênfase em aspectos distintos de um mesmo fenômeno.

Ora, a sobreposição operada por Louis Quéré entre facto e acontecimento, por um lado, começo e fim, por outro, introduz, na realidade, uma diferença entre duas posturas narrativas. A narrativa é entendida, aqui, simultaneamente, no sentido da hermenêutica e no sentido do pragmatismo de John Dewey, como uma operação de julgamento. A narrativa constitui a mediação por excelência, graças à qual os sujeitos podem aceder à compreensão deles mesmos, dos acontecimentos que os atingem e do caráter problemático das situações com as quais se confrontam. Por isso, o começo e o fim são distinções que não se impõem automaticamente. Para Dewey, é o julgamento de uma situação que delimita começos e fins, voltas e ciclos, intervalos e episódios. (ARQUEMBOURG, 2005, p. 111)

Com essa aproximação entre o pragmatismo de Dewey e a hermenêutica de Ricoeur, pretendemos jogar luz à dimensão narrativa do acontecimento, que, como veremos, não negligencia e tampouco substitui seu estatuto fenomenológico, como o fazem algumas abordagens citadas anteriormente. Obviamente, não se trata de dar um passo atrás e voltar a tornar o acontecimento estritamente equivalente ao fato. A narrativa, como veremos mais

³⁵ [...] le lieu de l'événement c'est le jugement, c'est-à-dire l'enquête : au fond ce qui définit l'événement ce sont son appartenance au jugement et sa contribution à une enquête, qui prend place dans l'univers du discours (à comparer à ce que dit Ricoeur dans *Temps et récit* 1, p. 102 : « Un événement doit être plus qu'une occurrence singulière. Il reçoit sa définition de sa contribution au développement de l'intrigue ») : « Sauf à avoir présent à l'esprit la différence entre un changement existentiel, en tant que purement existentiel, et en tant qu'objet de jugement, la nature de l'événement devient un mystère inexplicable. L'événement est un terme du jugement, non d'une existence extérieure au jugement.

adiante, não se confunde com o fato. Nesse sentido, concordamos com Arquembourg (2005) quando toma a narrativa como mediação fundamental da experiência dos acontecimentos, a partir da qual o acontecimento “retorna a si mesmo” em sua dinâmica constante do vir a ser.

Finalmente, para retomarmos a aporia observada por Romano (2007) acerca da fenomenologia do acontecimento, entendemos ser a compreensão narrativa aquela “outra coisa” que nos absorve sempre que empreendemos esforço no sentido de entender aquilo que advém e que nos acontece. A narrativa se coloca como condição de inteligibilidade do acontecimento, projetando novos sentidos e alargando o horizonte de possibilidades de compreensão daquilo que ocorre e nos afeta enquanto indivíduos e coletividades. Para explorar o modo como opera a narrativa em relação ao acontecimento, será necessário darmos um próximo passo em direção à compreensão da visada hermenêutica – e não apenas narrativa *stricto sensu* – sobre o acontecimento. Esse é o tema do tópico seguinte.

2.5. Acontecimento e mediação narrativa

No âmbito dos estudos sobre o acontecimento, conceito de grande relevância para a historiografia, sociologia, filosofia e outras tantas áreas de conhecimento, pode-se dizer que P. Ricoeur ainda não recebeu a devida importância por suas contribuições a uma melhor compreensão do conceito, ainda que tenha se ocupado exclusivamente dele em poucos trabalhos (RICOEUR, 1991b; 1992). Em suas obras mais recentes, especialmente naquelas em que se dedica à hermenêutica narrativa, o filósofo geralmente evocou o acontecimento como pedra de toque para a condução de uma linha argumentativa em direção às narrativas.

Em *Tempo e Narrativa* (2010a), o acontecimento surge no cerne da discussão que Ricoeur empreende sobre a competência da historiografia para refigurar o tempo. O conceito possui, naquela obra, extrema importância naquilo que oferece para a compreensão do trabalho de narrar o que ocorreu no passado. Assim, o acontecimento surge em função da intriga, momento configurador da narrativa. É tomado tanto como o objeto da narrativa quanto como aquilo que por ela é significativamente instaurado.

Um acontecimento tem de ser mais que uma ocorrência singular. Recebe sua definição de sua contribuição para o desenvolvimento da intriga. Uma história, por outro lado, tem de ser mais que uma enumeração de acontecimentos numa ordem serial, tem de organizá-los numa totalidade inteligível, de modo tal que se possa sempre perguntar qual é o “tema” da história. Em suma, a composição da intriga é a operação que tira de uma simples sucessão uma configuração. (RICOEUR, 2010a, p. 114)

A narrativa substitui a dimensão episódica dos acontecimentos e a amarra ao fio da história, fazendo a distinção entre meras ocorrências e acontecimentos cuja existência é significativa. Inserir o acontecimento na intriga também não lhe tira o efeito de cesura. É aí que reside certa dualidade nessa definição do acontecimento enquanto componente do esquema ricoeuriano da concordância discordante. Por um lado, o acontecimento é fonte de discordância quando surge na experiência. Por outro, é fonte de concordância, pois é ele quem faz a história contada – ou a experiência – avançar em direção a um desfecho. O acontecimento é o que recorta e, ao mesmo tempo, o que remenda.

O pano de fundo dessa definição do acontecimento como parte integrante de uma intriga, de onde deriva sua significação, é a própria compreensão de Ricoeur acerca da experiência como portadora de um caráter “pré-narrativo” (RICOEUR, 2010a, p. 127). Cada fragmento da experiência pede para ser narrado, para ser compreendido através da mediação narrativa. Para o filósofo, somos homens enredados em histórias, as quais são imprescindíveis para que possamos compreender o mundo, suas intrigas e acontecimentos. A outra fundamentação dessa compreensão do acontecimento está na própria definição de narrativa para Ricoeur, segundo a qual a intriga é um fazer, uma operação, e não uma estrutura:

Tomo, aqui, a narratividade como forma matricial de inteligibilidade, tal como a fazem funcionar tanto a narrativa tomada na ação quanto a narrativa sobre a ação. À diferença da racionalidade instrumental ou estratégica, ou mesmo da racionalidade ética (ao menos reduzida ao silogismo prático), é a inteligência narrativa que salva o acontecimento no movimento mesmo onde ela o pensa. O acontecimento é, por sua vez, incluído, isto é, englobado, e reconhecido como irreduzível ao sentido (RICOEUR, 1991b, p. 50, tradução nossa).³⁶

A narrativa é o que integra acontecimentos, personagens, circunstâncias etc. Faz a síntese do heterogêneo. E a tessitura de uma intriga, enquanto momento configurador da narrativa, é precisamente fazer avançar o fio da história, o que demanda um trabalho de organização, de compreensão, de reflexão: “O ato configurante que preside a construção de uma intriga é um ato judicatório, que consiste em “tomar juntamente”; [...] narrar já é “refletir sobre” os acontecimentos narrados” (RICOEUR, 2010b, p. 103). Nesse sentido, a dependência do acontecimento em relação à intriga não é um aprisionamento do mesmo ao

³⁶ Je prends ici la narrativité comme forme matricielle d'intelligibilité, telle que la met à l'oeuvre aussi bien le récit pris dans l'action que le récit sur l'action. A la différence de la rationalité instrumentale ou stratégique, ou même de la rationalité éthique (du moins réduite au syllogisme pratique), c'est l'intelligence narrative que sauve l'événement dans le mouvement même où elle le pense. L'événement est à la fois compris, c'est-à-dire inclus, englobé, et reconnu, comme irréductible au sens.

universo discursivo, mas uma libertação para as infinitas possibilidades de sentido. É a inscrição do acontecimento no interior de uma intriga que revela seus limites e transbordamentos, pois busca responder à imperiosa demanda de sentido própria do que nos acontece.

Trata-se de ressaltar e defender o caráter narrativo dos acontecimentos dos quais nos damos conta, e não propalar a ideia já tão criticada de que o acontecimento possui natureza narrativa, como algo estritamente linguageiro. Afinal, “a linguagem não constitui um mundo em si mesma. Nem mesmo é um mundo” (RICOEUR, 2010a, p. 133). É preciso compreender que o acontecimento, para Ricoeur, é essencialmente humano e, portanto, não resiste ao sentido. “Nessa evenemencialidade selvagem, a força de resistência se junta ao sentido” (RICOEUR, 1991b, p. 52, tradução nossa)³⁷. Aqueles acontecimentos que passam e não ficam, não ganham vida, são ocorrências físicas sem sentido.

O acontecimento não nasce fundador, isto é, eclode vazio de qualquer conteúdo que o qualifique por sua simples ocorrência. Ali, possui apenas aquela “força brutal” de que falava Quéré. É no percurso da tessitura de uma intriga que lhe é conferido o estatuto de ocorrência desprezível ou de acontecimento notável. “[...] sua narração se torna constitutiva da identidade, que podemos chamar narrativa, de suas comunidades, de seus indivíduos. O acontecimento é assim qualificado retrospectivamente, ou melhor, retroativamente como fundador” (RICOEUR, 1991b, p. 52, tradução nossa).³⁸ A narrativa, portanto, exerce tanto a função de integração quanto de constituição do acontecimento, no sentido em que é pela compreensão narrativa que ele ganha uma vida significativa para além do seu aspecto fenomênico. Nas palavras de Ricoeur,

[...] a narrativa não se limita a integrar acontecimentos, mas qualifica como acontecimento aquilo que inicialmente era apenas ocorrência, ou, como dissemos, simples peripécia. A narrativa é reveladora de acontecimentos. (RICOEUR, 1991b, p. 50, tradução nossa)³⁹

Se o acontecimento não está dado *a priori*, não basta que ele aconteça, no sentido mais urgente da palavra. Ele precisa ser revelado, promovido e identificado. Pela mediação narrativa, o acontecimento retorna a si próprio, tornando-se inteligível, e ocupando de modo significativo seu lugar na experiência. A experiência social está, afinal, repleta de

³⁷ Dans cette évenementialité sauvage se rassemble la force de résistance au sens.

³⁸ [...] leur narration est devenue constitutive de l'identité, qu'on peut appeler narrative, de ces communautés, de ces individus. L'événement est ainsi qualifié rétrospectivement ou mieux rétroactivement comme fondateur.

³⁹ [...] le récit ne se borne pas à intégrer des événements, mais il qualifie comme événement ce qui au départ n'est que simple occurrence, ou comme on dit bien, simples péripétie. Le récit est révélateur d'événements.

acontecimentos para os quais há um número expressivo de histórias e significações, muitas vezes opostas e instauradoras, elas mesmas, de novos acontecimentos.

A contribuição de Ricoeur se dá, a nosso ver, precisamente na inscrição dos acontecimentos em narrativas, na colocação das narrativas como guardiãs do acontecimento, como mediação necessária para sua inteligibilidade, seja do ponto de vista prático, que evocamos em nosso cotidiano, seja do ponto de vista teórico-metodológico, da análise dos fenômenos comunicacionais. Para perceber o modo como os acontecimentos interferem e modificam a vida dos sujeitos, é necessário estabilizá-los, o que não significa enrijecê-los, mas inscrevê-los na dinâmica ao mesmo tempo concordante e discordante das narrativas. E, principalmente, interpretá-lo à luz dessas narrativas.

Narrativas midiáticas – e principalmente as narrativas jornalísticas –, enquanto organizadoras dos “acontecimentos contemporâneos”, atuam de modo significativo nesse processo de atribuição de sentidos aos acontecimentos. Segundo Arquembourg (2003), num trabalho em que se apropria da hermenêutica ricoeuriana para tratar tanto do acontecimento quanto das narrativas midiáticas, esse conjunto de narrativas exerce relevante papel ao fazer frente aos acontecimentos que rompem com a ordem estabelecida:

Face à irrupção dessa desordem, surge uma demanda de sentido à qual responderá a produção de narrativas configurando o acontecimento. O objetivo dessas transferências consiste em reduzir a indeterminação do acontecimento e em identificar os fatos. Sob quais categorias, por quais termos nomear aquilo que sempre se furta a qualquer explicação? A demanda de sentido faz surgir histórias que ligam progressivamente motivos, objetivos, consequências, agentes etc., no seio de uma trama narrativa. (ARQUEMBOURG, 2003, p. 32, tradução nossa)⁴⁰

Pode-se depreender, assim, que esse conjunto de narrativas atua contra a desordem de sentidos, mas também opera na constituição dos acontecimentos como acontecimentos públicos. É certo que os próprios acontecimentos, como fenômenos, contribuem para a instauração do contexto em que serão inseridos, mas tal processo não é automático. Ao investigar suas causas e consequências, ao enredar agentes e pacientes, responsáveis e vítimas, e ao confrontá-los com outros acontecimentos, as narrativas qualificam os acontecimentos, dão-lhes uma existência significativa e social.

⁴⁰ Face à l'irruption de ce désordre, surgit une demande de sens, à laquelle va répondre la production de récits configurant l'événement. L'objet de ces échanges consiste à réduire l'indétermination de l'événement et à identifier les faits. Sous quelle catégorie, par quels mots nommer ce qui se dérobe encore à toute explication ? La demande de sens fait surgir des histoires qui relient progressivement des motifs, des buts, des conséquences, des agents, etc., au sein d'une trame narrative.

Quando falamos em jornalismo ou mídia, referimo-nos a um conjunto amplo de narrativas e operadores, àquela inflação factual de que falamos anteriormente. Não sendo fenômenos “consumados no real”, tampouco construções jornalísticas assim definidas isoladamente, deve-se considerar que os acontecimentos resultam de um trabalho coletivo de constituição, no qual atuam atores diversos, entre os quais o jornalismo (ARQUEMBOURG, 2009). Tais narrativas agregam e fazem dialogar, de algum modo, essa heterogeneidade de apropriações daquilo que acontece, sendo tecidas segundo lógicas e estratégias específicas do universo discursivo do qual fazem parte.

Relatos jornalísticos atuam como mediadores através dos quais diferentes atores, por meio das narrativas, configuram os acontecimentos – o que é diferente de construí-los ou criá-los. “É assim que as descrições, as categorizações e as narrativas produzidas por protagonistas, observadores, jornalistas e comentadores, participam na configuração colectiva do acontecimento público” (BABO-LANÇA, 2006, p. 20). Nesse sentido, o encontro das perspectivas pragmatista e hermenêutica nos permite pensar o acontecimento como o que se torna público tanto porque afeta os sujeitos constituindo públicos em torno de si quanto porque é assim configurado pelas diversas narrativas enquanto atos judicatórios através dos quais é desvelado.

Após um longo percurso entre teorias que têm no acontecimento, de modo mais ou menos central, objeto de preocupação, faz-se necessário prosseguir com uma espécie de síntese na qual o acontecimento que pretendemos investigar – através de narrativas jornalísticas – é definido à luz desse conjunto de contribuições teóricas. Essa será a tarefa do próximo e último tópico deste capítulo.

2.6. Massacre de Realengo como acontecimento

O massacre de Realengo pode, certamente, ser considerado um acontecimento com extraordinária força percussiva. É, também, bastante óbvio que o assassinato de 12 crianças no interior de um colégio, no início de um dia letivo como outro qualquer, modificou profundamente a ordem ali instituída, perturbando o curso das coisas e reverberando para outros espaços, alcançando pessoas que não o vivenciaram diretamente. Quando se produziu, rompeu com o *continuum* de experiências individuais e coletivas de forma súbita e violenta. Nesse sentido, podemos afirmar que o massacre de Realengo efetivamente aconteceu, pois não apenas aconteceu a alguém, como aconteceu transformando situações e indivíduos e suscitando reflexão.

Essa mesma força disruptora do acontecimento se manteve presente nas narrativas jornalísticas sobre o massacre de Realengo. Os próprios relatos irromperam no noticiário, servindo como um tipo de vetor do acontecimento. É certo que as narrativas jornalísticas operam no sentido de estabilizar a desordem de sentidos instaurada pelo acontecido, mas até que ponto a suavizam?

Como a explosão de sentidos narrada por Mouillaud (2002b), o acontecimento, no início, traduz-se em fragmentos esparsos. Tão logo se produz como fenômeno, é ordenado pela contraefetuação narrativa. A trama jornalística sobre o assassinio em Realengo começou a ser tecida pouco tempo após o desfecho do acontecimento – isto é, de seu núcleo espaçotemporal. À ocorrência logo é aplicada uma textura causal a partir da qual é identificada e explorada: primeiro, “tiros numa escola”; em seguida, “atirador mata estudantes numa escola”; depois, “massacre de Realengo”, e assim por diante. As páginas impressas, contudo, trazem um acontecimento maturado, narrado.

Todo o percurso teórico em torno das narrativas, corroborado por nossa leitura preliminar dos relatos de *Veja* e *Folha*, já nos permite afirmar que o acontecimento ganha matizes distintos cada vez que é relatado, isto é, cada vez que é inscrito numa história. No curso dessa “dinâmica inesgotável de apreensões”, histórias distintas dão lugar a acontecimentos distintos. Enredado na trama, o acontecimento traz consigo sujeitos, circunstâncias, causas, constantemente renovando a textura das pertinências.

Revestido pelo tecido narrativo, o acontecimento se torna o eixo em torno do qual se organizam elementos diversos da experiência; aliás, em torno do qual a própria experiência se organiza. Por isso a narrativa, em vez de operar um fechamento, mantém o acontecimento aberto às diversas possibilidades de sentido. Como veremos em nossa leitura das páginas de *Veja*, o acontecimento foi sobretudo um massacre sangrento e sem precedentes, protagonizado por um louco. No jornal *Folha de S.Paulo*, antes de qualquer coisa, aquela foi uma tragédia que vitimou inocentes e espalhou sofrimento. Ainda que narrado, o acontecimento continua sujeito ao constante vir a ser. O acontecimento resiste a qualquer tentativa de encerramento de seus sentidos, mesmo porque as próprias narrativas, enquanto ações em resposta ao que nos ocorre, têm consequências e sentidos imprevisíveis.

Enquanto gesto compreensivo em direção aos acontecimentos, a narrativa é também portadora de dinâmica, especialmente se tratando das narrativas jornalísticas, necessariamente inscritas na diacronia midiática. E principalmente narrativas jornalísticas impressas, nas quais o acontecimento é configurado episódio atrás de episódio, isto é, configurado, impresso e reconfigurado ao sabor do incessante desenrolar do acontecimento, mas segundo rígida lógica

produtiva. Como veremos no capítulo seguinte, até certo momento, *Folha* considera as causas do acontecimento incógnitas. Após a divulgação dos vídeos gravados pelo atirador de Realengo, a narrativa muda de rumo, como se uma das dimensões do acontecimento já tivesse sido esgotada.

Para além do momento configurador, a dinâmica do acontecimento também pode ser percebida no âmbito interpretativo das narrativas. *Veja* pode sugerir, como o fez em sua retrospectiva de fim de ano, o esquecimento do nome de Wellington Menezes de Oliveira como resposta à busca por visibilidade na qual se lançou o atirador. Aquele gesto narrativo foi, contudo, interpretado por uma das testemunhas de outra maneira: como desrespeito às vítimas, em quem a lembrança do acontecimento ainda vive. Definitivamente, o acontecimento não é bom álibi para as narrativas jornalísticas, cuja postura parece ser, diante da contracrítica de *Folha*, em sua coluna de *ombudsman*, à acusação de “cometer” sensacionalismo, a de querer se esconder atrás do que acontece para justificar aquilo que relata, na forma como relata.

É a textura narrativa que, em maior escala, permite saber inclusive a quem o acontecimento aconteceu, bem como quem o fez acontecer. No caso do crime de Realengo, o acontecimento é narrado como o que adveio de uma ação transformadora, de um gesto devastador. Wellington Menezes de Oliveira logo é designado como instância produtora do acontecimento, considerado sofrimento e provação para todos os demais indivíduos. Contudo, é preciso que ele se produza efetivamente para que seja desvelado. Enquanto experiência, transação, não pode ser previsto. Após sua eclosão é que são narrativamente distribuídos os papéis dos sujeitos enquanto personagens da história do que aconteceu.

O massacre de Realengo se apresenta, portanto, como acontecimento porque efetivamente se produziu, afetou sujeitos, demandou sentidos, foi narrativamente configurado e refigurado, e se tornou questão de ordem pública, avizinando-se a problemáticas variadas: *bullying*, desarmamento, violências nas escolas... Nesse sentido, as narrativas nas quais o acontecimento foi enredado – especialmente as jornalísticas – tiveram papel tão determinante para sua existência significativa quanto sua dimensão fenomênica.

Assim, tratamos antes de uma configuração narrativa jornalística do acontecimento do que de uma construção. O massacre de Realengo não é um objeto fixo disposto no mundo, à maneira de um acontecimento natural e acabado. Também não é um “artefato midiático”, acontecimento tão somente porque construído e eleito como tal pelos dispositivos midiáticos sob a pressão de atores diversos. O massacre é real e concreto, tanto no sentido de que se produziu na experiência quanto no de que assim é representado pelas narrativas jornalísticas

nas quais é inscrito e configurado. Ou seja, contra o fascínio exercido pela inflação factual contemporânea que parece ter animado alguns estudos sobre o acontecimento, diríamos: para haver acontecimento, não basta que seja conhecido. É preciso que ele nos aconteça e que respondamos a ele mobilizando uma compreensão narrativa.

A questão que se coloca, então, é compreender de que maneira as narrativas jornalísticas de que estamos tratando operaram uma configuração do massacre de Realengo, proporcionando-lhe uma vida significativa. Como se dá essa síntese jornalística do heterogêneo, especialmente no que concerne à textura causal aplicada ao acontecimento. Nesse sentido seguirá o percurso de nosso terceiro capítulo.

CAPÍTULO III

O MASSACRE NARRADO

Toda a história do sofrimento clama por vingança e pede narração.
P. Ricoeur, *Tempo e narrativa*

Quando escreve sobre o sofrimento e sua imperiosa demanda por narração, P. Ricoeur chama atenção para a necessidade humana de contar o que nos acontece como forma de resposta contra a injustiça, de prevenção contra o esquecimento da morte e dos mortos. “Contamos histórias porque, afinal, vidas humanas merecem e precisam ser contadas” (RICOEUR, 2010a, p. 129). O gesto de narrar é, então, tomado como artifício da vida para lidar com a morte, com o sofrimento imanente ao viver.

O acontecimento de que trataremos – e suas narrativas – se coloca precisamente entre a vida e a morte, entre sobreviventes e vítimas fatais; coloca-se, também, entre a injustiça cometida e o clamor por narração, entre as aflições e a reparação por meio do relato do que se passou. As narrativas jornalísticas do massacre de Realengo tratam de vidas humanas, de homens que agem e sofrem, e de homens agentes do sofrimento.

Wellington Menezes de Oliveira, rapaz de 23 anos, pobre, ex-aluno da escola municipal Tasso da Silveira, retornou àquele colégio na manhã de 7 de abril de 2011 para realizar uma chacina. Ele portava dois revólveres, com os quais matou 12 alunos da escola, com idade entre 12 e 14 anos, e feriu outros 12. Dois alunos que conseguiram escapar do assassinio se depararam com uma *blitz* policial e denunciaram o crime. Um sargento que participava da ação policial foi até a escola e, ao encontrar Wellington, desferiu-lhe um tiro no abdome. O assassino cometeu suicídio em seguida. Tão logo terminou o massacre de Realengo, uma explosão de narrativas reverberava no noticiário brasileiro. Plantões televisivos e *sites* reuniam os primeiros fragmentos do ocorrido minutos depois de Wellington Menezes de Oliveira dar cabo da própria vida. O acontecimento se encerrava em Realengo e, ao mesmo tempo, começava a ser tecido e espreado.

Embora não seja a única instância social de narração do acontecimento, o jornalismo certamente ocupa lugar proeminente entre os processos de redução das indeterminações daquilo que ocorre (ANTUNES, 2007; ARQUEMBOURG, 2003; 2005; 2009; BERGER; TAVARES, 2010; CARVALHO, 2010a; 2010b; MOTTA, 2004; SODRÉ, 2009), de individualização do acontecimento (QUÉRÉ, 2005; 2011b; BABO-LANÇA, 2006), de inscrição desses fenômenos em quadros de sentido (ANTUNES, 2009; CARVALHO, 2009;

FRANÇA, 2011; 2012). As narrativas jornalísticas atuam, portanto, como importantes mediadoras dos acontecimentos que afetam o cotidiano social, a experiência coletiva, contribuindo significativamente para nossa compreensão acerca do que ocorre. Há, sem dúvida, aquelas ocorrências que não vêm à tona, que ficam na penumbra da atividade social por razões diversas, mas o acontecimento que nenhuma narrativa midiática pudesse captar seria, como disse Arquembourg (2005, p. 112), uma “monstruosidade siderante”.

O massacre de Realengo talvez seja uma dessas monstruosidades siderantes. Não por ter escapado às narrativas jornalísticas, e sim pela veemência com que invadiu a experiência e pela ampla ressonância que teve nos dispositivos midiáticos. O monstruoso, então, é no sentido dado por Nora (1972) aos acontecimentos da contemporaneidade, que, repetidos à exaustão, tornam-se difusos e impetuosos vulcões da atualidade. Como instância mediadora, a mídia noticiosa – especialmente a chamada grande imprensa – tem um papel decisivo tanto para essa disseminação maciça e massiva do acontecimento quanto para a configuração desses fenômenos. Daí porque nosso interesse se volta para a revista *Veja* e para o jornal *Folha de S.Paulo*, duas das maiores mídias jornalísticas brasileiras, pelo alcance que têm em termos de público e vendagem⁴¹, bem como por serem consideradas mídias de referência – isto é, costumam pautar e referenciar o trabalho das demais mídias, ocupando lugar privilegiado na rede de informações.

Lançamo-nos na investigação dessas narrativas com a expectativa de que pudessem fornecer elementos para melhor compreendermos a mediação da experiência dos acontecimentos operada pelo jornalismo, principalmente no sentido de torná-los fenômenos inteligíveis – inscrevendo-os numa intriga, amarrando-os a uma textura causal. Reunimos edições de *Veja* e *Folha de S.Paulo* publicadas entre 8 de abril de 2011, um dia após o acontecimento, e 7 de abril de 2012, quando completou um ano. Foram encontradas referências diretas ao acontecimento de Realengo em 12 edições de *Veja* e em 34 edições do jornal *Folha de S.Paulo*, entre notícias, reportagens, colunas, notas e cartas.

Por ora, para além de descrever nossa empiria, jogaremos luz sobre essas narrativas do acontecimento no sentido de constituí-las nosso objeto. Em contrapartida, esperamos qualificar nosso problema frente a um primeiro mapeamento do fenômeno estudado, buscando maior refinamento para os operadores analíticos que mobilizaremos adiante.

⁴¹ *Veja* é a revista semanal de informação de maior tiragem do país e também a que possui o maior número de assinantes, enquanto que *Folha* é o segundo periódico diário brasileiro de maior tiragem. *Veja* e *Folha de S.Paulo* se apresentam como periódicos informativos de circulação e abrangência nacional. Os dados são do Instituto de Verificação de Circulação (IVC), referentes a 2011.

O propósito deste capítulo é explorar o objeto, percebendo suas peripécias mais salientes. Trata-se de narrar uma narração, de relatar os relatos daquele acontecimento tecidos pela revista e pelo jornal. A justificativa desse gesto nos parece ser, em termos hermenêuticos, a de que é preciso, antes, prefigurar o objeto para, em seguida, refigurá-lo. Tomando de empréstimo as categorias meta-históricas de Koselleck (2006) para clarear nossos objetivos, a pretensão desse primeiro movimento é constituir um “espaço de experiência” relativo a essas narrativas, de modo a abrir um “horizonte de expectativas”, isto é, um espaço de trabalho que ainda não pode ser contemplado ou experimentado. Como sabemos, não se pode deduzir expectativas apenas da experiência, sob o risco de sermos surpreendidos, mas também não se prescinde da experiência para lidar com o porvir, sob o risco de não se ter o que aguardar.

Como se perceberá, será feita uma leitura com cortes, saltos, retenções e arbitrariedades. A ideia é operar uma caça, lançar-se num desbravamento, como diria De Certeau (2009) sobre o ato de ler. Dessas narrativas, extrair questões, apontar os insumos de uma observação distinta daquela lançada no âmbito de uma seção analítica, que desenvolveremos em nosso quinto capítulo. Esse modo de “ler” e de constituir o objeto requer que tomemos a narrativa por uma totalidade, que planifiquemos a fragmentação própria da diacronia midiática. A cobertura do massacre, tanto em *Veja* quanto em *Folha*, desdobrou-se episódio por episódio. Reconhecemos que esse gesto, diferente daquele do leitor contemporâneo ao acontecimento e sua cobertura pela mídia, para quem a história se constrói edição atrás de edição – sem contar o atravessamento por outras narrativas, em outros dispositivos –, articula os episódios de modo particular. Não atualiza o de ontem pelo de hoje. Sintetiza-os advertidamente.

Passemos, então, às narrativas de *Veja* e *Folha de S.Paulo* sobre o massacre de Realengo, para, em seguida, cotejá-las mais diretamente com o aporte teórico no desenvolvimento de uma análise com enfoques mais precisos.

3.1. *Veja* e o monstro

Nossa história se inicia pela capa de *Veja* de 13 de abril de 2011, primeira edição da revista após o acontecimento.

Figura 1 – Capa de *Veja* de 13 de abril de 2011



Fonte: veja.com.br

O rosto de Wellington Menezes de Oliveira, em *close-up*, à direita da capa tingida em vermelho de *Veja* (FIG. 1), revela qual a face que a revista dá ao massacre de Realengo. A manchete, "O monstro mora ao lado", é escrita em branco, em caixa alta, sobre uma tarja preta que corta a página de um lado a outro na altura da boca do assassino. Morto, Wellington não tem voz. O crime foi sua última palavra. Trata-se do “monstruoso” protagonista daquela enigmática história, que, como mostra a revista, poderia ter acometido a todos nós. Quer dizer, uma história nem tão enigmática assim, apesar da interrogação ao final do subtítulo: “Como saber quando a loucura assassina emergirá das camadas profundas de anos de humilhação, solidão e frustração?”

Wellington Menezes de Oliveira é designado personagem central daquela história. Não são as vítimas, estudantes de uma escola pública daquele bairro. Não é o policial que deteve o assassino. Tampouco são os sobreviventes do acontecimento. Em metade das seis matérias publicadas na primeira edição de *Veja* sobre o massacre de Realengo, a revista se empenha fortemente na construção do perfil do criminoso. A narrativa parece organizar as ações do assassino não para dar inteligibilidade ao acontecimento, mas ao personagem central daquela narração. O acontecimento é que estaria em função do atirador, eixo organizador da narrativa. Compreender este é esclarecer aquele, como se percebe logo nos primeiros parágrafos da história que *Veja* nos conta:

A faceta monstruosa de Wellington Menezes de Oliveira, 23 anos, começou a revelar-se às 8h11 de quinta-feira, quando ele entrou numa sala de aula, sorriu e avisou aos estudantes: “vim dar uma palestra”. Em seguida, abriu a sacola que havia depositado sobre a mesa da professora, sacou um revólver calibre 38 e atirou contra a cabeça de uma aluna e depois de outra – as primeiras duas crianças do total de doze que ele matou. Outras estranhas facetas desse rapaz adotado com dias de vida por parentes da mãe esquizofrênica já tinham vindo à tona antes.

Na escola do bairro de Realengo em que cursou o ensino fundamental e onde cometeu o massacre, a Tasso da Silveira, ele era o “esquisitão da turma”, na descrição de um ex-colega. Em casa, vivia pendurado na barra da saia da mãe, testemunha de Jeová, e usava camisa e calça sociais mesmo nas poucas festas em que aparecia. Mas os traços mais evidentes de seu desequilíbrio mental surgiram há cerca de dois anos. Wellington, relatam parentes, começou a pesquisar obsessivamente sobre armas e organizações terroristas islâmicas na internet. Passou a usar só roupas pretas e deixou crescer a barba. Um dos colegas da fábrica de embutidos em que ele trabalhou até agosto do ano passado como auxiliar de almoxarifado conta que o atirador costumava rabiscar no papel bonecos que dizia serem homens-bomba. A um primo que prestou depoimento à polícia, chegou a dizer: “Vou jogar um avião contra o Cristo Redentor”. (BRASIL et al., 2011, p. 83)

O excerto denuncia mais do que o foco narrativo de *Veja*. A tese defendida pela revista sobre o que efetivamente levou o criminoso a tamanha perversidade também se revela: Wellington era mentalmente desequilibrado, um infeliz herdeiro da esquizofrenia materna, que, aos poucos, entregou-se às obsessões religiosas e à raiva generalizada. Soma-se a esses fatores o trauma de ter sido vítima de chacota ao longo da vida escolar, além de outros dois aspectos: a inspiração em “assassinos escolares” e a busca por notoriedade. O resultado dessa equação aparentemente fácil de desatar é a crueldade aterradora e monstruosa com que Wellington Menezes de Oliveira atirou naquelas crianças.

Antes do lide da matéria principal, intitulada *Cruel, aterrador e inexplicável, Veja* desenha um passo a passo do massacre. A revista sintetiza o acontecimento numa história em quadrinhos tracejada em preto e branco, com nove quadros, em que os personagens não têm rostos, apenas silhuetas. “Em nove minutos, o ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira invadiu a escola municipal Tasso da Silveira, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, matou doze estudantes, feriu outros doze e cometeu suicídio”, diz a primeira legenda (BRASIL et al., 2011, p. 82). O acontecimento, em *Veja*, é sempre contado de maneira a demonstrar as “estranhas” facetas do personagem, como se a revista encontrasse, naquilo que ocorreu, vestígios do caráter de Wellington.

Ainda na primeira edição da cobertura de *Veja*, a imagem da página da reportagem *O que estes assassinos têm em comum* (CARELI; MELO; WESTIN, 2011, p. 94) ilustra bem o perfil de Wellington Menezes de Oliveira desenhado pela revista: a mesma fotografia do algoz de Realengo que figura na capa, com o olhar direto para o leitor, é reutilizada (FIG. 2). Dessa vez, a imagem é preenchida com os rostos de outros conhecidos assassinos escolares,

em fotografias nas quais também fitam o leitor. A montagem tanto reforça a tese da inspiração de Wellington, aquela do efeito viral dos ataques que contaminou e motivou o de Realengo, para usarmos as palavras da revista, quanto reitera a hipótese de que esses jovens assassinos têm em comum uma enorme inclinação à autoexposição. O atirador de Realengo é colocado sob a sombra e o tormento daqueles que o precederam e o inspiraram.

Figura 2 – *Veja* de 13 de abril de 2011, p. 94



Fonte: veja.com.br

Um mesmo ponto de vista sobre o assassino e o crime é mantido ao longo da cobertura de *Veja* sobre o massacre: a loucura, obsessões, *bullying* e as inspirações. Na edição seguinte, de 20 de abril de 2011, a reportagem de capa tematiza o *bullying*, termo de amplo significado designador das torturas físicas e psicológicas usadas contra alunos por colegas⁴². O assassino de Realengo ancora o tema da reportagem. Wellington é evocado como exemplo de consequência extrema a que o *bullying* pode chegar, sendo mencionado para justificar a abordagem temática logo no lide da reportagem:

⁴² Diante da enorme variedade de definições para o termo *bullying*, cuja equivalência em português só se encontra no termo bulir – definido como fazer caçoada; brincar; zombar (HOUAISS, 2001) –, encontramos em Lines (2008) aquela que melhor sintetiza a ideia: “Bullying behaviour is continual physical, psychological, social, verbal or emotional methods of intimidation by an individual or group. Bullying is any action such as hitting or name-calling that makes you feel angry, hurt or upset” (LINES, 2008, p. 19). [Bullying é um comportamento caracterizado pelo uso contínuo de métodos de intimidação física, psicológica, social, verbal ou emocional por um indivíduo ou grupo. Bullying é qualquer ação, como bater ou xingar, que faz com que você se sinta com raiva, com dor ou fique chateado].

São muitas, irrepetíveis, inexplicáveis, inevitáveis e sombrias as motivações do covarde assassino de crianças de Realengo, no Rio de Janeiro. Seu funesto testamento, feito em cartas e vídeos, cita, porém, um fenômeno que, se não produz automaticamente assassinos e desajustados sociais, atormenta diariamente milhões de crianças – o bullying, termo em inglês popularizado no Brasil. Sob seu amplo significado abriga-se todo tipo de tortura física e psicológica de que são vítimas as crianças que têm como algozes seus próprios colegas. Numa série de vídeos que Wellington Menezes de Oliveira gravou enquanto planejava o ataque, ele disse que ia matar para expiar as humilhações que sofrera no colégio. Evidentemente, por piores que tenham sido as agressões impingidas a ele, elas não justificam nem explicam todo o bárbaro episódio, produto de uma mente perversa e doentia. O caso reforça, porém, a ideia de que o bullying não pode continuar a ser negligenciado pelas escolas brasileiras nem pelos pais. (BETTI; LIMA, 2011, p. 90)

Ao mesmo tempo em que o assassino de Realengo é a deixa para a discussão sobre o *bullying*, o assunto confere base explicativa para o “funesto testamento” descoberto após o crime. *Veja* não apenas avizinha o acontecimento a outros temas, como enreda-o a eles na tentativa de que contribuam para compreender o que se passou. A tônica da reportagem acaba sendo a de provar, a partir de testemunhos de vítimas, o quanto tal prática pode gerar traumas psicológicos e afetar as relações sociais de suas vítimas.

A conexão entre o assassino e o *bullying* fica mais explícita na matéria seguinte, cujo título é *O retrato da mente de um monstro*. Abaixo, no subtítulo: “Um conjunto de imagens deixadas pelo autor do massacre de Realengo mostra como o bullying o traumatizou”. Segundo *Veja*, os vídeos encontrados “trataram de elucidar *de vez* a questão” (BRASIL, 2011, p. 95, grifo nosso):

Em mais uma faceta revelada de sua mente doentia, o matador deixa claro que os irmãos a quem se referia eram todos vítimas de bullying, como ele. Na véspera do crime, já com a longa barba que deixara crescer raspada, para não chamar atenção quando chegasse à escola, ele diz: “Eu fui fraco, fui medroso, mas me tornei um combatente, uma pessoa forte, corajosa, que tem como objetivo a defesa dos irmãos fracos que ainda se encontram incapazes de se defender”. Também parabeniza o “irmão” Casey Heynes, um australiano de 15 anos que reagiu violentamente contra um colega que o submetia a constantes humilhações. (BRASIL, 2011, p. 94)

Veja se utiliza do testamento como se tivesse em mãos provas substanciais da tese que vem defendendo. Contudo, se antes sobressaía a monstruosidade como apanágio do assassino, agora a maldade do atirador tem explicação patológica: “a polícia está certa de que se tratava de alguém que agia sozinho e dava claras manifestações de esquizofrenia, doença herdada da mãe biológica” (BRASIL, 2011, p. 95). Os vídeos supostamente revelam que Wellington Menezes de Oliveira, antes de algoz, foi também vítima.

As vítimas do massacre passam a ocupar o lugar central na narrativa de *Veja* num capítulo mais adiante, a partir da edição de 25 de maio de 2011. Não que tenham sido esquecidas anteriormente, mas estavam, até então, à margem do fio da história tecida pela revista. Na reportagem *Lembranças que não se apagam*, *Veja* retorna à escola Tasso da Silveira atrás do peso da recordação que os sobreviventes ao massacre carregam no cotidiano escolar pós-massacre. Ao longo da matéria, os estudantes e professores que testemunharam a chacina dividem espaço com especialistas das áreas de psicologia e psiquiatria, evocados para diagnosticar e analisar o quadro traumático desenhado pelos relatos:

Aos 13 anos, Carlos Matheus de Souza passou a dormir na cama dos pais. Acorda com os próprios gritos: “Não faz isso, tio! Não faz isso!” – e protege o rosto com os braços. À base de fisioterapia, ele tenta recuperar os movimentos no braço esquerdo, atingido por duas balas. Está tão abalado que passou a mancar com a perna esquerda, ainda que não tenha sido ferido ali, e sente terríveis dores pelo corpo, mesmo sem uma razão fisiológica, segundo os médicos. Ele tentou voltar às aulas, mas, como outros em situação semelhante, não conseguiu suportar o peso de lembranças tão recentes – e preferiu ficar em casa.

[...] Existe um consenso de que, nos primeiros dias que se seguem a um evento como esse, o melhor a fazer é não forçar o confronto com as lembranças que ele deixa. A ideia nessa etapa é evitar que tais memórias se solidifiquem. No momento atual, já a certa distância do fato, a recomendação passa a ser justamente a oposta. “Os que encaram e tentam processar o trauma, se necessário com terapia e medicamentos, são os que têm mais chances de se recuperar”, afirma o psiquiatra Felipe Corchs, do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo. (BRASIL, 2011, p. 122)

Como dissemos, não se trata da entrada em cena tardia das testemunhas sobreviventes. Logo na primeira edição em que *Veja* tratou do massacre, uma reportagem específica foi dedicada àqueles que saíram vivos da chacina (BRISO; LIMA, 2011, p. 86). O retorno da revista à cena do crime pouco mais de um mês após o acontecimento se mostra um gesto contra o esquecimento daquilo que ocorreu e das vítimas, assim como marca uma mudança temporária de foco. Num acontecimento como o massacre de Realengo, não há reviravolta possível. O acontecimento parece ser o próprio *coup de théâtre* da experiência. Mas a narrativa pode mudar o próprio rumo. Assim o fez com a volta à escola Tasso da Silveira. Renunciou temporariamente à exploração da mente doentia de Wellington em nome daqueles que também sofreram o acontecimento e, portanto, merecem atenção.

Depois de enfocar o recomeço, o massacre de Realengo passa por um período de eclipse. A calmaria se estende até a edição de 22 de junho de 2011, que trouxe, na seção *Datas*, notícia a respeito da recuperação de uma sobrevivente da chacina: “Recebeu alta hospitalar Thayane Monteiro, de 13 anos, a única sobrevivente do massacre de Realengo que

permanecia internada [...]” (RECEBEU..., 2011, p. 50). Daí em diante *Veja* fica em silêncio sobre o crime de Realengo, quebrado somente na edição de retrospectiva de fim de ano. Seis meses sem nenhuma referência ao massacre, no total. Nesse intervalo, dois outros acontecimentos com algum grau de semelhança com o massacre no Rio de Janeiro despontam na revista, mas sem remissões diretas ao caso brasileiro: o massacre em Oslo, na Noruega, protagonizado por um ultradireitista, e outro crime dentro de uma escola, no qual um estudante atirou contra uma professora da escola Alcina Dantas Feijão, em São Caetano do Sul, em São Paulo.

A retomada do relato sobre o massacre de Realengo na retrospectiva de fim de ano de *Veja* devolve o foco para Wellington Menezes de Oliveira. A fotografia em que o atirador aponta um dos revólveres usados na chacina para a própria cabeça toma duas páginas (FIG. 3 e 4).

Figuras 3 e 4 – *Veja* de 28 de dezembro de 2011, p. 102-103



Fonte: veja.com.br

Tal como é disposta na revista, a imagem traz o assassino encarando o leitor em tom claramente desafiador. A fotografia, para *Veja*, não apenas reitera a tese sobre o crime, como a resume: Wellington era um doente mental atormentado pelas lembranças de quando era humilhado na escola pelos próprios colegas. Era alguém que encontrou consolo na obsessão religiosa e noutros crimes escolares, de onde imitou a busca pela notoriedade da qual não

gozou em vida. Feita às vésperas do crime, a fotografia é usada como prova da insanidade do atirador e da esperança de que a chacina servisse como seu glorioso espólio:

Do script clássico dos autores de chacinas, o atirador de Realengo não emulou só o figurino. O apavorante autorretrato feito pouco antes de ele matar doze crianças em uma escola do bairro do Rio revela outro clichê da categoria – a preocupação de seus representantes para com a posteridade, fruto da convicção de que são seres especiais. Antes de cortarem o último laço que os liga à sanidade, é comum registrarem a própria imagem, gravarem depoimentos e mensagens na internet, no que consideram ser um legado à humanidade que os tratou com injusta indiferença. Assim fez o atirador de Realengo, que se suicidou depois do massacre *e de cujo nome ninguém mais se lembra*. Na escola que ele atacou, a sala onde estudava a maior parte dos meninos e meninas mortos foi demolida e deu lugar a um corredor que leva a uma ala nova. Nela, há um mural de azulejos que os alunos, convidados a decorar como quisessem, encheram com frases de saudade dos colegas que se foram. (RETRATO..., 2011, p. 103, grifo nosso)

Na reportagem, intitulada *Retrato da loucura*, é perceptível a tentativa de se pôr um ponto final no acontecimento, induzindo o proposital esquecimento do nome do seu autor. Embora seja uma retrospectiva, o que *Veja* propõe é o gesto de lembrar para esquecer. A última imagem de Realengo é o autorretrato do atirador, um “clichê da categoria”. Segundo a revista, Wellington seguiu o mesmo *modus operandi* dos outros atiradores. Copiou até os motivos: a insanidade e a vingança à indiferença com que foi tratado ao longo da vida. O irônico é que não apenas o assassino se torna anônimo, a despeito da pujante fotografia, mas as vítimas também têm seus nomes e rostos esquecidos no mais significativo gesto de lembrança da revista sobre o que ocorreu – *Veja* nada publicou sobre o acontecimento nas edições de abril de 2012, um ano após o massacre.

A retrospectiva seria o último episódio da narrativa de *Veja* não fosse a entrada de um novo personagem e, conseqüentemente, de uma outra perspectiva. A edição seguinte, de 4 de janeiro de 2012, trouxe, na seção *Leitor*, uma carta assinada pela professora Leila D’Angelo, que se declara testemunha do acontecimento:

Sou professora da escola Tasso da Silveira, aquela em Realengo, no Rio de Janeiro, que sofreu o massacre em 7 de abril. Eu estava na primeira sala em que o assassino entrou, na qual matou três crianças. Confesso que já esperava encontrar o triste episódio da escola na Retrospectiva 2011, visto que foi um fato inédito e marcante. Ao ler a reportagem “Retrato da loucura” (28 de dezembro), fiquei surpresa com a referência de que ninguém se lembra mais do nome do assassino. As pessoas envolvidas lembram, sim, a cada dia. Os professores lembram mais ainda, visto que tivemos nossa vida virada de cabeça para baixo por causa desse episódio. Perdemos alunos queridos e nosso sossego, pois somos constantemente hostilizados por alguns familiares das crianças mortas. Nós, os professores, continuamos sofrendo com o ato do louco Wellington Menezes de Oliveira. (D’ANGELO, 2012, p. 24)

Contra a tentativa usada por *Veja* para incitar o esquecimento, num gesto de protesto à vontade de visibilidade do assassino, a professora interpõe a lembrança que persegue as testemunhas mais próximas do acontecimento. O esquecimento não apaga o acontecimento, cujas marcas perduram na experiência dos sujeitos. D'Angelo intervém naquela narrativa e escreve seu capítulo final, como se o que ocorreu se insurgisse contra qualquer narrativa que não cumpra devidamente o papel de guardião do acontecimento. Por outro lado, além de assentir com o diagnóstico psiquiátrico manifesto pela revista, o que a publicação da carta de Leila D'Angelo levanta é outro aspecto da realidade incessante do acontecimento: o sofrimento dos sujeitos do acontecimento não cessou. Para aqueles que sobreviveram ao massacre, a narrativa continua e pede para ser contada.

3.2. *Folha* e a tragédia

De olhos marejados e com as mãos no rosto, a enxugar as próprias lágrimas, uma mulher cuja expressão é de assombro lança um olhar perdido no horizonte. Ao lado, sem foco, uma criança olha na mesma direção, mas com a inocência de quem não sabe exatamente o que ocorre. Essa é a primeira imagem da “tragédia” (FIG. 5), termo usado na manchete da *Folha de S.Paulo* de 8 de abril de 2011, situada logo abaixo da fotografia: *Ex-aluno mata 12 estudantes, na pior tragédia em escolas do país*. O jornal inicia sua narrativa pela apresentação das vítimas do massacre de Realengo: crianças inocentes e seus familiares, dos quais foram brutalmente tiradas.

Figura 5 – *Folha de S.Paulo* de 8 de abril de 2011

FOLHA DE S. PAULO
 UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
 DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRASS FERRAZ
 SÃO PAULO, 6 DE ABRIL DE 2011 • 10.300
 R\$ 2,30



Ex-aluno mata 12 estudantes, na pior tragédia em escolas do país
 Assassino entrou em colégio no Rio com dois revólveres; após a chacina, foi atingido por um policial e se matou

Fazenda decide aumentar o IOF também sobre crédito pessoal
 Numa medida para frear o consumo e conter a inflação, o ministro Guido Mantega anunciou que o IOF vai passar de 1,0% para 3% para pessoas físicas que tomarem empréstimos com prazo superior a 12 meses.

Novo terremoto mata dois, fere cerca de 130 e assusta o Japão
 Um sismo de 8,9 na escala de 12 metros, que matou 12 pessoas e feriu cerca de 130, ocorreu no domingo no Japão.

Relatório do mensalão propõe devassa no BB e em conta do PT
 O relatório do mensalão propõe a devassa no Banco do Brasil e na conta corrente do PT.

Atirador era 'muito estranho', diz irmã adotiva
 Segundo a irmã adotiva, Wellington Oliveira, o atirador era muito estranho, não tinha amigos e não se dava bem com a família.

Que Deus é este com quem ele pactuou perdão?
 O atirador, Wellington Oliveira, foi abatido por um policial durante o massacre.

NOVO HYUNDAI ELANTRA. SUCESSO ABSOLUTO, ANTES MESMO DO LANÇAMENTO.
 QUAL É O MELHOR SEDã MÉDIO DA ATUAL GERAÇÃO?
1º LUGAR - HYUNDAI ELANTRA COM 23,04%

Fonte: edicaoadigital.folha.com.br

Tal como narrado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o massacre se distingue pelo sofrimento que imputa às vítimas, às testemunhas e aos familiares; pela falta de explicação que o justifique; pela subtaneidade com que ocorreu; pela capacidade de chocar a todos, indiscriminadamente. Contudo, a escolha desse enfoque não implica necessariamente a renúncia a outras perspectivas. Deixa, na verdade, transparecer um fio da história em que a vilania de seu personagem principal não goza de nenhum privilégio, a não ser onde impõe sua presença. “A hora é de luto e compaixão, mais que rompantes”, diz o editorial daquela edição do jornal, intitulado *Tiros em Realengo* (TIROS..., 2011, p. A2) – o título remete ao documentário *Bowling for Columbine* (2002), de Michael Moore, traduzido no Brasil como *Tiros em Columbine*. O filme trata do massacre escolar ocorrido em Jefferson, no Colorado (EUA), em 1999, no qual 13 pessoas morreram e 21 ficaram feridas.

Imagens de desespero e de luto se repetem edição por edição, jornal adentro. No caderno *Cotidiano* daquele mesmo número (FIG. 6), a fotografia de Wellington Menezes de Oliveira aparece diminuída frente às outras imagens de mães e familiares de alunos, situadas na parte superior da página, ao pé do nome do caderno. Logo abaixo, uma fotografia em seis colunas: um senhor carrega uma jovem desfalecida, identificada na legenda como a irmã de uma das vítimas fatais do crime. A cena da imagem, explica a legenda, é a saída do hospital Albert Schweitzer, para onde foram levadas as vítimas da chacina.

Figura 6 – *Folha de S.Paulo* de 8 de abril de 2011, p. C1



Fonte: edicaodigital.folha.com.br

Na primeira matéria da série, sob o título “Ex-aluno entra em colégio, atira em estudantes, mata 12 e se suicida”, *Folha* faz uma narração detalhada dos passos do atirador, da reação dos alunos, da cena do acontecimento e do desfecho do massacre:

A festa pelos 40 anos da escola municipal Tasso da Silveira, em Realengo, na zona oeste do Rio, se transformou em tragédia na manhã de ontem, quando o ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira, 23, matou dez meninas e dois meninos e feriu outros 12, num massacre sem precedentes na história brasileira.

Oliveira chegou à escola, que promovia um ciclo de palestras com ex-alunos, por volta das 8h30. [...]

Armado com dois revólveres calibres 38 e 32 e um cinto de munição com recarregadores que permitem repor as balas do tambor de uma vez, Oliveira se aproximou de uma sala e disse à professora que faria uma palestra. Entrou e começou a disparar.

“Ele matou minha amiga na minha frente. É uma cena que nunca vou esquecer”, disse uma aluna de 12 anos.

Segundo policiais, muitos corpos estavam nas cadeiras ou caídos próximos a elas.

Crianças disseram que o atirador gritava: “Vocês vão morrer agora”. [...]

Vizinhos da escola também relataram momentos de terror. Disseram ter ouvido até 50 tiros. [...]

O massacre foi interrompido após duas estudantes escaparem e alertarem policiais que faziam uma blitz a duas quadras da escola.

Um deles, o sargento Márcio Alves, atingiu Oliveira no abdômen quando ele subia para o segundo andar.

De acordo com as autoridades, depois de ser atingido pelo policial, Oliveira se suicidou com um tiro na boca.

No corpo do atirador, foi achada uma carta em que ele revelava a intenção de morrer na ação. “Se possível, quero ser sepultado ao lado da sepultura onde minha mãe dorme”, escreveu. (EX-ALUNO..., 2011, p. C1)

O jornal não se prende a um detalhe específico, tampouco a um único personagem. O percurso do atirador tem maior ênfase porque se confunde com o desenrolar do próprio acontecimento. Os motivos do crime, por ora, não fazem problema. Importa contar o que foi o acontecimento, como se desdobrou e de que forma terminou. Porém, ainda que os adjetivos estejam ausentes do relato, a organização e narração das ações do atirador não escondem a frieza dos gestos do assassino. A mentira para entrar na escola. O pretexto para entrar na sala. A destreza para carregar a arma. As palavras hostis para os alunos. E, por fim, a determinação para com o crime, ainda que lhe custasse a vida.

Contar o acontecimento é, para *Folha*, contar o sofrimento. Na edição de 9 de abril de 2011, primeira suíte da cobertura, a capa do jornal (FIG. 7) traz a imagem de uma mulher ajoelhada diante do túmulo da filha que acabou de enterrar:

Figuras 7 e 8 – *Folha de S.Paulo* de 9 de abril de 2011, Capa e p. C1

Apenas o choro de uma mãe amparada por parentes, o ranger dos carrinhos carregando caixões e o murmúrio das lágrimas contidas quebravam o silêncio com

que 11 das 12 crianças mortas no massacre na escola Tasso da Silveira foram enterradas ontem no Rio. A 12ª vítima será cremada hoje pela manhã. À base de calmantes, parentes dos mortos ainda tentavam buscar explicações. Muitos precisaram de atendimento médico nos cemitérios do Murundu, em Realengo, e do Jardim da Saudade, em Sulacap e em Ricardo de Albuquerque. Mas, na definição do médico Willian Vasconcelos, voluntário que apoiava os familiares no Murundu, o que eles mais precisavam era curar “uma dor sem remédio”. (DOR..., 2011, p. C1)

À direita da matéria e da imagem da mulher em lágrimas, um *box* preto ocupa a última coluna com as fotografias das vítimas fatais de Realengo. Abaixo, os nomes e os sonhos interrompidos: “Géssica Guedes Pereira, 15. Aluna do 7º ano, estava na escola desde o 4º. Queria entrar na Marinha [...]” (DOR..., 2011, p. C1). *Folha* mostra, no mesmo caderno, a homenagem feita às vítimas de Realengo na frente da escola Tasso da Silveira. Para um acontecimento daquela proporção, o fazer sentir é tão relevante quanto o fazer saber. Ao longo da cobertura de *Folha*, a depuração do sofrimento convive com a descrição do trauma a ser superado. Que marcas o acontecimento deixou naquelas crianças, naquelas famílias, naqueles professores? *Dor sem remédio* (DOR..., 2011, p. C1), *Famílias encaram trauma após massacre* (JUNIOR, 2011, C5), *Perda súbita. Como enfrentar a morte de amigos e parentes assassinados?* (PERDA..., 2011, p. 1)... Cada uma dessas reportagens explora o infortúnio trazido pelo acontecimento fazendo eco às lamentações daqueles que o viveram.

Na edição de 18 de abril de 2011, uma novidade restitui o lugar da esperança na narrativa de *Folha*. Trata-se da notícia de que a escola Tasso da Silveira retornaria às atividades letivas. Sob o título de *Começar de novo*, a matéria trata dos preparativos para a volta às aulas: “Cartazes e faixas em homenagem aos mortos foram retirados por funcionários da prefeitura e moradores da região. Carteiras, trocadas. Salas e muros, pintados para receber os estudantes. [...] o clima é de alunos querendo voltar” (NOGUEIRA, 2011, p. C5). A notícia é construída a partir de relatos de vítimas e familiares, e não esconde a apreensão das testemunhas quanto à volta às aulas, mas ameniza o clima explorando a necessidade de recomeçar.

A primeira fotografia de Wellington Menezes de Oliveira a figurar na capa de *Folha*, na edição de 16 de abril de 2011, põe em confronto o atirador e o leitor do jornal (FIG. 9). Wellington, de barba cheia, luva e jaqueta verde, aponta um dos revólveres usados no massacre para a câmera. A foto encontrada após varredura no computador do assassino, tal como publicada por *Folha*, coloca o leitor sob a mira da mesma arma que Wellington usou no massacre. Percebe-se, num olhar atento, que o revólver está carregado, pronto para ser acionado.

Figura 9 – *Folha de S.Paulo* de 16 de abril de 2011

[illegible]

Fonte: edicaodigital.folha.com.br

A imagem bem poderia ser compreendida como um aviso: “poderia ser você, leitor!”. Contudo, no contexto da cobertura do jornal, a fotografia entra também como prova da premeditação do crime – Wellington planejou o ataque meses a fio –, o que, por sua vez, corrobora a hipótese tão ventilada de que o assassino só poderia ser louco.

Embora não ocupe sozinho o eixo da narrativa de *Folha* sobre o massacre do Realengo, Wellington Menezes de Oliveira certamente recebeu o papel de protagonista da história. Poder-se-ia dizer que o atirador é o personagem e que o sofrimento é o tema da narrativa do jornal, mas ambos operam como elementos composicionais centrais. “O que o levou a cometer essa carnificina?”, questiona o leitor Rubens Antonio Fróes, de Camanducaia (MG), que teve sua carta publicada na coluna *Painel do Leitor* da edição de 8 de abril de 2011

(FRÓES, 2011, p. A3). A indagação é proeminente no que diz respeito ao enredo tecido por *Folha* para contar o massacre. O aparecimento de Wellington no jornal é condicionado à sua contribuição para o desvendamento do crime. Edição por edição, o jornal se lança numa busca pela identidade do assassino como saída para explicar o acontecido. Busca essa necessariamente retrospectiva, isto é, voltada para o passado de Wellington. A lógica, então, inverte-se em relação àquela de *Veja*. No diário, o caráter de Wellington é que é impregnado pelos vestígios do acontecimento.

Segundo vizinhos e irmã, assassino era tímido e estranho é a primeira reportagem a tentar perfilar Wellington. Com declarações de ex-colegas de escola, vizinhos e até mesmo da irmã do assassino, *Folha* constrói a imagem do atirador sem estabelecer, com as próprias palavras, a relação entre a personalidade “estranha” e o massacre:

“Ele estava sempre segurando firme nas alças da mochila, como se não soubesse onde pôr as mãos. Andava naquele passo ‘pisando em nuvens’, para cima e para baixo, e nunca tirava os olhos do chão”. Assim, Flavio dos Santos, 27, lembrava de Wellington Menezes de Oliveira, 23, o vizinho “esquisito, quietão e meio nerd”. O menino sempre foi quieto, quase invisível. No recreio da escola, ficava sentado, sozinho, no meio da algazarra. Os colegas que com ele cursaram o ensino fundamental na escola municipal Tasso da Silva, entre 1999 e 2002, têm dificuldades para falar sobre o menino Wellington. Quando se pergunta por um amigo, a resposta mais comum era: “Ele não tinha amigos”. Namorada? “Nunca pegou ninguém”. (LOBATO; CAPRIGLIONE, 2011, p. C3)

Trava-se uma disputa em torno de Wellington e de suas motivações, da qual participam tanto o jornal, com seu discurso próprio, quanto outros atores, como colunistas, leitores, fontes acionadas – sem entrarmos no mérito hierárquico dos discursos. Na segunda edição da cobertura, um ex-colega de Wellington é convocado não só a falar, mas a analisar as ações do assassino no crime (CAPRIGLIONE, 2011, p. C4). A reportagem, intitulada *Assassino não atirou a esmo, dizem ex-colegas*, confirma uma primeira suspeita levantada pelo noticiário: o assassino de Realengo era vítima de *bullying*. Segue-se, então, a disputa: o colunista Janio de Freitas publica, na edição de 10 de abril, texto intitulado *Uma outra providência*, no qual reforça outra acusação: “Não foi o revólver que atirou em Realengo. [...] Foi a cabeça do atirador” (FREITAS, 2011, p. A9), numa clara menção ao transtorno mental do atirador.

A disputa não se dá apenas por proposições, mas por questionamentos, a exemplo da entrevista publicada na edição de 10 de abril de 2011, *Só bullying não é capaz de explicar o massacre*, em que um psiquiatra infantil sugere o deslocamento do *bullying* como causa

principal do massacre (REWALD, 2011, p. C4). Adiante, na edição de 11 de abril de 2011, outra psiquiatra se manifesta, dessa vez no *Painel do Leitor*, para explicar: “Esquizofrenia é uma doença de diagnóstico complexo e não um adjetivo” (AZEVEDO, 2011, p. A3).

Diante da impossibilidade de adotar uma só perspectiva, *Folha* se lança numa espécie de análise minuciosa de Wellington Menezes de Oliveira, observando nos rastros deixados pelo assassino as evidências da multiplicidade de causas para o crime. Na edição de 12 de abril de 2011 (FIG. 10) *Folha* publica um grande box, em cinco colunas, no caderno *Cotidiano* (TRAGÉDIA..., 2011, p. C5), em que manuscritos deixados pelo atirador de Realengo são explicados parte a parte, numa espécie de análise do discurso de Wellington empreendida por conta e risco do jornal.

Figura 10 – *Folha de S. Paulo* de 12 de abril de 2011

FOLHA DE SP TERÇA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2011 **cotidiano C5** MASSACRE EM REALENGO

Tragédia antecipa recolhimento de armas

Massacre em escola leva governo a antecipar a campanha de desarmamento de junho ou julho para 6 de maio

João Sany (PMDB) vai apresentar proposta para a realização de um novo referendo sobre o desarmamento

A tragédia que vitimou 17 jovens no Rio de Janeiro levou o governo a antecipar a campanha de desarmamento. O projeto de lei, que prevê a realização de um novo referendo sobre o tema, será apresentado por João Sany (PMDB) no dia 12 de maio. Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, um conselho com membros dos partidos da oposição de sua formação para coordenar o trabalho.

Quem, a presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), afirma que vai apresentar um projeto de lei para a realização de um novo referendo sobre o tema. Para especialistas em segurança pública, no entanto, a arma é o maior problema do país.

“A arma é o problema mais sério para a polícia, não para o cidadão”, afirma o professor de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e membro do Laboratório de Análise da Violência.

Ele é o vice-presidente do Fórum Parlamentar pelo Controle da Arma, formado da Frente (PTB-AM). Segundo ele, “Se pudéssemos, não teríamos a arma, não teríamos a violência, não teríamos a corrupção e a criminalidade de rua”.

Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o governo não quer desarmar o cidadão. O que se quer é desarmar o criminoso. Uma arma é uma coisa, mas o criminoso é outro. Não se quer desarmar o cidadão. O que se quer é desarmar o criminoso. Não se quer desarmar o cidadão. O que se quer é desarmar o criminoso.

Até menos 10 países podem que fides mudem de escola

Até menos 10 países podem que fides mudem de escola. Até menos 10 países podem que fides mudem de escola. Até menos 10 países podem que fides mudem de escola.

COMPTON

A tragédia de Realengo levou o governo a antecipar a campanha de desarmamento. O projeto de lei, que prevê a realização de um novo referendo sobre o tema, será apresentado por João Sany (PMDB) no dia 12 de maio. Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, um conselho com membros dos partidos da oposição de sua formação para coordenar o trabalho.

Quem, a presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), afirma que vai apresentar um projeto de lei para a realização de um novo referendo sobre o tema. Para especialistas em segurança pública, no entanto, a arma é o maior problema do país.

“A arma é o problema mais sério para a polícia, não para o cidadão”, afirma o professor de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e membro do Laboratório de Análise da Violência.

Ele é o vice-presidente do Fórum Parlamentar pelo Controle da Arma, formado da Frente (PTB-AM). Segundo ele, “Se pudéssemos, não teríamos a arma, não teríamos a violência, não teríamos a corrupção e a criminalidade de rua”.

Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o governo não quer desarmar o cidadão. O que se quer é desarmar o criminoso. Uma arma é uma coisa, mas o criminoso é outro. Não se quer desarmar o cidadão. O que se quer é desarmar o criminoso. Não se quer desarmar o cidadão. O que se quer é desarmar o criminoso.

Passo a passo do massacre

1. Por volta das 10h de 11 de abril, Wellington entrou na escola. Ele se armou e começou a matar.

2. Ele matou os 17 alunos e o professor. Ele matou todos os alunos e o professor.

3. Ele matou os 17 alunos e o professor. Ele matou todos os alunos e o professor.

4. Ele matou os 17 alunos e o professor. Ele matou todos os alunos e o professor.

5. Ele matou os 17 alunos e o professor. Ele matou todos os alunos e o professor.

6. Ele matou os 17 alunos e o professor. Ele matou todos os alunos e o professor.

7. Ele matou os 17 alunos e o professor. Ele matou todos os alunos e o professor.

8. Ele matou os 17 alunos e o professor. Ele matou todos os alunos e o professor.

9. Ele matou os 17 alunos e o professor. Ele matou todos os alunos e o professor.

10. Ele matou os 17 alunos e o professor. Ele matou todos os alunos e o professor.

ARMAS

Em Realengo, o atirador usou uma pistola 9mm. Ele usou uma pistola 9mm. Ele usou uma pistola 9mm.

RELIGIÃO

Ele não era religioso. Ele não era religioso. Ele não era religioso.

SAÚDE MENTAL

Ele não tinha problemas de saúde mental. Ele não tinha problemas de saúde mental. Ele não tinha problemas de saúde mental.

TERRORISMO

Ele não era terrorista. Ele não era terrorista. Ele não era terrorista.

BULLYING

Ele não era vítima de bullying. Ele não era vítima de bullying. Ele não era vítima de bullying.

Se você quer trabalhar na FOLHA, não dá pra não ler o caderno de Emprego. Veja anúncio na edição de hoje.

Há trechos para todos os motivos cogitados até então: *bullying*, terrorismo, saúde mental, religiosidade e armas. No centro da página figura uma foto em negativo de Wellington, um raio-x do criminoso bastante afinado à imagem do assassino que a análise dos rascunhos acaba por projetar. Em meio a tantas especulações, o jornal se posiciona a respeito do atirador de Realengo operando numa espécie de dissecação das pistas deixadas por Wellington, como se todas as motivações até então sugeridas, em seu conjunto, encaixassem com perfeição as peças do quebra-cabeça.

A disputa em torno da “verdadeira causa” do crime de Realengo prossegue até que *Folha* repercute, na edição de 13 de abril de 2011, o vídeo deixado por Wellington e mostrado pelo *Jornal Nacional* no dia anterior, em que o atirador revela a premeditação do crime, as estratégias que adotou para planejá-lo e nega o *bullying* como causa estrita do que fará. Embora não tenha se contido nos diagnósticos nas edições anteriores, *Folha* não tira grandes conclusões do vídeo:

No vídeo, o atirador deixa claro que estava preparado para morrer, mas não é explícito com relação ao que pretendia fazer na escola.

“A luta pela qual muitos irmãos morreram no passado, e eu morrerei, não é exclusivamente pelo que é conhecido como bullying. A nossa luta é contra pessoas cruéis, covardes, que se aproveitam da bondade, da inocência ou da fraqueza de pessoas incapazes de se defenderem” (PLANEJEI..., 2011, p. C4)

A descoberta tardia da filmagem acaba colocando-a como uma resposta do atirador às conjecturas que vinham ganhando ênfase na cobertura midiática do crime de Realengo. Uma resposta obviamente incompleta, mas que acaba por dar nova força às numerosas suposições sobre o que motivou o jovem a levar a cabo a chacina.

Outra suspeita ganha relevo, na cobertura de *Folha*, a partir da coluna do psicanalista Contardo Calligaris: o fanatismo religioso do assassino (CALLIGARIS, 2011, p. E16). Até então, o assunto não tinha recebido atenção e crédito, mesmo porque havia poucos indícios de sua pertinência a não ser pelos escritos confusos de Wellington, em que apareciam menções a entidades religiosas diversas. Na mesma edição, a acusação de fanatismo religioso ganha, inclusive, uma resposta de um representante das comunidades islâmicas, em pequena entrevista intitulada *Ligar ataque ao islã cria preconceito, diz xeque* (JUNIOR; GRELLET, 2011, p. C6).

O foco em Wellington Menezes de Oliveira se encerra na edição de 23 de abril de 2011. Uma pequena notícia, em coluna única, na página em que *Folha* publica o obituário, trata do sepultamento do atirador de Realengo (FIG. 11). “O enterro do atirador Wellington

Folha é acusada, na edição de 17 de abril de 2011, de ter sido sensacionalista na cobertura do massacre. A seção *Painel do Leitor* começa com três cartas de leitores indignados com a foto publicada na capa da edição anterior do jornal (ATIRADOR..., 2011, p. A3). Trata-se daquela fotografia em que Wellington mira a arma contra o leitor. De prontidão, a *ombudsman* Suzana Singer responde na mesma edição, numa rápida tomada de posição por parte do jornal diante da crítica:

[...] Um caso excepcional como o do massacre em Realengo confunde, porém, os parâmetros convencionais. Está certo mostrar a foto do atirador morto? Faz sentido filmar o momento em que uma mulher avisa o marido que a filha deles foi morta? Uma revista pode titular na capa que “o monstro mora ao lado”? Não há resposta correta para essas perguntas, tiradas de exemplos da *Folha*, “*Jornal Nacional*” e “*Veja*”, e não de publicações consideradas populares. Em uma história tão trágica, é difícil distinguir a informação legítima da tentativa única de provocar comoção. [...] É necessário evitar a redundância, mas sem impor uma interdição em torno do que é mais intenso. São desagradáveis as fotos de Wellington colocando o leitor sob a mira do revólver. Mesmo assim, é melhor ter a chance de virar a página rapidamente do que nem ter essa opção. (SINGER, 2011, p. A8)

Folha se justifica via *ombudsman*, convocando o argumento de que não agiu de modo diferente à postura da grande imprensa brasileira, ali representada pelo *Jornal Nacional* e por *Veja*. O que parece sobressair da resposta do jornal é, no entanto, o uso do acontecimento como uma espécie de álibi para a cobertura: é da natureza do massacre que seja sensacionalista, que demande que se carregue na tinta. Sobre a foto de Wellington caído na escada, morto, Singer justifica: “Havia informação ali, não era gratuito”. Sobre a imagem da mãe de joelhos, diante do túmulo, a *ombudsman* diz: “De novo, é muito difícil determinar o que faz sentido do que é apelação” (SINGER, 2011, p. A8). O argumento central parece ser o seguinte: para um acontecimento implacável, não há como abrandar a palavra ou borrar a imagem. É como se o sofrimento, a violência e o choque do acontecimento transparecessem a qualquer narração. Ou como se a narração devesse se submeter a uma experiência com tamanha impetuosidade.

3.3. Uma síntese problemática

Veja e *Folha de S.Paulo* se lançam numa narração do acontecimento em que se opera algo como uma minuciosa dissecação do mesmo. O jornal e a revista contam e descrevem as circunstâncias do massacre, exploram suas causas, especulam sobre consequências. Para usarmos as palavras de Mouillaud (2002a), trata-se do gesto de fazer ver associado àquele de

fazer saber – ambos imperativos do jornalismo. Inscrever o acontecimento na forma da informação lhe impõe um modo particular de organização segundo o qual seus fragmentos, antes dispersos, são reunidos num pretense todo-informativo – que não corresponde, contudo, a um todo do acontecimento.

Levanta-se, assim, a questão das relações de causalidade mobilizadas para unir os pedaços do acontecimento no sentido de explicá-lo. Embora *Veja*, ao contrário de *Folha*, não problematize as razões que levaram Wellington Menezes de Oliveira a realizar o massacre – acaba por adotar e defender a própria tese de que o atirador era louco e monstruoso –, o modo como se estabelecem as relações causais nas narrações daquele acontecimento passam a nos interessar quando constituem o eixo central das histórias contadas. O acontecimento massacre de Realengo, tanto para a revista quanto para o jornal, clama por explicação, isto é, precisa ter seus enigmas desvendados para se tornar inteligível.

As narrativas enredam aquele acontecimento de maneira a tentar não deixar brechas na trama. O acontecimento precisa ter coerência no papel. Diante do enigma da causa do acontecimento, ou das motivações de Wellington Menezes de Oliveira, *Veja* aposta numa única proposição, enquanto *Folha* se abre para disputas em torno da questão e a resolve numa espécie de aglomeração de causas, a partir da composição de uma extensa cadeia de causalidades composta por todas as especulações levantadas ao longo da cobertura do acontecimento. Em termos de encadeamento causal, o jornal e a revista mostram que não há espaço para história mal contada. Ambos operam sob uma espécie de ditadura da causalidade, que, mesmo quando não é problematizada, faz-se presente e orienta a tessitura da história do acontecimento.

Embora a inscrição do acontecimento numa cadeia de relações causais esteja muito mais no horizonte de preocupações da historiografia (WHITE, 1994; LIMA, 1989; RICOEUR, 2010a; 2010b; REIS, 2006), a configuração narrativa dos acontecimentos operada pelo jornalismo nos parece admitir questões nessa mesma direção. Relatos jornalísticos apresentam acontecimentos, identificam-nos, explicam-nos, mas também os individualizam e os colocam em relação a outros acontecimentos, pertencentes ou não a um mesmo domínio (QUÉRÉ, 2005; 2011b; BABO-LANÇA, 2006). As narrativas de *Veja* e *Folha de S.Paulo* sobre o massacre de Realengo evidenciam, de certo modo, que a história do acontecimento é sobretudo uma história causal, um encadeamento temporal entre ações, sujeitos e acontecimentos, no qual cada elemento tem rigorosa função para explicar o todo.

Como vimos no segundo capítulo, a própria questão do acontecimento suscita discussão em torno da causalidade. O acontecimento tomado aqui como aquilo que corta

nosso cotidiano, que instaura “[...] o novo em relação à ordem já instituída” (RICOEUR, 1991b, p. 43, tradução nossa).⁴³ Ou seja, como o que rompe com a cadeia de causalidade e rearranja nossa experiência. Por isso, precisa ser qualificado, reorganizado. Configurar o acontecimento é, sobretudo, dispô-lo num encadeamento causal a partir do qual passa a fazer sentido.

De que causalidade estamos falando? Para nós, só poderia se tratar de uma causalidade narrativa, que não pode ser encontrada tão somente na experiência com os fenômenos, como defende a tese humeana segundo a qual há leis gerais e naturais que governam os acontecimentos (RICOEUR, 2010a). Estamos atrás da *textura causal* e seu papel na configuração jornalística do acontecimento. Parte-se do pressuposto de que a textura causal diz respeito às configurações narrativas do acontecimento, e não a uma fenomenologia pura. A causalidade surge, assim, como elemento não problematizado pelos relatos do jornal e da revista, mas problematizável do ponto de vista da compreensão dessas narrativas e do modo como enredam o acontecimento.

Surgem, assim, alguns questionamentos sobre os quais nos debruçaremos no decorrer da investigação: De que modo a textura causal se constrói, isto é, participa da configuração narrativa do acontecimento massacre de Realengo? No esquema causal construído pelas narrativas da revista e do jornal, o que resta para a dimensão contingencial e fenomenológica do acontecimento? Em que aspecto, efetivamente, a textura causal presente nessas narrativas contribui para a compreensão do acontecimento?

Diante da problemática apresentada, parece-nos produtiva a investigação das estratégias narrativas das quais *Veja* e *Folha de S.Paulo* se utilizam para desenvolver a trama causal, no sentido de configurar narrativamente a experiência dos acontecimentos. Para compreender essa poética do acontecimento, torna-se necessário observar o funcionamento da causalidade internamente às histórias, o que significa recorrer, por exemplo, aos mecanismos de dispersão e integração dos vestígios do acontecimento, de modo a costurá-los a uma textura causal.

Aonde nos levaria conhecer esse funcionamento das narrativas jornalísticas de *Veja* e *Folha*, para além do conhecimento pontual de sua estrutura? Lançarmo-nos ao esforço de compreender elementos da poética jornalística do acontecimento se justifica quando pensamos que grande parte dos acontecimentos dos quais tomamos conhecimento e que acabam se tornando elementos essenciais da compreensão do mundo em que vivemos nos são

⁴³ [...] le nouveau par rapport à l'ordre déjà institué.

contados pelas narrativas midiáticas – especialmente pelos relatos jornalísticos. As mídias há tempos vêm sendo percebidas, no âmbito dos estudos comunicacionais, como *locus* do acontecimento contemporâneo. Aprendeu-se aos poucos a observar o acontecimento não apenas como “[...] um objeto de discurso a decifrar, mas também como questão para se refletir sobre o espaço público” (ARQUEMBOURG, 2003, p. 8, tradução nossa)⁴⁴, relativa, portanto, “a uma multiplicidade de actos de configuração e a uma dinâmica de produção e recepção, na ordem do discurso e da experiência pública” (BABO-LANÇA, 2011, p. 7).

Observar o acontecimento sob o prisma das narrativas é necessário para compreender sua dinâmica de inserção na experiência pública. Do mesmo modo, a escritura midiática daquilo que ocorre só pode ser entendida em relação ao que o acontecimento instaura na experiência. Se acontecimentos são componentes do percurso de nossas vidas, pontuam nosso cotidiano, abrindo nosso horizonte de possíveis e refigurando a experiência, interessa-nos pensar não apenas em *quais* acontecimentos nos são narrados, mas em *como* o são, num processo que envolve desde a pré-compreensão que temos do mundo prático, passando pela mediação da intriga em direção às leituras que fazemos das narrativas que a todo momento nos são apresentadas. A cobertura noticiosa do massacre de Realengo se mostra, nesse sentido, lugar profícuo para essa investigação, não apenas pelo que traz impresso nas páginas, mas pelo que tem a revelar sobre o modo como o jornalismo dá inteligibilidade ao acontecimento cujo impacto na experiência pública é veemente e inquestionável.

Os modos pelo quais acontecimentos são contados pelo jornalismo são reveladores – agora no cerne de uma perspectiva da hermenêutica narrativa (RICOEUR, 2010a) – da tradição cultural de que tais narrativas procedem. Pertencendo ao universo das formas simbólicas, as narrativas estão necessariamente ancoradas na cultura de uma comunidade, de um tempo, provendo formas para organizar nossas experiências. Além de perceber a emergência das narrativas desse pano de fundo, observar de perto as configurações narrativas do jornalismo nos dá condições para melhor compreender o fazer jornalístico em sua prática narrativa que obedece a regras específicas. Narrativas jornalísticas não apenas representam acontecimentos, fazem-no esteadas num conjunto de regras institucionais e saberes partilhados mobilizados pelos jornalistas para contar os acontecimentos.

⁴⁴ [...] un objet de discours à déchiffrer mais aussi comme l'enjeu d'une réflexion sur l'espace public.

CAPÍTULO IV

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E TEXTURAS CAUSAIS

Interpretar um jornal é tentar resolver os problemas que nos colocamos a seu respeito – atividade ao final da qual podemos dizer que chegamos a uma certa compreensão desse objeto. Se nos colocamos estes problemas, é porque o jornal não se apresenta de si mesmo como um objeto transparente.

J. L. Braga, *Questões metodológicas na leitura de um jornal*

Após um extenso percurso por entre as abordagens teóricas das narrativas jornalísticas e pelas teorias do acontecimento, e depois de uma aproximação ainda intuitiva das narrativas que pretendemos analisar, chegou o momento de submetermos episódios das coberturas de *Veja* e *Folha de S.Paulo* sobre o massacre de Realengo ao nosso escrutínio em busca daquelas evidências relativas às texturas causais implicadas na atividade de narrar – para que assim possamos compreender elementos constituidores de uma poética jornalística do acontecimento. Paralelamente a esse movimento, subsiste a preocupação evidenciada pela citação que inicia este capítulo, a saber, a da complexa relação entre objeto, problema de pesquisa e pesquisador. Assim, antes de entrarmos nos pormenores analíticos, três observações nos parecem necessárias.

Uma primeira ponderação diz respeito à tomada de nosso *corpus* como lugar de observação do problema colocado. É necessário reiterar o caráter particular de nossa interpretação, ainda que busque recorrências que nos permitam falar de *uma* poética. É preciso também ressaltar que não há, na reunião dessas narrativas para a constituição de um lugar de observação, qualquer pretensão de amostragem ou totalidade. Trata-se, sim, de *uma* observação, de *um* fenômeno, cuja validade se constrói tanto pela nossa persistência argumentativa, assentada nos pressupostos teóricos que mobilizamos, quanto pelo reconhecimento do caráter provisório de nossas interpretações, desvestidas ao máximo dos encargos relativos à perseguição de hipóteses.

A segunda observação vem a reforçar uma de nossas argumentações presentes no primeiro capítulo, a saber, aquela que toma as texturas causais como elementos narrativos – e não elementos internos às narrativas. Pode-se, legitimamente, se perguntar onde está a diferença, ao que respondemos reafirmando nossa consciência de que os nexos causais são relativos à narratividade, estando implicados desde o conjunto simbólico que esteia a atividade narrativa, passando pela composição de intrigas e, evidentemente, pelo gesto interpretativo que aciona a corrente que atravessa todo o circuito. Em suma, trata-se de

afirmar que não estamos em busca das tramas causais *imanes* a essas narrativas, mas das tramas que se constituem *em* nossa leitura dessas narrativas.

O terceiro ponto que gostaríamos de esclarecer é relativo às textualidades. Diante da impossibilidade de dar conta, no espaço que dispomos, de toda a problemática relativa à percepção, definição e delimitação das textualidades – trabalhadas à exaustão por autores como Abril (2007), na esteira de autores como Bakhtin, Ricoeur, entre outros –, tomaremos o cuidado apenas de sair em defesa da narrativa como eixo analítico para abordagem dos textos jornalísticos. Contudo, é preciso ressaltar que o próprio reconhecimento e manejo do que Abril (2007) chama de nódulos textuais se mostra profundamente dependente de categorias jornalísticas textuais determinadas (título, chapéu, marca d'água, fotografias, infográficos), ainda que submetidas aos problemas da narratividade – e não apenas da linguística ou estritamente da semiótica.

O que nos interessa, nesse sentido, é afirmar que a funcionalidade desses elementos textuais não é dada somente pela estrutura, mas pela compreensão que anima os textos e é subjacente a qualquer pretensão analítica. Ou seja, nossa observação será dedicada às narrativas e, assim, ao conjunto de textualidades implicadas na atividade interpretativa. Porém, devemos admitir que não pretendemos explorar à exaustão as possibilidades de articulação textual em seus variados planos (narrativo, alegórico, performático...) e modalidades. As texturas causais, do modo como se nos apresentam, serão tomadas como eixo em torno do qual serão constituídas as tramas textuais.

Tendo buscado esclarecer as primeiras questões de ordem metodológica, passaremos ao recorte do *corpus* e, mais adiante, aos operadores analíticos, para então prosseguir com uma abordagem das narrativas de *Veja* e *Folha de S.Paulo*.

4.1 Recorte do corpus

O primeiro recorte, como expusemos no capítulo anterior, deu-se segundo uma ordem temporal. Reunimos um ano de cobertura do massacre de Realengo em *Veja* e no jornal *Folha de S.Paulo*, considerando apenas menções diretas ao acontecimento. Do total de 52 edições de *Veja*, 12 trouxeram referências ao massacre, em 18 textos. E de 365 edições de *Folha*, 34 edições mencionaram o ocorrido, em 98 textos. Nesse primeiro conjunto de textos entraram notícias/reportagens, artigos de opinião, cartas de leitores e notas. Diante da questão-problema que propusemos discutir nesta pesquisa, de matiz eminentemente qualitativo, não houve a

necessidade de empreender uma catalogação e classificação desse extenso material para que fossem retiradas inferências quantitativas.

O segundo entalhe foi dado em função do problema da causalidade. Optamos por manter somente textos jornalísticos que, submetidos a uma segunda leitura, abrigassem mais explicitamente nossa questão-problema, de modo não só a manter um enfoque dentro da proposta analítica aqui desenvolvida, mas também a mapear nosso lugar de problema. Desse modo, foram considerados os textos em que se apresentava (1) ou um questionamento acerca das causas do acontecimento na forma mesma de uma indagação narrativamente colocada (2) ou em que havia inferências mais ou menos explícitas sobre a causalidade, seja na forma de asserção seja na forma de aventamento. Ao final da seleção, chegamos ao total de cinco textos em *Veja*, sendo todos reportagens, e 13 em *Folha de S.Paulo*, incluindo-se notícias, reportagens, editoriais e colunas – informações detalhadas na Tabela 1.

Tabela 1 – *Corpus* analítico

Dispositivo	Título	Autoria	Data	Páginas
Veja	Cruel, aterrador e inexplicável	BRASIL, S.; DINIZ, L.; SEGALLA, V.	13 de abril de 2011	p. 80-84
Veja	O que estes assassinos têm em comum	CARELLI, G.	13 de abril de 2011	p. 94-95
Veja	O efeito viral das matanças	TEIXEIRA, D.	13 de abril de 2011	p. 96- 100
Veja	O retrato da mente de um monstro	BRASIL, S.	20 de abril de 2011	p. 94-95
Veja	Retrato da loucura	Sem assinatura	28 de dezembro de 2011	p. 102- 103
Folha	Tiros em Realengo	Editorial	8 de abril de 2011	A2
Folha	Frio na espinha	CATANHÊDE, E.	8 de abril de 2011	A2
Folha	Inferno mental	CASTRO, R.	8 de abril de 2011	A2
Folha	Segundo vizinhos e irmã, assassino era tímido e estranho	LOBATO, E.; CAPRIGLIONE, L.	8 de abril de 2011	C3
Folha	Atirador disparou mais de 60 vezes	BRITO, D.	9 de abril de 2011	C3
Folha	Assassino não atirou a esmo, dizem ex-colegas	CAPRIGLIONE, L.	9 de abril de 2011	C4
Folha	Uma outra providência	DE FREITAS, J.	10 de abril de 2011	A9
Folha	“Só bullying não é capaz de explicar o massacre”	REWALD, F.	10 de abril de 2011	C2
Folha	Tragédia antecipa recolhimento de armas	Sem assinatura	12 de abril de 2011	C5
Folha	“School shooting in Realengo”	MACK, D.; RISSO, M.	13 de abril de 2011	A13
Folha	Planejei por ‘muitos meses’, diz atirador	Sem assinatura	13 de abril de 2011	C4
Folha	Realengo	CALLIGARIS, C.	14 de abril de 2011	E16

Folha	Bullying é assunto central na série de gravações de atirador	ROTZSCH, R.; BRITO, D.	16 de abril de 2011	C5
--------------	--	---------------------------	------------------------	----

Fonte: dados da pesquisa

Não podemos desconhecer e tampouco desconsiderar as distinções de gênero que poderiam ser aplicadas aos textos reunidos em nosso *corpus*. Contudo, entendemos que o problema das narrativas jornalísticas, pela abordagem que empreendemos, abriga não apenas a diversidade de gêneros, mas uma diversidade de textualidades. Estamos convencidos de que tanto notícias, quanto reportagens e artigos de opinião, no âmbito de uma cobertura jornalística acerca de um acontecimento, ajudam a contar sua história, trazendo questões importantes relativas às tramas causais. É certo que grande parte das pesquisas em jornalismo, especialmente aquelas cuja preocupação está voltada às questões discursivas, lança mão das distinções de gênero como parte do movimento analítico e mesmo da questão-problema colocada.

Em nosso caso, em que a narrativa do acontecimento aparece num conjunto mais ou menos disperso de textualidades – numa dispersão temporal e espacial –, a distinção pelos gêneros como parte definidora do caminho analítico se mostra pouco profícua para o questionamento relativo às relações de causalidades tecidas pelas narrativas jornalísticas, além de negar os esforços teóricos que anteriormente empreendemos no sentido de indicar os limites de certos modos tradicionais de análise do jornalismo. Prezar por este ou aquele gênero, além de impor contornos muitas vezes apriorísticos às textualidades, poderia obliterar uma dimensão importante dessas narrativas jornalísticas, contadas em diferentes lugares do dispositivo jornalístico e de diferentes maneiras. Como vimos no capítulo anterior, editoriais e mesmo cartas de leitores são textualidades importantes para a tessitura do acontecimento, sujeita a tensionamentos e dissonâncias.

Ademais, a não-distinção por gêneros também não deve colocar problemas analíticos num nível mais operacional, pois nossa observação seguirá um percurso desenhado pelos operadores que definimos, e não por categorizações textuais. Desse modo, buscaremos contemplar uma abordagem menos estrita das narrativas jornalísticas, em que os relatos noticiosos detinham o privilégio ante as demais modalidades textuais.

4.2 Operadores analíticos

Como adiantamos, nossa leitura seguirá um protocolo composto por operadores analíticos, e não categorias. A sutil diferença entre operadores e categorias está, a nosso ver,

na dinâmica que o primeiro conceito comporta face ao segundo. Categorias remetem a uma segmentação rígida e a processos de encaixes, enquanto que os operadores imprimem um caráter processual à análise, indicando uma segmentação com contornos mais borrados e estabelecendo teias de relações mais flexíveis. Há, também, uma evidente distinção relativa às pretensões categorizantes e operacionalizantes. Como nosso objetivo é compreender a tessitura causal intrínseca às narrativas como componentes de uma poética jornalística, a categorização adquire uma importância menor ante as operações pelas quais essas narrativas tecem o acontecimento numa trama de causas e consequências.

Nosso primeiro operador se constituiu a partir do que Borrat (2006) chama de *sequência causal*, num entendimento bastante semelhante ao que Barthes (2009) dá às funções narrativas de consecução e consequência. Os acontecimentos se sucedem, na narrativa, produzindo expectativas e uma lógica de sucessão causal em que se pode perguntar sobre o que causou tal efeito ou o que gerou tal consequência. Assim, o cronológico e o causal passam a se confundir e intercalar, algo a que Ricoeur (2010a) também faz alusão, embora esteja tratando num nível mais amplo, relativo à narração como operação de compreensão.

A textura causal como um problema de consecução/consequência aponta para o sequenciamento das ações e acontecimentos no curso das narrativas: Wellington tinha mãe esquizofrênica → Wellington sofreu *bullying* na escola → Wellington voltou à escola para matar... Ou mesmo: Wellington pretendia matar alunos → Tem-se livre acesso às armas no Brasil → Escolas não têm segurança. Desse modo, podemos enxergar a textura causal como blocos que se sucedem e, ao mesmo tempo, se superpõem, erigindo sequências causais que dão sustentação à narrativa do acontecimento, incidindo sobre sua experiência e inteligibilidade.

O segundo operador mobilizado para observar as narrativas jornalísticas sobre o massacre de Realengo consiste na *textura causal como imputação*. Já não se trata, nesse caso, apenas de apontar o sequenciamento causal entre ações e acontecimentos, mas de considerar adicionalmente as questões éticas relativas à conduta e responsabilização dos personagens da narrativa. Esse conjunto de variáveis se desenvolve a partir de um gesto que consiste em imaginar retrospectivamente a causalidade dentro de um quadro de probabilidades, configurando cursos possíveis de acontecimentos e cotejando-os com as consequências – num entendimento devedor daquele a que Ricoeur (2010a) dá à "imputação causal singular" como operadora da historiografia.

No caso específico das narrativas jornalísticas, toma-se a tessitura causal à maneira da imputação como um processo tentativo e, ao mesmo tempo, sujeito à fixidez de determinadas

normas causais previamente definidas num pano de fundo ético: No massacre, morreram cinco vezes mais meninas do que meninos → Wellington era zombado na escola, sobretudo pelas meninas → Wellington escreveu em sua carta que era virgem, assim por diante.

O terceiro e último operador analítico, a que chamados de *causalidade impedida*, nasce não apenas da síntese dos anteriores, considerando a sequência e a imputação, mas de indícios obtidos na própria leitura das coberturas do massacre que apontam para uma convivência pacífica com a dificuldade de fixação de uma trama causal bem resolvida. Trata-se de um gesto em que a significação do acontecimento prescinde, em alguma medida, de uma trama causal apaziguada da origem, do núcleo gerador do acontecimento. Contudo, se estamos tratando de texturas causais narrativamente tecidas, não poderíamos esquecer que mesmo essa aparente ausência de causalidade é parte desse tecer narrativo. O reconhecimento da causalidade impedida se torna, nesse sentido, um aspecto da textura causal do acontecimento: O atirador morreu após o massacre → A busca de sentido para o acontecimento será em vão... Ou mesmo: Antes de promover o massacre, atirador gravou vídeos e escreveu carta → Wellington, contudo, não explica com clareza os motivos do massacre...

É importante reiterar o parentesco entre os operadores criados para balizar nossa observação das relações causais instauradas por essas narrativas. Certamente, estabelecer um sequenciamento de acontecimentos e ações em termos de consecução e consequência é uma maneira de imputação causal, do mesmo modo como o funcionamento da imputação causal pela via da imaginação e das probabilidades implica também um sequenciamento. No entanto, essa é uma questão de ênfase em aspectos distintos da causalidade narrativa, em que prepondera uma ou outra lógica de causalidade. O que nos interessa é precisamente entender esse jogo de ênfases e amarrações, dadas pelo ordenamento sequencial, pelas variáveis probabilísticas ou pela impossibilidade causal elementar.

Esperamos, a partir da leitura das narrativas à luz desses operadores, caminhar em direção a uma compreensão do modo como essas histórias inscrevem o acontecimento em tramas causais, configurando-o significativamente. Acreditamos que a observação desse processo a partir da experiência de leitura dessas narrativas nos aproximará do que estamos chamando de poética jornalística do acontecimento, dando-nos a ver as nuances da dimensão narrativa do jornalismo naquilo que ela opera em relação aos acontecimentos que apresenta a seus leitores. Buscamos menos conhecer as leis causais que regulam essas narrativas e mais perceber o funcionamento daquela “síntese do heterogêneo” de que falava Ricoeur (2010a),

no sentido de enxergar o jornalismo através das lentes da narratividade, com toda sua capacidade de configurar os acontecimentos das maneiras mais diversas.

4.3 Texturas causais em *Veja*

A tessitura causal operada por *Veja* parece estar definida desde o início da cobertura do massacre de Realengo, quando ressalta os aspectos “monstruosos” que caracterizam o vilão daquela história. Entretanto, a constituição desse personagem convive com outras explicações para o acontecimento, num complexo emaranhado de variáveis causais ora preponderantes ora discretas no curso daquela narrativa. Observaremos a história contada por *Veja* a partir dos operadores para, em seguida, voltarmos às considerações acerca da experiência de leitura dessa narrativa à luz do problema da textura causal.

4.3.1 Sequência causal

Na busca retrospectiva por explicações para o massacre de Realengo, as sequências causais de *Veja* possuem um mesmo ponto de partida: a “loucura assassina” do atirador. Esse modo de composição do nexos causal fica evidente já na capa da edição de 13 de abril de 2011.

Figura 1 – Capa de *Veja* de 13 de abril de 2011



Fonte: veja.com.br

Veja atribui à monstrosidade do atirador lugar privilegiado na explicação do ocorrido. A revista constrói o personagem como portador de uma espécie de latência do mal, que, em determinadas condições, tornou-se manifesto na forma de uma loucura assassina emergida “das camadas profundas de anos de humilhação, solidão e frustração”. Nesse sentido, o acontecimento de Realengo é narrado como consumação daquilo que não poderia ter tido outro desfecho.

Desenha-se uma sequência causal na qual Wellington, o monstro, após vários anos de humilhação, manifestou sua loucura assassina sobre aqueles que representavam seus antigos algozes. A relação entre a monstrosidade constitutiva da personalidade de Wellington Menezes de Oliveira e a humilhação por parte dos colegas de escola é, portanto, consecutiva ($\rightarrow$), enquanto que o desfecho sangrento se apresenta como consequência ($\Rightarrow$) dessa consecução:

Monstrosidade $\rightarrow$ Anos de humilhação $\Rightarrow$ Loucura assassina $\Rightarrow$ Massacre de Realengo

A mesma capa evidencia outro aspecto relativo às texturas causais de *Veja*, a saber, a convivência entre cadeias causais distintas para o mesmo acontecimento, perfeitamente adequadas para explicá-lo.

Para a revista, o massacre de Realengo também é consequência de um “efeito imitação” característico desse tipo de crime. Na mesma edição, a reportagem *O efeito viral das matanças* (TEIXEIRA, 2011) sugere a existência de uma reação em cadeia entre os atiradores, cujo padrão de conduta indica admiração e inspiração mútuas. Desse modo, o efeito imitação ou efeito viral passa a constituir não só outra variável causal, mas outro nexo de causalidade.

Assim como outros autores de massacres escolares, Wellington seria um jovem mentalmente desequilibrado que encontrou em informações sobre outros massacres obtidas por meio da internet uma correspondência entre o que sofreu ao longo da vida escolar e o que poderia fazer com base no que outros fizeram. Essa tese se mantém paralelamente às demais desde a primeira edição da cobertura até a reportagem *Retrato da loucura*, publicada na última edição daquele ano: “Do script clássico dos autores de chacinas, o atirador de Realengo não emulou só o figurino” (RETRATO..., 2011, p. 103).

O massacre de Realengo se torna consequência, então, da existência e visibilidade de outros massacres escolares, os quais, graças às mensagens deixadas por seus autores, foram

copiados em todos os aspectos, inclusive em suas motivações – uma espécie de justiça com a próprias mãos. Constitui-se, assim, a seguinte sequência causal:

Desequilíbrio mental → Efeito viral das chacinas ⇌ Inspiração ⇌ Massacre

O efeito viral desses assassinatos em massa passa a compor a equação causal de *Veja* consecutivamente aos distúrbios mentais do atirador. A revista sustenta essa tese de maneiras diversas, como na já citada reportagem *O que estes assassinos têm em comum* (CARELLI, 2011), em que a imagem do rosto de Wellington aparece em leve transparência (FIG. 2), preenchida com fotografias de outros assassinos escolares.

Figura 2 – *Veja* de 13 de abril de 2011, p. 94



Fonte: veja.com.br

A maior parte das imagens incorporadas à de Wellington foi feita pelos próprios atiradores e divulgada posteriormente aos assassinios. Diante dessa evidência, surge outra variável causal a ser incluída no esquema anterior: a inclinação à autoexposição. Para a revista, que busca amparo na opinião de especialistas em psicologia e criminologia, os massacres são resultado de um “fascínio por uma forma de suicídio em que se busca notoriedade da pior maneira: pela violência contra inocentes” (TEIXEIRA, 2011, p. 98). A busca por notoriedade, no entanto, pode ser considerada componente do que a publicação

chama de efeito viral, fazendo parte de um mesmo problema relativo à vontade de visibilidade desses criminosos, sem necessariamente constituir um nexos causal próprio.

Não podemos deixar de observar que, ao comparar o massacre de Realengo a outros assassinios realizados em escolas, a revista estabelece uma correspondência entre esses acontecimentos a partir das ações desses atiradores, buscando um padrão que remeta a leis gerais que regem essas chacinas. Dessa forma, *Veja* tenta montar um perfil comum aos atiradores como um componente causal do acontecimento. Ou seja, parte da explicação do que ocorreu se deveria ao perfeito encaixe do atirador de Realengo nesse padrão, constituído por variáveis como anseio por notoriedade, comportamento depressivo, tendência suicida, problemas de autoestima, rejeição, raiva e fascínio por armas. Com o desenho de um perfil comum aos atiradores, inaugura-se outro nexos causal, em que são temporariamente negligenciadas as variáveis causais anteriores, relativas às humilhações sofridas na escola e ao efeito viral desse tipo de assassinio.

As cadeias causais de *Veja* se modificam ao sabor das variações de enfoque da narrativa, mas também de acordo com o ritmo dos acontecimentos que se sucedem. Quando publicada a edição de 20 de abril de 2011, a segunda da cobertura, a casa onde Wellington morava e todos os seus pertences já haviam sido investigados pela polícia, e um conjunto de cartas e vídeos fora encontrado e divulgado. Com isso, tornou-se explícita na história contada pela revista uma nova composição causal, apesar de constituída por variáveis já sugeridas anteriormente.

Figuras 12 e 13 – *Veja* de 20 de abril de 2011, p. 94-95

Especial

“Meu filho apanhava calado”

Depois que Cristiano Almeida, 33 anos, testemunhou o assassinato do filho Nathan por parte de três anos, ele decidiu fundar uma ONG em São Paulo para ajudar os pais a lidar com o bullying. Entre os 9 e os 11 anos de idade, o menino, hoje com 15, não se recorda de um dia em que tenha ido para a escola sem sair rindo, sentindo-se assado e ser tomado pelo pânico. Tímido, frágil, sempre a margem do grupo, ele havia se tornado alvo de agressões dos colegas. “Apanhava calado, com vergonha. Tinha medo de falar e sofrer mais”, conta Nathan, que preferiu não aparecer na foto. A turma sabia que Nathan do quarto e o fazia irritar um pouco. Quando mais suplicava para que parassem, mais ele ouvia “tá bom”, “chêdo”. Certa vez, recebeu uma carta que provocou discussões ferozes pelo corpo. A mãe buscou ajuda no colégio — em vão. Ela percebeu várias indicações sobre o comportamento de seu filho e conseguiu alistar a diretora. Hoje, Nathan está em uma escola e é amigo de amigos. “Lá para quem ninguém tinha um filho que sofria o mesmo que o meu”, diz.

O RETRATO DA MENTE DE UM MONSTRO

Um conjunto de imagens deixadas pelo autor do massacre de Realengo mostra como o bullying o traumatizou

SANDRA BRASIL

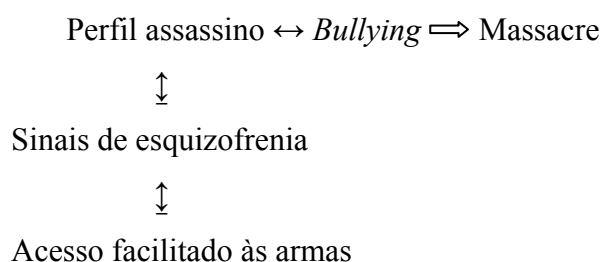
O conjunto de cartas e imagens encontrado na casa onde vivia Wellington Meneses de Oliveira, autor do bárbaro massacre que ceifou a vida de doze crianças de uma escola em Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, suscitava uma questão central: com citações ao Corão, aos ataques do World Trade Center e a criminalidade “islâmica”, teria ele agido como braço de alguma organização extremista islâmica ou mesmo de um bando terrorista? Embora a divisão anterior da Polícia Federal não visse nenhuma relação de Wellington com tais grupos, cinco vídeos achados também em sua casa, no semana passada, tratavam de elucidar de vez a questão. Em mais uma faceta revelada de sua mente doentia, o material deixa claro que os temas a quem se referia eram todos vítimas de bullying, como ele. Na véspera do crime, já com a longa barba que deixava crescer rapado, para não chamar atenção quando chegasse à escola, ele diz: “Há três dias, fui machucado, mas tomei um combite, uma poção forte, corajosa, que tem como objetivo a defesa dos irmãos fracos que ainda se encontram incapazes de se defender”. Também parabeniza o “filho” Casey Haynes, um australiano de 15 anos que reagiu violentamente contra um colega que o molestava a constantes humilhações.

O REGISTRO DA LONGURA Wellington gravou um vídeo em sua casa na noite anterior ao massacre. Nele, ele se apresenta como um homem de bem, mas também mostra como o bullying o traumatizou.

O bom rapaz, um traco comum a jovens criminosos que atacam escolas, está presente o tempo todo. Em uma das gravações, Wellington menciona novamente o bullying: “Se tivessem destruído os braços antes e feito algo sério no combate a esse tipo de prática, provavelmente eu estaria vivo; todos os que estão vivos”. Com base nesses vídeos e nas outras evidências reunidas, a polícia está certa de que se tratava de alguém que agia sozinho e dava claras manifestações de esquizofrenia, doença herdada da mãe biológica. “Ele tinha personalidade e tentava se controlar, de um lado, de um raciocínio. Por tudo, pagou 1.500 reais, quanto que estava economizando havia mais de um ano. Guardava parte do dinheiro dentro de uma garrafa de refrigerante que mantinha escondida em sua cama. Wellington passou a fotografar a si mesmo exibindo os revólveres como um troféu — como mostram as imagens acima. Em uma das fotos, ele aparece trajando a camiseta verde e a calça social preta que usou no dia em que cometeu os assassinatos na escola de Realengo. Diz a psicóloga americana Dorothy Espelage: “Ele repetiu o padrão de outros que cometeram crime semelhante. Excluídos ao longo da vida, eles buscam a fama no seu gesto final”.

Fonte: veja.com.br

As imagens do atirador exibindo a carta de suicídio e posando com uma das armas do crime, somadas às declarações gravadas por Wellington e reproduzidas na reportagem, corroboram tanto as suspeitas relativas ao desequilíbrio do atirador — além dos outros elementos do perfil assassino — quanto ao trauma gerado pelo *bullying*. Se, por um lado, o avanço dos acontecimentos não trouxe elementos causais novos para alimentar as narrativas, não se pode dizer que o esquema causal proposto pela revista tenha se mantido inalterado. “Com base nesses vídeos e nas outras evidências reunidas, a polícia está certa de que se tratava de alguém que agia sozinho e dava claras manifestações de esquizofrenia, doença herdada da mãe biológica” (BRASIL, 2011, p. 95). *Veja* opera uma conjunção entre a tese do perfil assassino de Wellington e a certeza sobre o trauma gerado pelo *bullying*, ambos acompanhados de elementos causais complementares, como a esquizofrenia materna e a facilidade com que o atirador teve acesso às armas:



Nesse caso, a revista superpõe as variáveis causais de modo a desenhar um sequenciamento causal acumulando múltiplos fatores, como se a validade do esquema fosse dada por sua amplitude – sem questionar, por exemplo, se essa multiplicidade não indica justamente uma inexatidão da busca pelas causas do massacre de Realengo. Com a superposição de elementos causais – e não mais a consecução –, *Veja* tenta reconstituir um contexto favorável ao acontecimento em termos de condições necessárias, isto é, buscando montar o quebra-cabeças das circunstâncias e fatores que levaram o acontecimento a ter o desfecho que teve, e não outro. Esse gesto, porém, remete-nos já à nossa segunda percepção dos esquemas de causalidade: a imputação causal.

4.3.2 Imputação causal

Começamos pelo lide da primeira reportagem da cobertura de *Veja*:

A faceta monstruosa de Wellington Menezes de Oliveira, 23 anos, começou a revelar-se às 8h11 de quinta-feira, quando ele entrou numa sala de aula, sorriu e avisou aos estudantes: “vim dar uma palestra”. Em seguida, abriu a sacola que havia depositado sobre a mesa da professora, sacou um revólver calibre 38 e atirou contra a cabeça de uma aluna e depois de outra – as primeiras duas crianças do total de doze que ele matou. Outras estranhas facetas desse rapaz adotado com dias de vida por parentes da mãe esquizofrênica já tinham vindo à tona antes.

Na escola do bairro de Realengo em que cursou o ensino fundamental e onde cometeu o massacre, a Tasso da Silveira, ele era o “esquisitão da turma”, na descrição de um ex-colega. Em casa, vivia pendurado na barra da saia da mãe, testemunha de Jeová, e usava camisa e calça sociais mesmo nas poucas festas em que aparecia. Mas os traços mais evidentes de seu desequilíbrio mental surgiram há cerca de dois anos. Wellington, relatam parentes, começou a pesquisar obsessivamente sobre armas e organizações terroristas islâmicas na internet. Passou a usar só roupas pretas e deixou crescer a barba. Um dos colegas da fábrica de embutidos em que ele trabalhou até agosto do ano passado como auxiliar de almoxarifado conta que o atirador costumava rabiscar no papel bonecos que dizia serem homens-bomba. A um primo que prestou depoimento à polícia, chegou a dizer: “Vou jogar um avião contra o Cristo Redentor”. (BRASIL et al., 2011, p. 83)

A narrativa começa pela descrição da cena do acontecimento e da frieza com que o atirador empreendeu suas ações. Em seguida, passa a compor um perfil de Wellington: filho adotivo, afastado da mãe esquizofrênica, “esquisitão”, mimado, adepto de uma religião conservadora etc. *Veja*, então, volta-se para um contexto temporal mais próximo do acontecimento: os últimos dois anos, quando Wellington começou as pesquisas sobre armas, terrorismo e a mudar a vestimenta. Com isso, reconstitui-se um quadro de possibilidades dentro do qual o acontecimento teria se produzido. Dessa forma, a trama causal passa a ser

constituída não de elementos causais autônomos entre si, mas de um contexto causal integrador, uma trama causal.

Mesmo que a revista defenda uma essência monstruosa do atirador de Realengo, adotando postura maniqueísta logo de saída, a explicação do acontecimento dada pela publicação demanda a constituição de um esquema causal mais complexo e menos linear. Em sua primeira reportagem, *Veja* conjuga a crueldade de Wellington à herança genética, ao fundamentalismo religioso e ao relacionamento conturbado com os colegas de escola. E o acontecimento vai ocupando, então, aos poucos, o centro de um horizonte de possibilidades, como se aquele conjunto de evidências causais (de ações, acontecimentos e circunstâncias) levasse necessariamente ao que ocorreu de fato. Com isso, a causalidade é revestida de uma operação imaginativa, em que o acontecimento, para ser explicado, é submetido a um quadro de causas prováveis e percursos possíveis.

Mais adiante, na mesma reportagem, *Veja* volta a montar um panorama para levantar a mais forte de suas teses:

Wellington escolheu a dedo o cenário da matança. Mesmo com duas escolas públicas vizinhas à casa para onde ele se mudou depois da morte da mãe adotiva, no bairro de Sepetiba, ele preferiu percorrer 33 quilômetros para transformar em palco da sua carnificina o colégio em que havia estudado – e do qual não guardava boas recordações. Aluno mediano, segundo mostram boletins obtidos por VEJA, ele não tinha amigos e era alvo de piadas e humilhações da classe. Aos 10 anos, foi lançado a uma lixeira pelos colegas. Era apelidado de Sherman, uma referência ao personagem nerd do filme *American Pie*. “A gente o xingava de tudo, zoava até cansar”, diz um ex-colega. (BRASIL et al., 2011, p. 83)

Por que Wellington não elegeu outra escola para a chacina? A revista não está preocupada em considerar todas as possibilidades de resposta – como a de que o atirador, em tese, não teria a mesma facilidade de acesso a outras escolas, em que era desconhecido. *Veja* busca sobretudo reforçar a tese de que o massacre de Realengo ocorreu em razão da vontade de vingança de Wellington Menezes de Oliveira pelo *bullying* sofrido em sua vida escolar. O atirador fora apelidado, jogado na lixeira, humilhado, acontecimentos que, para a publicação, explicam de maneira razoável a escolha do atirador pela escola onde estudou, cenário de seu antigo sofrimento.

Esse jogo reconstitutivo funciona não apenas com o aparecimento de evidências causais, mas também com a eliminação de determinados percursos. É o caso da reportagem *O retrato da mente de um monstro* (BRASIL, 2011), em que a revista parece superar uma das suspeitas iniciais: a de que Wellington agira como terrorista por motivações extremistas. Segue o trecho:

Embora a divisão antiterror da Polícia Federal não visse nenhum elo de Wellington com tais grupos, cinco vídeos achados também em sua casa, na semana passada, trataram de elucidar de vez a questão. Em mais uma faceta revelada de sua mente doentia, o matador deixa claro que os irmãos a quem se referia eram todos vítimas de bullying, como ele. Na véspera do crime, já com longa barba que deixara crescer raspada, para não chamar atenção quando chegasse à escola, ele diz: “Eu fui fraco, fui medroso, mas me tornei um combatente, uma pessoa forte, corajosa, que tem como objetivo a defesa dos irmãos fracos que ainda se encontram incapazes de se defender”. Também parabeniza o “irmão” Casey Heynes, um australiano de 15 anos que reagiu violentamente contra um colega que o submetia a constantes humilhações. (BRASIL, 2011, p. 94)

Descartadas pela polícia, as evidências causais que apontavam para motivações terroristas do atirador de Realengo são igualmente eliminadas do quadro de possibilidades desenhado pela revista. A supressão dessa evidência implica a imediata substituição por outra, a do *bullying*, corroborada por outras evidências e pelo próprio descarte. Daí podemos inferir que a multiplicidade de percursos possíveis só abriga evidências causais que, de alguma maneira, corroboram-se entre si. Do contrário, são imediatamente usadas como exceção que confirma a regra.

A reconstituição imaginativa de um percurso causal fica evidente na reportagem *Retrato da loucura* (RETRATO..., 2011), publicada na edição retrospectiva de *Veja* em dezembro daquele ano:

[...] O apavorante autorretrato feito pouco antes de ele matar doze crianças em uma escola do bairro do Rio revela outro clichê da categoria – a preocupação de seus representantes para com a posteridade, fruto da convicção de que são seres especiais. Antes de cortarem o último laço que os liga à sanidade, é comum registrarem a própria imagem, gravarem depoimentos e mensagens na internet, no que consideram ser um legado à humanidade que os tratou com injusta indiferença. Assim fez o atirador de Realengo, que se suicidou depois do massacre e de cujo nome ninguém mais se lembra. (RETRATO..., 2011, p. 103, grifo nosso)

Num mesmo trecho, ficam evidentes as teses do efeito viral, da busca por notoriedade, da insanidade mental e da vingança pelo *bullying* sofrido. O elo entre todas essas explicações causais é precisamente a assustadora fotografia de Wellington, tirada pelo próprio atirador dias antes de cometer o crime. *Veja* interpreta a imagem como um registro “do que consideram [os atiradores em geral] ser um legado à humanidade que os tratou com injusta indiferença”. A revista não menciona o fato de que, no caso de Realengo, as fotografias foram encontradas nos pertences queimados pelo próprio atirador, de onde poderíamos descartar em alguma medida o argumento da busca por notoriedade ou pelo menos o do legado deixado à humanidade. Entretanto, interessa à publicação a reconstituição causal do que ocorreu a partir

de cada evidência, de modo a constituir um todo. A imagem de si próprio feita pelo atirador (FIG. 3; 4) precisa ser explicada para se tornar explicativa do acontecimento.

Figuras 3 e 4 – *Veja* de 28 de dezembro de 2011, p. 102-103



Fonte: veja.com.br

Também não parece fazer questão para *Veja* que, se um dos objetivos desses atiradores é conseguir notoriedade a partir dessas “mensagens” deixadas, o periódico acaba por realizá-lo propagando as imagens e declarações deixadas pelo atirador. A imagem do massacre de Realengo escolhida pela revista para representá-lo na retrospectiva de fim de ano foi, não por acaso, uma das fotografias encontradas nos pertences de Wellington. Ambos são um “retrato da loucura”, a imagem e o acontecimento. O massacre poderia ter tido outras de suas faces expostas, mas é narrado como consequência da loucura do atirador, da qual a imagem seria evidência inquestionável.

É relevante o fato de que a primeira reportagem de *Veja* sobre o massacre de Realengo, *Cruel, aterrador e inexplicável* (BRASIL et al., 2011), traz já em seu título um problema que se coloca a qualquer explicação causal daquele evento: a impossibilidade de uma explicação última, que automaticamente implicaria a insuficiência de qualquer explicação apresentada. Esse detalhe diz da imputação causal, a nosso ver, porque revela o caráter tentativo dessa modalidade de tessitura causal. Apesar de inexplicável, o acontecimento não é ininteligível, devendo ele ser narrado e explicado contra qualquer

difficuldade. A impossibilidade de uma explicação definitiva é parte do esforço de se compreender o que ocorreu. E é diante dessa dificuldade que são coletadas e selecionadas evidências e imaginados os percursos causais possíveis.

4.3.3 *Causalidade impedida*

É porque o bloqueio à explicação possui valor para o estudo da causalidade que esse aspecto da tessitura causal merece um espaço analítico próprio. Poderíamos apenas citar o reconhecimento, por parte da revista, da impossibilidade de se estabelecer uma explicação causal definitiva, mas estaríamos desconsiderando que essa dificuldade se dá porque, no caso do massacre de Realengo, a causalidade é intrínseca ao indivíduo, isto é, ao sujeito daquele acontecimento transposto à condição de personagem daquela narrativa, de modo que há outros aspectos do acontecimento e sua história que merecem ser considerados como partes da explicação causal. Wellington cometeu suicídio e teria levado consigo toda a explicação, todos os motivos. No entanto, o atirador deixou evidências e, pode-se dizer, o próprio acontecimento como consequência de suas ações para que possamos interpretá-las.

Somente ao final da reportagem *Cruel, aterrador e inexplicável* (BRASIL et al., 2011), após lançar uma série de suspeitas acerca das motivações do atirador, é que a revista admite a dificuldade de compreensão do acontecimento:

Suspeita-se que ele selecionou suas vítimas pelo sexo. Dez das crianças mortas eram meninas e receberam tiros característicos de execução, na cabeça e no tórax. Um grupo de cinco estudantes disse a VEJA ter ouvido Wellington afirmar em meio ao massacre que não queria matar meninos. Wellington, segundo vizinhos e parentes, nunca teve um envolvimento amoroso com quem quer que fosse. “Acho realmente que era virgem”, diz um vizinho. Sobre a destreza com que alvejou suas vítimas, a polícia acredita que, nos últimos meses, quando ficou sem trabalho, ele tenha praticado pontaria numa mata próximo à sua casa. No momento em que entrou na escola, Wellington já havia planejado cada detalhe da matança. Antes de sair de casa, destruiu móveis e queimou o computador. *Agora, a expectativa da polícia é recuperar o HD da máquina, uma tentativa de desvendar a mente perturbada de Wellington – e assim ajudar a compreender um pouco o que parece apenas cruel, aterrador e inexplicável.* (BRASIL et al., 2011, p. 84, grifo nosso)

Além de atrelar a compreensão do massacre ao desvendamento da “mente perturbada” de Wellington, é curioso o fato de que, embora reconheça o “pouco” que se pode entender do acontecimento, *Veja* faz dessa impossibilidade uma necessidade a ser suprida. Por isso percebíamos, já no capítulo anterior, a existência de um imperativo de causalidade no bojo dessas narrativas. O pouco que se pode apreender do acontecimento em razão da morte de Wellington é, para a revista, suficiente e justifica a busca pelos nexos causais que fazem

sentido face às evidências apontadas pela narrativa. Daí porque *Veja* não volta a tratar dessa dificuldade. Pelo contrário. À medida que avança a cobertura do acontecimento – e sua história – é como se mais pudesse revelar acerca das causas do ocorrido.

Na segunda edição da cobertura, a reportagem *O retrato da mente de um monstro* (BRASIL, 2011) traz menos indagações do que as reportagens da primeira edição, publicada menos de uma semana após o massacre. Valendo-se, como de costume, das avaliações da polícia, *Veja* “comprova” a premeditação do atirador e usa esse indício para corroborar suas teses causais e, assim, explicar o acontecimento.

A polícia também conseguiu prender três pessoas que venderam ilegalmente a munição e os dois revólveres usados no massacre. Comprovou-se que Wellington planejara tudo nos mínimos detalhes e com antecedência. Sete meses atrás, comprou uma das armas de um segurança que havia sido seu colega quando trabalhava numa fábrica de embutidos. A outra foi adquirida, em janeiro, de um mecânico. Por tudo, pagou 1500 reais, quantia que estava economizando havia mais de um ano. Guardava parte do dinheiro dentro de uma garrafa de refrigerante, que mantinha escondida em seu quarto. Wellington passou a fotografar a si mesmo exibindo os revólveres como um trunfo – como mostram as imagens acima [FIG. 12; 13]. Em uma das fotos, ele aparece trajando a camisa verde e a calça social preta que usou no dia em que cometeu os assassinatos na escola de Realengo. Diz a psicóloga americana Dorothy Espelage: “Ele repete o padrão de outros que cometeram crime semelhante. Excluídos ao longo da vida, eles buscam a fama no seu gesto final”. (BRASIL, 2011, p. 95)

Antes de acusar a revista de admitir a dificuldade de explicação do acontecimento como artifício retórico em favor da arbitrariedade com que desenvolve suas texturas causais, devemos considerar a naturalidade desse movimento em direção à compreensão do acontecimento, a despeito de suas contradições. Além do que, como dissemos em nosso primeiro capítulo, a própria atividade de narrar implica a constituição de um percurso explicativo das ações e acontecimentos inscritos no curso de uma história. O que é válido questionarmos, no entanto, é o modo como a revista desenvolve a tessitura causal, percebendo sua postura epistemológica em relação ao acontecimento.

Depois de observarmos essas narrativas, é preciso reconhecer que *Veja* trata o massacre como enigma a ser revelado. Porém, contra seu discurso inicial sobre o “inexplicável”, tece uma história segundo a qual o acontecimento pode, realmente, ser compreendido em todas as suas nuances. Se há espaços para dúvidas e incertezas, eles são meticulosamente controlados. A revista narra o massacre como se pudesse, de fato, “desvendar a mente perturbada” do atirador, traçar seu perfil, explicar as circunstâncias que o levaram a agir daquela forma, e os acontecimentos passados que voltaram de forma assombrosa sob a forma da vingança.

Devemos nos perguntar, então, o que constrange essa modalidade narrativa a oferecer mais respostas do que indagações, mais explicações do que dúvidas? Ou por que se utiliza das brechas, ausências e porosidades do acontecimento para forjar explicações a qualquer custo?

4.3.4 *A monstrosidade inequívoca*

É preciso tirar consequências dessa observação detalhada das tessituras causais construídas por *Veja* para a própria experiência do massacre de Realengo mediada narrativamente. Voltada para esse aspecto em razão do movimento analítico, nossa leitura dessas narrativas abriu espaços de sentido específicos em torno da explicação do acontecimento, incluindo-se suas causas prováveis, suas variáveis causais e mesmo as condições nas quais se tornou possível.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar uma vez mais nossa percepção de determinadas constantes causais, isto é, (in)variáveis que atravessam todo o esforço explicativo empreendido pela revista na atividade narrativa. A primeira delas, embora não a mais persistente, é a que diz respeito à monstrosidade inequívoca do personagem de Wellington Menezes de Oliveira. O massacre, como dissemos, é contado principalmente como lamentável consequência da perversidade intrínseca àquela personalidade. O *bullying*, outra constante a surgir com força crescente na narrativa de *Veja*, aos poucos se institui como explicação causal irrefutável e permanente, a ponto inclusive de orientar o andamento daquela história.

Apesar do empenho de *Veja* em buscar percursos explicativos coerentes para o massacre de Realengo, nossa leitura percebe a manutenção de um aspecto enigmático na narrativa daquele acontecimento. Isso porque talvez a revista não tenha atentado para a dificuldade maior em compreender o que se passou: a de que, embora aquele acontecimento seja explicável, algo de sua experiência prática sempre escapa. Além disso, sendo um acontecimento gerado a partir de uma ação específica, pelas mãos do atirador, o massacre como tal impõe dificuldades expressivas num nível ético, antes mesmo de suscitar explicações em termos subjetivos (a maldade) ou objetivos (o *bullying*).

O aspecto “aterrador” daquele acontecimento, para usarmos os termos de *Veja* em sua primeira reportagem, talvez advenha de nossa própria dificuldade em instaurar imaginariamente um percurso causal perfeitamente coerente para uma ação violenta como aquela que resultou na morte de 12 crianças. A narrativa da revista, entretanto, obedece a uma necessária e mesmo natural busca por explicações, a partir, por exemplo, do pareamento a outros acontecimentos, ainda que estes também careçam de explicações.

Embora não ofereça exatamente um cardápio de possibilidades causais entre as quais podemos eleger, conscientemente ou não, as que melhor se adequam ou se apresentam coerentes ante as consequências do acontecimento, *Veja* o narra numa busca desesperada por explicação – porque talvez nós, leitores, partilhemos também dessa mesma angústia, mas também porque seja parte da atividade narrativa jornalística narrar sob essa finalidade específica e imperiosa.

A dinâmica explicativa, como vimos, corresponde à atividade configuracional que se desenrola segundo a diacronia midiática. Por isso, a narrativa e suas tramas causais variam na medida em que o acontecimento se desenvolve, bem como sua narrativa. Podemos entender esse movimento de duas maneiras: como um avanço em relação à coerência causal, isto é, ao perfeito encaixe entre as explicações causais e as questões suscitadas pelo acontecimento tal como narrado edição por edição, ou como uma fragilidade própria dessas narrativas, cuja temporalidade implica a constante atualização – e também a constante substituição de uma edição por outra.

Independentemente da escolha, é certo que o trabalho explicativo empreendido pela revista modifica nossa experiência com o acontecimento, o que não implica nem a absoluta estabilização de sentidos sobre o que ocorreu – nenhuma narrativa poderia fazê-lo – nem a manutenção daquela desorganização própria do surgimento do acontecimento em nossa experiência prática – posto que narrar quer dizer integrar, organizar. À pretensão estabilizadora dessas narrativas se confrontam aquela força disruptora do acontecimento, mantida em alguma medida em sua vida significativa, e a própria heterogeneidade interna a essas histórias.

4.4 As texturas causais de *Folha*

Assim como *Veja*, o jornal *Folha de S.Paulo* também apresenta uma variedade de esquemas causais, embora os relacione de outra maneira. Como veremos adiante, o periódico abriga, além das propostas de percursos causais, os questionamentos a essas propostas, evidenciando uma diversidade e disputa em torno da explicação do acontecimento.

4.4.1 Sequência causal

Ao longo da cobertura do massacre, *Folha* evita adjetivar pejorativamente o atirador de Realengo. O que não impede, porém, que a imagem do personagem mais intrigante

Fonte: edicaodigital.folha.com.br

Para traçar o perfil de Wellington, o jornal convoca vizinhos, ex-colegas de escola e traz até mesmo o trecho do depoimento dado pela irmã do atirador a uma rádio local: “Até a irmã Rosilane, com quem Wellington viveu até o ano passado, achava-o diferente. ‘Era muito estranho mesmo. Não era de sair. Vivia no computador e não tinha amigos’, disse ela” (LOBATO; CAPRIGLIONE, 2011, p. C3). Segundo as fontes ouvidas pelo jornal, Wellington era alguém “esquisito”, “tímido”, “nerd”, “viciado em internet”. Na mesma página, *Folha* publicou a própria carta encontrada junto ao atirador, em que Wellington dá instruções sobre como gostaria de ser enterrado. A carta, publicada na íntegra ao lado da reportagem e da imagem do atirador morto no local da chacina, aparece como mais um indício da insanidade do atirador, confuso e obsessivo em suas exigências.

Outra variável causal a aparecer rapidamente na narrativa de *Folha* é o *bullying*. O jornal publicou uma pequena matéria – intitulada “*Ataques têm a ver com bullying*”, diz professor (FAGUNDES, 2011) – em que entrevista um pesquisador norteamericano especialista em violência escolar. Aquela foi a primeira manifestação do periódico – sucedida de muitas – sobre a suspeita de que Wellington agira como uma forma de vingança contra a violência sofrida ao longo da vida escolar:

Para o especialista em violência escolar Glenn Stutzky, da Universidade de Michigan State (EUA), fatos ocorridos recentemente na vida de quem, no passado, foi vítima de bullying na escola, podem desencadear atos de violência. “Quando as pessoas foram torturadas e não receberam ajuda, um acontecimento do dia a dia pode trazer de volta a memória de quando ela foi vítima de violência”, disse Stutzky, que afirmou ter acompanhado apenas breves relatos do atentado ocorrido ontem em escola municipal localizada na zona oeste do Rio de Janeiro. De acordo com ele, o retorno dessa memória “na mente distorcida deles” pode fazer com que eles voltem ao lugar onde sofreram as agressões. (FAGUNDES, 2011, p. C3)

A associação entre o assassinio cometido por Wellington e seu passado como vítima de humilhações e violência retorna de maneira crescente ao longo da cobertura. Na reportagem *Assassino não atirou a esmo, dizem ex-colegas* (CAPRIGLIONE, 2011), *Folha* entrevistou ex-colegas do atirador, segundo os quais as vítimas teriam sido escolhidas pela semelhança com aqueles que perseguiam Wellington. Na reportagem *Bullying é assunto central na série de gravações de atirador* (RÖTZSCH; BRITO, 2011), a prática volta a ser usada para dar sentido ao massacre, com uma ressalva: “Psiquiatras como Gustavo Teixeira, entrevistado na semana passada pela *Folha*, dizem que só o bullying não explica a ação do

atirador, embora possa ter desencadeado um surto psicótico que desembocou nos ataques” (RÖTZSCH; BRITO, 2011, p. C5).

Desse modo, o esquema causal desenhado por *Folha*, do ponto de vista de um sequenciamento, instaura uma correlação entre duas variáveis causais, o *bullying* e os problemas mentais de Wellington, numa equação simples e linear, da qual o massacre foi o único resultado possível:

$$\text{Bullying} \leftrightarrow \text{Desequilíbrio mental} \Rightarrow \text{Massacre}$$

Folha, no entanto, endossou a politização da discussão em torno do acontecimento operada pela mídia brasileira em geral. No editorial da primeira edição da cobertura o jornal já levantava a problemática do acesso facilitado às armas no Brasil a partir do questionamento sobre como o atirador adquiriu os revólveres e os demais equipamentos usados no massacre:

Ao poder público compete empreender investigação minuciosa da matança, para iluminar o que for possível sobre Realengo. Por exemplo: como foram obtidas as armas usadas pelo atirador?

Não será surpresa constatar que, apesar de tantas campanhas de desarmamento, a facilidade de acesso às ferramentas da morte continua uma das falhas mais gritantes do trabalho policial no país. (TIROS, 2011, p. A2)

Com a indagação do editorial de *Folha*, repercutida em notícias como *Tragédia antecipa recolhimento de armas* (TRAGÉDIA, 2011, p. C5), a sequência causal desenhada pelo jornal passa a abrigar outra variável, agora em termos consecutivos: o acesso de Wellington a armas, sem o qual não teria havido massacre. Podemos entender a lógica causal da seguinte forma: Wellington tinha problemas mentais e sofreu várias formas de violência e humilhação em sua vida escolar, o que, sendo sucedido pelo fácil acesso às armas, permitiu que levasse adiante o assassinio. A sequência, portanto, seria:

$$\text{Bullying} \leftrightarrow \text{Desequilíbrio mental} \rightarrow \text{Acesso às armas} \Rightarrow \text{Massacre}$$

O que se percebe, porém, é que qualquer sequência causal formada a partir da leitura do jornal esbarra na pluralidade de percursos, gerada pela variedade de pontos de vista abrigada pelo próprio periódico. Ao mesmo tempo em que agregamos a variável relativa ao acesso às armas à lógica causal que *Folha* desenvolve para explicar o massacre de Realengo, encontramos no próprio jornal outras manifestações que não apenas defendem o nexo causal anterior como questionam especificamente essa última evidência causal. É o caso da coluna

de Jânio de Freitas de 10 de abril de 2011: “Não foi o revólver que atirou em Realengo. Não foram os dedos que o acionaram. Foi a cabeça do atirador. Nessas violências, antes de tudo está a cabeça” (FREITAS, 2011, p. A9).

O jornal comporta uma diversidade de sequenciamentos causais, mas a convivência entre as variadas teses se dá num quadro de divergências e questionamento mútuo. Essa variedade não impede que busquemos outras lógicas causais construídas por *Folha*, mas impõe a cada nova sequência percebida um caráter particular conflitante com as demais e, por isso, provisório.

A coluna do psicanalista Contardo Calligaris nos oferece um exemplo desse jogo de propostas explicativas para o acontecimento, e mais especificamente para o personagem Wellington Menezes de Oliveira, via de regra entendido como núcleo causal do que ocorreu em Realengo. Em sua coluna de 14 de abril de 2011, intitulada *Realengo*, Calligaris faz uma análise dos atos e mensagens do atirador, propondo com mais força a entrada de uma variável causal até então pouco evocada:

É possível que a vida escolar de Wellington, o assassino de Realengo, tenha sido um suplício. Mas a simples vingança pelo bullying sofrido não basta para explicar seu ato. Eis um modelo um pouco mais plausível (e infelizmente comum).

Durante sua adolescência, um jovem é zombado pelos colegas e, sobretudo, pelas meninas que despertam seu desejo. Para se proteger contra a recusa e a humilhação, o jovem se interdita o que ele deseja e que lhe está sendo negado: “As meninas que eu gosto riem de mim e de meu desejo por elas; para não me transformar numa piada, farei da necessidade virtude: entrarei eu mesmo em guerra contra meu desejo. Ou seja, transformarei a exclusão e a gozação num valor: não fui rechaçado, eu mesmo me contive – por exemplo, porque quero me manter ilibado, sem mancha”.

[...]

Simples. Para transformar os fracassos amorosos em glória, o fanatismo religioso é o cúmplice perfeito. Funciona assim: você é isolado? Sente-se excluído da festa mundana? Pois bem, conosco você terá um igreja (real ou espiritual, tanto faz) que lhe dará abrigo [...].

Há uma lição na história de Realengo – e não é sobre prevenção psiquiátrica nem sobre segurança nas escolas. É uma lição sobre os riscos do aparente consolo que é oferecido pelo fanatismo moral ou religioso. (CALLIGARIS, 2011, E16)

Calligaris mobiliza conceitos da psicanálise e sua percepção da personalidade de Wellington para emitir seu parecer sobre o acontecimento. Trata-se da constituição de uma sequência causal detalhada, em que o colunista faz um passo a passo da consecução das evidências causais e, inclusive, retira lições do que ocorreu. O *bullying* não é rechaçado, como os diagnósticos de loucura e a explicação relativa às armas, mas recebe um papel inferior na tese que o psicanalista defende: Wellington agiu daquela forma por ser um fanático religioso. O *bullying* sofrido por Wellington se torna, na verdade, espécie de variável causal do próprio fanatismo, formando a seguinte sequência causal:

Bullying → Fanatismo religioso ⇔ Massacre

A tese de Calligaris não ecoa nas reportagens de *Folha*. Ao contrário, é descartada em vários episódios, seja por fontes ouvidas pelo jornal, seja pelo próprio periódico diante de outras evidências causais, a partir das quais são sugeridos outros esquemas. É o caso, por exemplo, da reportagem *Bullying é assunto central na série de gravações de atirador* (RÖTZSCH; BRITO, 2011):

Ex-aluno da escola municipal onde assassinou 12 crianças e depois se matou nove dias atrás, Wellington faz várias referências nas gravações a “fiéis” e “infiéis”. Não se trata, porém, de uma divisão religiosa. “Fiéis” ou “irmãos” são os que, como afirma Wellington, sofrem bullying. “Infiéis” e “fornicadores” são os que praticam o bullying ou compactuam com a prática. (RÖTZSCH; BRITO, 2011, p. C5)

O questionamento da tese referente às motivações religiosas corrobora nossa percepção sobre as divergências entre as proposições causais aventadas no jornal. Contudo, no caso específico da reportagem acima, é curioso o modo como é descartada a motivação religiosa. Ao interpretar o significado dos termos “fiéis” e “infiéis”, tais como usados por Wellington nas gravações encontradas pela polícia, o jornal não questiona, por exemplo, por que o atirador usou esses termos, de matiz claramente religioso, e não outros.

Figura 15 – *Folha de S.Paulo*, 16 de abril de 2011

Bullying é assunto central na série de gravações de atirador

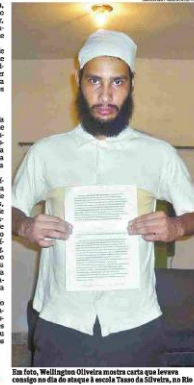
Ele divide mundo entre 'fêis', vítimas da prática, e 'infêis', que compactuam com maus-tratos

Pôlice considera o caso encerrado: Wellington agiu sozinho e não tinha nenhuma ligação com grupos extremistas
SÉRGIO ARAÚJO
FOLHA 10/10

Nova leva de vídeos de Wellington Mesquita de Oliveira divulgada pela polícia revela que o bullying é o assunto central das gravações do atirador de 19 anos. No vídeo, ele afirma que não tem ligação com grupos extremistas, mas que se sente isolado e sozinho. Ele também afirma que não tem nenhuma ligação com grupos extremistas, mas que se sente isolado e sozinho. Ele também afirma que não tem nenhuma ligação com grupos extremistas, mas que se sente isolado e sozinho.

da que a sua ação serviu como exemplo para que outros não se tornassem vítimas. Ele também afirma que não tem nenhuma ligação com grupos extremistas, mas que se sente isolado e sozinho. Ele também afirma que não tem nenhuma ligação com grupos extremistas, mas que se sente isolado e sozinho.

uma passadeira pela Follia, disse que só o bullying não explica a ação do atirador, embora possa ter desencadado um surto psicótico que desembocou nos ataques. A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo afirma que não houve nenhuma ligação com grupos extremistas, mas que se sente isolado e sozinho. Ele também afirma que não tem nenhuma ligação com grupos extremistas, mas que se sente isolado e sozinho.



Em foto, Wellington Oliveira mostra carta que levou consigo na noite do ataque à escola Tereza de Oliveira, em São Paulo.

“As vezes que mais dói em [sic] quando eles praticaram esses covardes contra mim e todos em volta riam, debochavam, se divertiam com isso. É importante com esses sentimentos”

Que o ocorrido sirva de lição, pedicando às autoridades escolares, para que descretem os tempos diante de situações em que alunos são agredidos, humilhados

Em fim fraco, ao fim da tarde, Wellington Mesquita de Oliveira, 19 anos, foi levado para o hospital. Ele não tem nenhuma ligação com grupos extremistas, mas que se sente isolado e sozinho. Ele também afirma que não tem nenhuma ligação com grupos extremistas, mas que se sente isolado e sozinho.

Morri para inspirar vocês, irmãos, a se defenderem e se fortalecerem. Meu desejo é que se estabeleça uma unidade entre vocês, que os irmãos mais fortes e corajosos fiquem alertados para proteger os irmãos mais fracos

TRAIÇÃO

Dizendo-se hostilizado, aluno mata colega a facadas em escola

Um adolescente que se dizia vítima de bullying matou um colega a facadas em uma escola no interior do Paraná. O caso ocorreu na quarta-feira, na escola rural de Curitiba, no município de São José do Pinheiro. O aluno, de 17 anos, foi acusado de matar o colega a facadas em uma escola no interior do Paraná.

ALACRÁS

Procuradoria apura agressões homofóbicas contra estudante

Segundo denúncia recebida pela Ministério Público, que pediu a abertura de inquérito, o estudante de 17 anos foi vítima de agressões homofóbicas em uma escola no interior do Paraná. O caso ocorreu na quarta-feira, na escola rural de Curitiba, no município de São José do Pinheiro.

ALACRÁS

Procuradoria apura agressões homofóbicas contra estudante

Segundo denúncia recebida pela Ministério Público, que pediu a abertura de inquérito, o estudante de 17 anos foi vítima de agressões homofóbicas em uma escola no interior do Paraná. O caso ocorreu na quarta-feira, na escola rural de Curitiba, no município de São José do Pinheiro.

MORTES

ALBERTO MARTINS DE ARAÚJO - Aos 65, vítima de um ataque cardíaco, Centro de Saúde de São Paulo.
ALBERTO MARTINS DE ARAÚJO - Aos 65, vítima de um ataque cardíaco, Centro de Saúde de São Paulo.
ALBERTO MARTINS DE ARAÚJO - Aos 65, vítima de um ataque cardíaco, Centro de Saúde de São Paulo.

ALACRÁS

Procuradoria apura agressões homofóbicas contra estudante

Segundo denúncia recebida pela Ministério Público, que pediu a abertura de inquérito, o estudante de 17 anos foi vítima de agressões homofóbicas em uma escola no interior do Paraná. O caso ocorreu na quarta-feira, na escola rural de Curitiba, no município de São José do Pinheiro.

ALACRÁS

Procuradoria apura agressões homofóbicas contra estudante

Segundo denúncia recebida pela Ministério Público, que pediu a abertura de inquérito, o estudante de 17 anos foi vítima de agressões homofóbicas em uma escola no interior do Paraná. O caso ocorreu na quarta-feira, na escola rural de Curitiba, no município de São José do Pinheiro.

Publicitário da Coca-Cola e da Pepsi

Um empresário não está sozinho quando se trata de publicidade. Ele também não está sozinho quando se trata de publicidade. Ele também não está sozinho quando se trata de publicidade. Ele também não está sozinho quando se trata de publicidade.

ALACRÁS

Procuradoria apura agressões homofóbicas contra estudante

Segundo denúncia recebida pela Ministério Público, que pediu a abertura de inquérito, o estudante de 17 anos foi vítima de agressões homofóbicas em uma escola no interior do Paraná. O caso ocorreu na quarta-feira, na escola rural de Curitiba, no município de São José do Pinheiro.

ALACRÁS

Procuradoria apura agressões homofóbicas contra estudante

Segundo denúncia recebida pela Ministério Público, que pediu a abertura de inquérito, o estudante de 17 anos foi vítima de agressões homofóbicas em uma escola no interior do Paraná. O caso ocorreu na quarta-feira, na escola rural de Curitiba, no município de São José do Pinheiro.

4.4.2 Imputação causal

Na página em que figura a reportagem, chama atenção a imagem de Wellington, divulgada pela polícia após varredura no computador do atirador. Ele aparece de barba crescida e turbante, segurando a carta que levaria no corpo no dia da chacina. No entanto, diante da conclusão do inquérito policial, em razão da eliminação da hipótese de Wellington ter cúmplices ou qualquer ligação com grupos extremistas religiosos, *Folha* como que suplanta completamente a tese das motivações religiosas para reforçar a suspeita de vingança pelo *bullying*, como se a validade de um percurso causal possível se desse somente pela total oposição a outro.

Fonte: edicaoadigital.folha.com.br

A esposa Clarice, os filhos Francisco, Lúcia e Roberto, os netos e bisnetos do querido

Michele Iudice

Agradecemos as manifestações de pesar e convida, para a missa de 7º dia, que será realizada no dia 18/04 às 9 horas, na Igreja Nossa Senhora do Brasil, Praça N. Sra. do Brasil s/nº.

Figura 16 – *Folha de S.Paulo*, 10 de abril de 2011



O psiquiatra é chamado a analisar cada uma das teses relativas à causalidade do massacre de Realengo, das motivações religiosas aos distúrbios psíquicos, passando, obviamente, pelo *bullying*:

Folha – Existe uma relação entre o bullying e casos de violência como o do Rio?

Gustavo Teixeira – É claro que a gente não pode associar que toda vítima de bullying se tornará uma pessoa agressiva. Mas o relato na literatura mostra que muitos alvos de bullying procuram se vingar e culpam a instituição de ensino. Estão investigando isso no Rio também.

Outra questão importante é a da doença psiquiátrica. O que causa isso? Basicamente, dois fatores principais: um componente genético e imutável associado a desencadeadores ambientais. O ambiente é o que puxa o gatilho. O bullying pode ser um gatilho importante para uma doença psiquiátrica. [...]

Por que algumas vítimas reagem violentamente?

Na grande maioria dos casos, [as vítimas de bullying] cometem suicídio ou ficam sofrendo sozinhas pelo resto da vida. Nesses poucos casos em que ocorre a reação de agressão no sentido de ir armado para a escola e cometer assassinatos em série, existe uma doença psiquiátrica.

Foi assim em Columbine e em Virginia Tech [escolas americanas alvos de ataques], parece que é o caso desse garoto no Rio. O que parece ser determinante são doenças psiquiátricas mesmo, seja esquizofrenia, sejam transtornos de personalidade antissocial. No caso do Rio, há indícios de que é um caso de esquizofrenia.

Quais são esses indícios?

A impressão que dá [pela carta que ele deixou] é que existe uma quebra na personalidade. É como se ele pudesse dividir o mundo em duas partes: o mundo dos puros e o dos impuros.

E tem essa questão de conteúdo místico-religioso, de que apenas pessoas virgens poderão tocá-lo, pessoas que não fossem virgens teriam de usar luvas. [...] (REWALD, 2011, p. C2)

Para o psiquiatra entrevistado por *Folha*, a explicação causal do massacre tem a seguinte lógica: as violências sofridas ao longo da vida escolar não são consideradas, na literatura médica, razão isolada para que esses jovens peguem em armas e cometam assassinatos; estão necessariamente associadas a distúrbios psiquiátricos que, no caso particular de Wellington, também estava relacionado a um conteúdo de ordem “místico-religiosa”. Embora o argumento causal do psiquiatra – endossado pelo jornal – faça uma conjunção de variáveis, o movimento nos parece ser o da constituição de uma explicação causal baseada em possibilidades, comparando, inclusive, o curso desse acontecimento ao de outros, como o dos massacres de Columbine e Virginia Tech.

Na entrevista publicada por *Folha*, o psiquiatra não apenas emite sua opinião profissional sobre o atirador de Realengo, como é levado a reconstituir o esquema causal que provavelmente levou o acontecimento a ter o desfecho que teve, de modo a configurar, com base em evidências causais, um curso possível e plausível de condições. Esse mesmo esquema é configurado pelo infográfico que acompanha a entrevista – uma história em quadrinhos reconstituindo o massacre – e pelas notas relativas às evidências causais consideradas pelo

psiquiatra, como o diagnóstico de esquizofrenia da mãe biológica de Wellington, a personalidade introspectiva do atirador, o *bullying* etc.

Talvez por se tratar de declarações de um médico, não há uma preocupação, na entrevista publicada por *Folha*, com a superação de outras teses sobre o que poderia explicar o massacre de Realengo. Há, como vimos, uma conjunção de percursos possíveis, deixando completamente de fora aqueles que, por ora, não são considerados válidos ou coerentes com o esquema causal configurado. Ou seja, o cotejamento dos percursos causais se dá em relação às consequências e evidências do acontecimento, e não a outros percursos causais.

O mesmo não ocorre no artigo *School shooting in Realengo* (MACK; RISSO, 2011), assinado por Daniel Mack e Melina Risso, integrantes da ONG Instituto Sou da Paz. Antes de entrarmos no conflito estabelecido entre teses causais distintas, é importante percebermos que, no artigo, os autores questionam a própria natureza da pergunta que deve ser feita após um acontecimento como o massacre de Realengo. “Nesses casos, sempre há mais fascinação pelo “por quê?” do que pelo “como?” (MACK; RISSO, 2011, p. A3). Trata-se, portanto, de um artigo consagrado não somente às causas, do ponto de vista estrito, mas às condições que tornaram possível o massacre. Uma delas, especificamente: como Wellington adquiriu com tanta facilidade as armas de fogo que o permitiram fazer tantas vítimas?

Falar em “sociedade enferma”, em “bullying” e em “esquizofrenia” não explica a história toda.

Wellington é o grande culpado e o único que poderia revelar o “por quê?”. Mas falharemos se não analisarmos e reagirmos contra aspectos do “como” que podem evitar outras tragédias. O que permitiu que Wellington lograsse tamanha letalidade? Como alguém sem histórico criminal nem envolvimento com drogas conseguiu as armas de fogo e o recarregador?

[...]

O revólver calibre 38 (como um dos que o atirador tinha), fabricado e vendido legalmente, é o vetor da epidemia de violência armada. (MACK; RISSO, 2011, p. A3)

O artigo de onde extraímos o trecho acima foi publicado na coluna *Tendências/Debates* de *Folha*, cujo propósito, segundo o periódico, é “estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo”. Apesar de alertar que os artigos publicados na referida coluna “não traduzem a opinião do jornal”, o texto está em perfeita sintonia com reportagens e colunas já citadas, ao menos no que diz respeito à importância de levar adiante a preocupação com o acesso às armas no Brasil. Contudo, é preciso observar de que maneira o artigo ajuda a explicar aquele acontecimento, ainda que reivindique apenas a argumentação sobre o “como?”.

Embora não estejam preocupados em constituir um esquema causal, isto é, uma explicação causal sobre o acontecimento, os autores de *School shooting in Realengo* exploram um dos aspectos daquela história sem o qual o assassino não teria “logrado tamanha letalidade”. O argumento de Mack e Risso é simples: Wellington, mesmo sendo uma pessoa comum, sem histórico de crimes e sem envolvimento com drogas, não enfrentou dificuldades para conseguir as armas com que promoveria o massacre. Esse acesso facilitado se tornou condição suficiente para que o assassino levasse a cabo o assassinio e fizesse a quantidade de vítimas que fez.

A imputação causal reside no próprio gesto de imaginar o acontecimento com outro percurso, ou seja, em outras circunstâncias, em que um sujeito comum não teria acesso a armas de fogo com tanta facilidade e sem justificar a necessidade. Daí porque o acesso às armas se torna variável causal do acontecimento de Realengo, sendo parte do “como?” e, por isso, componente do “por quê?”.

Outro episódio da narrativa de *Folha* chama atenção pelo modo como constitui um esquema causal para o acontecimento. No capítulo anterior, tivemos a oportunidade de comentar o *box* que acompanha a reportagem *Tragédia antecipa recolhimento de armas* (TRAGÉDIA, 2011, p. C5):

Figura 10 – *Folha de S.Paulo* de 12 de abril de 2011

Massacre em escola leva governo a antecipar a campanha de desarmamento de junho ou julho para 6 de maio

Joel Sarnay (PMDB) vai apresentar proposta para a realização de um novo referendo sobre o desarmamento.

A fragilidade que vitimou a imprensa no Rio de Janeiro levou o governo a criar o "Serviço de Comunicação Social do Departamento de Imprensa e Propaganda" para combater a "desinformação" que estaria causando a perda de credibilidade a partir do dia-4.

Inicialmente, a campanha consistia em juntar ao jornal "O Estado de São Paulo", Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, um comitê com membros do governo e da sociedade civil formado para combater a "desinformação".

Outros, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), afirmou que vai apoiar o "comitê" para "verificar e combater as falsas informações que se propagam para a realidade do dia-a-dia com o intuito de confundir a população".

Para especialistas em segurança pública, os 9 anos a serem fase dificultada o controle das milícias, a trajetória poderia ter sido evitada.

"Os grupos de delinquentes se vendiam para políticos, militares ou empresas de segurança", diz Igório Cordeiro, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e membro do Laboratório de Análise da Violência.

Ele é ex-vice-presidente do Fórum Parlamentar pelo Crime da Defesa, Instituto de Pesquisa (97020-002), do Estado. "Se proibir a venda, vai aumentar a quantidade de armamento ilegal".

Wellington, Menores de Oitenta anos duas armas por sua mãe ou alunas no Rio. Uma delas havia sido roubada em 1996 de uma original que tinha o seguinte. Não se sabe como ela chegou à mão do atirador, mas não se sabe, LAUREL LUTHERING & ASSOCIATES

Ao menos 10 pais pedem que filhos mudem de escola

As memórias das pais já geram uma transmutação de seus filhos na escuta musical. Tasso de Silveira, Para o filho Tati Marçal, o primeiro e o segundo dia de propagação da tragédia.

Otávio querio das crianças brincar com as hospitalares. Duas das que por mais de dez anos estavam em estado grave.

Marçal anunciou que a duas salas invadidas por Wellington Mendes de Oliveira não teriam mais alunos. Das salas vazias com as crianças digitais e expostas nas paredes, para alunas com necessidades especiais.

As aulas ainda não têm de fato por ocorrência. Na primeira semana começaram atividades de reabilitação.

COMPUTADOR

A Justiça faz testes com o aparelho de sigilo eletrônico do atacante. O posto da autodefesa belga, a polícia criminal e a polícia de fronteira concluíram em 24 horas de testes de suas comunicações por meio de mensagens instantâneas e e-mails.

As investigações mostram que Wellington Figueiredo não tem contato no Internet com pessoas não conhecidas por meio do MSN, no qual era conhecido pelo "Wellington Figue".

Voluntários empurram o teste ao próximo nível ao analisar não apenas os dados de envio de mensagens, mas também os arquivos de texto.

PLEASE DO NOT MANUSCRIPTS DO AFTER



BULLYING
Wellington entusias-
na escola entre 1999
2000 e de sua rotina
de bullying por par-
tes dos colegas. Um
caso semelhante ao
sua, ele dirige
responsáveis por
outros: matriculas,
como o da Virginia
Smith, aos 13/14.

“Cada vez que vocês verem alguém ridiculizando uma pessoa pela sua aparência física (...) lembrem-se que esse tipo de pessoas foram responsáveis por todas essas mortes, inclusive a minha



“torres giv
sobre tais condi
torres altas, pro



“Mira dese de combate aos existirio muitas



“Faça todos os dias uma coisa que não gosta de fazer e as coisas vão melhorando”
— **Horas do dia para estudar**



“Precisele de
ger e mea fornica
“A fost oare învingut?”



FOLHA 1



CONSUMO EM SÃO

Se vuoi que
FOLHA, nã
caderno d

digital folha.com

digital.ionia.com

análise dos m

acúmulo arbit

s causais. São

e armas. Cada

tas curtas exp

fice, yme, tor

... e

cimento é, em

um dos tópicos

a pelo próprio

podemos tirar

constituição d

classificação de

al seja, os m

Fonte: edicaodigital.folha.com.br

atirador. A questão que fica em aberto, no entanto, é se a própria falta de coerência estabelecida entre as variáveis causais não é, ela mesma, constituidora de sentidos que nos levem à incoerência das próprias motivações do atirador.

4.4.3 *Causalidade impedida*

“A busca por algum sentido no massacre de Realengo se repetirá, de novo sem muita chance de sucesso” (TIROS..., 2011, p. A2). A frase é do primeiro editorial de *Folha* sobre o acontecimento. O jornal reconhece de saída a dificuldade para compreender o massacre de Realengo e, por conseguinte, para explicá-lo. Embora consiga compará-lo ao padrão “sinistro” dos já comuns ataques escolares, o periódico percebe o caráter inescrutável desse tipo de acontecimento, que não é facilmente explicável.

Devemos questionar, no entanto, o significado do termo sucesso na frase de *Folha*. Por que a busca pelos sentidos do massacre precisam obter sucesso? O que pode ser considerado um êxito das buscas?

Mais do que uma explicação definitiva, podemos entender esse “sucesso” como uma explicação apaziguadora, isto é, que satisfaça, mesmo que temporalmente, os questionamentos e a falta de respostas sobre o massacre. O reconhecimento dessa impossibilidade em meio ao próprio esforço de estabelecer lógicas causais que deem conta de explicar o acontecimento seria um gesto paradoxal. Contudo, se tomarmos o êxito de sentidos como esse argumento pacificador – sem pretensões totalizantes –, chegamos à conclusão que se trata, na verdade, de um problema compreensivo segundo o qual nenhuma explicação é capaz de conformar.

Diz o editorial: “A hora é de luto e compaixão, mais que rompantes. [...] Ao poder público compete empreender investigação minuciosa da matança, para iluminar o que for possível sobre Realengo” (TIROS..., 2011, p. A2).

Mesmo que se ilumine “o que for possível”, ou ainda que se consiga explicar o acontecimento detalhe por detalhe, motivação por motivação, o momento é de “luto” e o massacre continuaria incompreensível, porque não nos é concebível que sujeitos ajam assim. É como se o acontecimento tensionasse as concepções que temos do mundo prático, impondo essa dificuldade à tessitura narrativa e também à interpretação da narrativa daquele acontecimento.

“Wellington é o grande culpado e o único que poderia revelar o “por quê?” (MACK; RISSO, 2011, p. A3). Parece bastante coerente a argumentação de que o atirador de Realengo

pudesse explicar, caso estivesse vivo, o que o levou a promover tamanho massacre. Contudo, ao levar adiante essa argumentação, *Folha* desconsidera que, ela mesma, vem argumentando em favor da suspeita de que Wellington tinha distúrbios mentais, o que poria em suspeita qualquer declaração do atirador. Teria ele condições mentais para compreender o que fazia? Ou, em termos jurídicos, para reconhecer o dolo das ações que empreendeu?

Obviamente, não está em jogo a pertinência e consistência argumentativas de *Folha*, mas o modo como o jornal constrói os limites dos esquemas causais que configura narrativamente. O suicídio de Wellington é considerado um impasse às pretensões explicativas sobre o acontecimento, como se o atirador portasse a chave do enigma, como se pudesse dizer qual foi a causa absoluta do massacre de Realengo. O que devemos nos questionar – algo que *Folha* não o faz – é até que ponto essas narrativas têm condições de encontrar e enredar a causa absoluta dos acontecimentos.

Se, como dissemos anteriormente, a aparente impossibilidade de estabelecer a textura causal do acontecimento é parte do tecer narrativo, então o desfecho da narrativa de *Folha* estará sempre em aberto, e o enigma do massacre de Realengo sem solução. No entanto, devemos lembrar que, como parte do tecer, a textura causal impedida também é parte de uma retórica, que, por sua vez, perde-se no jogo argumentativo empreendido por *Folha* em torno da causalidade do massacre – jogo esse, diga-se, “sem muita chance de sucesso”.

4.4.4 Explicações em conflito

Como ocorre na cobertura de *Veja*, o jornal *Folha de S.Paulo* aposta numa proposta causal que prepondera até ser substituída pouco a pouco pelo *bullying*, reforçado a partir dos vídeos gravados pelo atirador e divulgados pela polícia à imprensa. No caso de *Folha*, a loucura de Wellington é a tese inicial para explicar o massacre. Logo após o acontecimento, o periódico reúne diversos indícios da insanidade do atirador, configurando-o como um personagem atordoado, que desde cedo dava mostras de problemas mentais. O *bullying*, contudo, toma o lugar de todas as demais suspeitas e passa a orientar toda a construção daquela trama causal.

Graças à maior quantidade de colunistas e cartas de leitores publicadas, *Folha* abriga uma expressiva pluralidade de opiniões acerca da causa daquele acontecimento, tais como o fundamentalismo religioso e o acesso às armas. Com isso, passa-se a considerar relevante um maior número de indícios causais, ainda que num contexto de diversidade de pontos de vista

sobre o que ocorreu e por que ocorreu. Em raras ocasiões as propostas causais convergem num mesmo sentido.

A leitura da cobertura de *Folha* revela um acontecimento sob intensa disputa de sentidos, no interior de um debate disperso, uma narrativa de múltiplos percursos, levando a lugares distintos e mesmo opostos. Embora tenha tido um único desfecho, a morte de 12 crianças e o trauma de todos aqueles que testemunharam o assassinio, o massacre de Realengo foi escrito e reescrito por *Folha* sob diferentes explicações, envolto em questionamentos e respostas que se acumulam, se misturam e se confrontam.

Desse modo, no que diz respeito à leitura daquelas narrativas, as texturas causais, por serem tão divergentes entre si, só poderiam adquirir um caráter excessivamente provisório e dinâmico. A cada edição do jornal surgem novas explicações, muitas vezes a partir dos mesmos indícios causais, a exemplo do uso dos termos “fiéis” e “infiéis” na carta suicida, considerados ora evidências inquestionáveis do fanatismo religioso de Wellington ora dos distúrbios mentais graves do atirador.

O acontecimento de Realengo, aos poucos, vai se desenhando como aquilo que dificilmente terá apenas uma explicação. A cada vez que o jornal oferece a nós, leitores, uma nova história e, assim, outra tessitura causal, percebemos que determinadas questões ficarão necessariamente sem resposta. A persistência em recolher e considerar o maior número possível de evidências causais nos mostra tanto a insistência na tentativa de explicar o acontecimento quanto a difícil convivência com a impossibilidade causal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrevemos os últimos parágrafos dessa dissertação poucas semanas depois do mais recente massacre escolar de que se teve notícia. O jovem Adam Lanza, de 20 anos, tirou a vida de 20 crianças e seis funcionários da escola Sandy Hook, na cidade de Newtown, em Connecticut, nos Estados Unidos. Naquele 14 de dezembro, antes do massacre, o atirador havia matado a própria mãe. Logo depois da chacina, Lanza cometeu suicídio.

As primeiras notícias começaram a chegar pela internet e, em seguida, pela televisão. Novamente, experimentamos o sobressalto. Em meio a todas as sensações diante daquelas tristes narrativas sobre mais um bárbaro crime, o anseio por explicação está entre as que mais geram incômodo. Como na cobertura do massacre de Realengo, lemos e assistimos inquietos às narrativas, sem compreender como esses acontecimentos se produzem. E sem entender por que não cessam de acontecer.

Quando paramos para refletir sobre aquelas histórias, sobre a atividade jornalística de contar esses acontecimentos, recordamo-nos imediatamente das afirmações de Motta (2004): o mundo do jornalismo é o mundo da tragédia humana. Embora simples e quase óbvia, a asserção é precisa. O trabalho jornalístico consiste, em grande parte, em narrar acontecimentos trágicos, em enredar o agir e o sofrer humanos, provocando em nós toda a sorte de sensações.

Diante das histórias contadas por *Veja* e *Folha de S.Paulo* sobre o assassinio ocorrido em Realengo, estamos convencidos de que, mesmo inscritos em intrigas, os acontecimentos mantêm sua capacidade de nos afetar. Em parte porque também não perdemos nossa capacidade de nos deixar afetar por nossas experiências, ainda que mediadas por narrativas tão sobredeterminadas como as jornalísticas. Mas também porque, após essa extensa jornada acompanhados desses textos sobre o massacre, somos incapazes de relatar tudo o que sentimos durante as leituras.

Talvez seja interessante retomar aquilo que dissemos sobre as narrativas atuarem como vetores da experiência dos acontecimentos. Em que pese a carga semântica matemática do termo, indicando qualquer coisa portadora ou condutora, podemos pensá-las como grandezas abstratas cujo sentido advém na experiência. Ao mesmo tempo em que não podemos pensar nos relatos jornalísticos como aprisionadores do acontecimento, devemos lembrar que essas narrativas são, em geral, as maiores responsáveis por trazê-los, por configurá-los diante de nós, leitores e fruidores.

Com este trabalho, buscamos afirmar o jornalismo como atividade cultural socialmente demarcada, mas principalmente tomá-lo como instância provedora de narrativas e, portanto, produtora de sentidos sobre o que acontece em nossa experiência. Nessa perspectiva, buscamos perceber como ocorre a dinâmica configuradora desses acontecimentos, uma poética jornalística, principalmente no que diz respeito ao gesto explicativo intrínseco ao trabalho narrativo. Para tanto, percorremos alguns autores das chamadas teorias do jornalismo e exploramos o modo como a problemática das narrativas jornalísticas vem se desenvolvendo.

Fizemos também uma incursão por entre as teorias do acontecimento, dessa vez transbordando as abordagens internas à Comunicação. Buscamos compreender o acontecimento à luz do conceito pragmatista de experiência, bem como da perspectiva hermenêutica debruçada sobre a ideia de uma compreensão narrativa. Ao final desse percurso, voltamo-nos às narrativas de *Veja* e *Folha de S.Paulo* num movimento exploratório conduzido pelo interesse, ainda intuitivo, voltado às texturas causais configuradas por essas mídias para narrar e explicar aquele enigmático acontecimento.

Logo percebemos, em nossa exploração, que o acontecimento não sai incólume às narrativas. R. Darnton poderia ter razão ao afirmar que narrar é trazer mais para o acontecimento, mas não no sentido de que estes sejam obliterados pela narração jornalística. Narrar é trazer mais para o acontecimento porque implicar lhes trazer coerência, implica fazê-los concordar, costurando-os a outros elementos da trama e outros acontecimentos. Por isso podemos dizer que as narrativas jornalísticas nos fazem ver, nos fazem saber, mas também nos fazem compreender. Retomando Paul Ricoeur, em seu arco hermenêutico, a tripla operação mimética, com suas dimensões ética, poética e estética que incidem sobre a configuração narrativa do acontecimento, atua agora em nossa experiência com os acontecimentos não somente em sua dimensão mediada pelas formas de narrar ofertadas pelas mídias, mas também em uma experiência que nos é própria: a de reconfiguração, também operando narrativamente sobre o acontecimento.

Observar as tramas causais em que as narrativas inscreveram o acontecimento de Realengo é, de certo modo, tomar as relações de causalidade interpostas pela narrativa como mediações da experiência do acontecimento. Por meio das narrativas de *Veja* e *Folha*, o massacre nos chega costurado a texturas causais, organizado de maneira a fechar as lacunas de sentido – embora seja inevitável a qualquer entrançado, não importa o quão apertado tente ser, a manutenção de pequenas brechas.

Além de tomar o estabelecimento de relações de causalidade como parte do gesto poético de fazer concordar o acontecimento através da compreensão narrativa, é necessário percebermos o que esses esquemas explicativos revelam acerca das estratégias jornalísticas de validação do acontecimento narrado. Afinal, essas tessituras se constituem no bojo das estratégias jornalísticas para autenticar o que se conta. Se, à diferença da causalidade histórica, o jornalismo não está preocupado em justificar epistemologicamente suas texturas causais, subsiste ali uma pretensão de constituir esquemas que corroborem toda aquela atividade narrativa.

O que encontramos, no entanto, foi o próprio limite do gesto explicativo, ainda que orientado pelas estratégias jornalísticas de validação. É como se a tentativa de juntar os cacos da explosão do acontecimento, operada pela narrativa jornalística, resultasse sempre numa imagem com rachaduras, um desenho imperfeito do acontecimento. Essa não é uma falha dessas narrativas, mas seu apanágio.

Devemos acrescentar à concordância, intrínseca à atividade narrativa, seu par oposto, a discordância. Apesar das relações de causalidade, entendidas como estratégias jornalísticas ou apenas como parte da atividade poética, a incerteza é persistente e resiste aos esforços explicativos. A esse respeito, podemos recuperar nossa epígrafe e reiterar, com Ricoeur (2010c), o fracasso elementar que acompanha qualquer pretensão de dominar o sentido.

Ao contrário do que Ponte (2005) chegou a aventar, o jornalismo também se abre às incertezas, a exemplo da “reação” dos periódicos à impossibilidade causal. Convém, no entanto, perceber que as próprias incertezas possuem um lugar específico. Uma pequena lição deixada pelas narrativas de *Veja* e *Folha*, a nosso ver, diz respeito à pretensão que essas histórias demonstraram de explicar o acontecimento em sua totalidade. E, diante da impossibilidade de fazê-lo, tomaram o limite como desafio a ser transposto, um imperativo, até que o próprio duelo contra as incertezas termina sem vencedores, mas expondo todas as fragilidades explicativas do imperativo que anima essas narrativas.

Estamos convencidos da relevância das relações de causalidade para a atividade poética do jornalismo. Devemos reconhecer, no entanto, que tratar de uma poética jornalística do acontecimento requer um movimento maior e mais complexo, em que a vontade explicativa seja alvo de nossa observação tanto quanto outros aspectos da composição da intriga jornalística, como a própria constituição dos personagens do acontecimento.

As narrativas do massacre de Realengo buscam explicá-lo, mas não o fazem isoladamente. A explicação daquele acontecimento implica, necessariamente, a constituição

do atirador, Wellington Menezes de Oliveira, como um personagem daquela história, detendo, portanto, qualidades particulares adquiridas pela sua inscrição na intriga tecida e refigurada. Em diversos momentos na leitura daquelas narrativas, pudemos perceber uma interdependência entre o esforço explicativo do acontecimento e a própria tentativa de compreender aquele personagem, a quem é atribuído um papel crucial para dar sentido ao que ocorreu – tanto que sua morte é considerada empecilho às pretensões explicativas.

Isso não invalida as respostas obtidas acerca do modo como essas narrativas desenham tramas causais para explicar o acontecimento, revelando aspectos de uma poética do acontecimento, mas abre para questões tão relevantes quanto as que abrangem as relações de causalidade.

Outro aspecto importante sobre a atividade narrativa, em seu trabalho explicativo do acontecimento, refere-se às modalidades específicas de composição causal. A cobertura de *Folha* revelou não apenas uma diversidade de explicações, mas uma tensão interna ao dispositivo – se assim podemos dizer – em que diferentes interpretações do acontecimento se confrontam e se questionam, dando a ver uma série de tensões presentes naquela narrativa que merecem maior observação.

É relativamente fácil afirmar que *Folha de S.Paulo* teceu sua própria narrativa do massacre de Realengo. Mas em que medida podemos chamá-la de “própria”, posto que se constrói sobre bases não unívocas? Ou mesmo podemos falar em “narrativa”, no singular?

Como vimos, à dinâmica do acontecimento corresponde uma dinâmica narrativa. Embora a revista *Veja* tenha persistido em manter determinadas invariáveis naquela história, é inevitável que a história daquele acontecimento não siga rigorosamente um roteiro pré-estabelecido, sendo tensionada o tempo todo por reviravoltas. O acontecimento, em seu pulsar constante, pressupõe uma tessitura também constante.

A questão que permanece é por que essas reviravoltas ou mudanças de percurso se apagam na própria diacronia midiática. De um episódio para o outro, as narrativas de *Veja* e *Folha* seguiram em outra direção, muitas vezes sem se preocupar em demarcar o caminho de volta. Daí porque somos levados a concordar com a metáfora da espiral – e não circular – como modelo para compreender a narrativa e o modo como produz sentido.

Além dessas indagações, também permanecem abertas questões de cunho metodológico acerca da observação dessas narrativas. Diante de uma abordagem *lato sensu* da narrativa, esteada nos pressupostos de uma hermenêutica narrativa, devemos admitir de saída que nosso movimento foi *um* movimento possível entre outros, guiado pelo problema que colocamos à dimensão narrativa do jornalismo.

Poderíamos ter tomado cada texto como uma narrativa individual, ou mesmo cada conjunto de textos de uma edição como parte de uma única narrativa. Poderíamos também considerar, tanto a cobertura de *Veja* quanto a de *Folha*, partes de uma única narrativa jornalística composta por essas e outras coberturas. Contudo, foi necessário eleger o percurso que, a nosso ver, contemplava de maneira mais precisa o problema em questão a despeito das possíveis controvérsias.

Num plano teórico mais amplo, é certo que as teorias do jornalismo precisam buscar novos pressupostos e confrontá-los aos antigos para seguir em direção às narrativas jornalísticas que conformam nossa experiência com os acontecimentos. Buscamos, com este trabalho, oferecer contribuições para um caminho que já vem sendo percorrido por alguns autores no sentido de compreender a dimensão narrativa do jornalismo à luz da hermenêutica. E de trabalhar a noção de acontecimento numa confluência das abordagens pragmatista e hermenêutica.

Juntamo-nos a esses esforços teóricos e analíticos animados pelo problema ainda pouco colocado ao jornalismo, relativo à atividade de narrar e de modelizar a experiência dos acontecimentos. Não advogamos em favor do abandono das regras profissionais que ainda orientam parte das pesquisas sobre o jornalismo, mesmo porque constituem parte das evidências encontradas para entender os processos jornalísticos. Defendemos, sim, que o gesto compreensivo substitua a postura prescritiva que ainda define essa instância epistemológica.

Seria menos complexo, dos pontos de vista teórico e metodológico, enquadrar os elementos e estratégias das narrativas de *Veja* e *Folha de S.Paulo* como gestos sensacionalistas, explorando a crueldade e o sofrimento que marcam aquele acontecimento, ou como movimentos autoritários, imputando culpa a este ou aquele personagem e elegendo, sem critérios, as causas do acontecimento. Desse modo, correríamos o risco de perder as nuances daquela atividade narrativa, ou mesmo de ficarmos sem argumentos ante os questionamentos que ainda cercam, descrentes, as abordagens do jornalismo pela narrativa.

O problema da causalidade se mostrou, assim, pertinente tanto porque advém de uma abordagem da narrativa pelo viés que escolhemos, quanto porque é colocado com ênfase pelo acontecimento de Realengo. No entanto, compreender a dimensão narrativa do jornalismo, um problema muito maior e complexo do que poderíamos prever, permanece como um desafio para o campo da Comunicação, e mais especificamente para aqueles estudos preocupados com o modo como o jornalismo modeliza e intervém em nossa experiência, a

despeito de qualquer tentativa de desqualificar esse fenômeno, ou de tomá-lo como gesto autoritário de imposição não negociada de sentidos.

REFERÊNCIAS

- ABRIL, G. **Análisis crítico de textos visuales**: mirar lo que nos mira. Madrir: Síntesis, 2007.
- ALBUQUERQUE, A. A narrativa jornalística para além dos faits-divers. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 5, p. 69-91, 2000.
- ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 2005.
- ANTUNES, E. Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 25-40, jan/jun 2007.
- ANTUNES, E. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Galáxia**, São Paulo, v. 18, p. 85-99, 2009.
- ARQUEMBOURG, J. **Le temps des événements médiatiques**. Bruxelles: De Boeck, 2003.
- ARQUEMBOURG, J. Entre facto e sentido: contar o acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, n. 6, p. 109-112. 2005.
- ARQUEMBOURG, J. O mito de Pandora revisitado. In: DAYAN, D. **O terror do espetáculo**: terrorismo e televisão. Lisboa: Edições 70, 2009.
- ARQUEMBOURG, J. **L'événement et les médias**. Les récits médiatiques des tsunamis et le débat publics. Paris: Archives Contemporaines, 2011.
- BABO-LANÇA, I. **A configuração dos acontecimentos públicos**. O "Caso República" e as manifestações nos Açores em 1975. Coimbra: MinervaCoimbra, 2006.
- BABO-LANÇA, I. Introdução. **Caleidoscópio**, Lisboa, v. 10, p. 5-9, 2011.
- BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. São Paulo: Ática, 1990.
- BARTHÉLÉMY, M. Événement et espace public: l'affaire Carpentras. **Quaderni**, n. 18, pp. 125-140, 1992.
- BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. **Análise estrutural da narrativa**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, pp 19-62.
- BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.
- BENETTI, M. O jornalismo como gênero discursivo. In: 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 5, 2007, Sergipe. **Anais...** Sergipe: SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2007, p.1-15.
- BENETTI, M; FONSECA, V. P. S. **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.
- BERGER, C; TAVARES, F. M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, M; FONSECA, V. P. S. **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, p. 121-142.
- BIRD, E; DARDENNE, R. Mito, registo e "estórias": explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993, p. 263-277.
- BIRD, E; DARDENNE, R. Rethinking news and myth as story-telling. In: WAHL-JORGENSEN, K; HANITZSCH, T. **The Handbook of Journalism Studies**. London: Routledge, 2009, p. 205-217.

- BRAGA, J. L. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: PORTO, S. D.; MOUILLAUD, M (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2002, p. 321-334.
- BRAGA, J. L. Mídiação como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A.; ARAÚJO, D.; BRUNO, F. (orgs.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007, p.141-168.
- BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. Â.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Org.). **Mediação & Mídiação**. 1ed. Salvador/Brasília: EDUFBA/COMPÓS, 2012, p. 31-52.
- BORISENKOVA, A. Narrative Refiguration of Social Events. **Ricoeur Studies**, Vol 1, No 1, 2010, p. 87-98.
- BORRAT, H. El primado del relato. In: FONTCUBERTA, M; BORRAT, H. **Periódicos: sistemas complejos, narradores en interacción**. Buenos Aires: La Crujía, 2006, p. 313-346.
- CARVALHO, C. A. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporânea**, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2009.
- CARVALHO, C. A. A tríplice mimese de Paul Ricoeur como fundamento para o processo de mediação jornalística. In: XIX Encontro da Compós, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XIX Encontro Anual da Compós**. Rio de Janeiro: Compós/PUC Rio, 2010a. v. 01. p. 01-13.
- CARVALHO, C. A. Premissas para o tratamento teórico-metodológico do acontecimento apanhado pela trama noticiosa. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Claudio. (Org.). **Pesquisa empírica em comunicação**. 1 ed. São Paulo: Paulus, 2010b, p. 341-359.
- CARVALHO, C. A. Algumas reflexões sobre a dimensão epistemológica do jornalismo. In: CARVALHO, C. A.; BRUCK, M. S. **Jornalismo: cenários e encenações**. São Paulo: Intermeios, 2012, p. 17-26.
- CASADEI, E. B. A Construção de Personagens no Jornalismo: entre a matriz de verdade presumida e a imaginação das urdiduras de enredo. **Ciberlegenda**, v. 1, p. 77-91, 2010.
- CHAMPAGNE, P. La construction médiatique des "malaises sociaux". **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 90, décembre 1991. p. 64-76.
- CHAMPAGNE, P. L'événement comme enjeu. **Réseaux**, v. 18, n. 100, pp. 403-426, 2000.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.
- DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DARNTON, R. Writing news and telling stories. **Daedalus**, v. 104, n 2, p. 175-194, 1975.
- DEWEY, J. Experiência e natureza. In: **Coleção Os Pensadores – James/Dewey/Veblen**. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974, v. 40, p. 159-210.
- DEWEY, J. Ter uma experiência. In: DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 109-142.
- DEWEY, J. Concepções mudadas de experiência e razão. In: DEWEY, J. **Reconstrução em Filosofia**. São Paulo: Ícone, 2011, p. 85-100.
- FARRÉ, M. El noticiero como mundo posible In: FARRÉ, M. **El noticiero como mundo posible: estrategias ficcionales en la información audiovisual**. Buenos Aires: La Crujía, 2004, p. 101-135.

- FRANCA, V. R. V. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio**, v. 10, p. 59-72, 2011.
- FRANCA, V. R. V. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 39-51.
- GAGNEBIN, J-M. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. **Estudos Avançados**, n. 11, v. 30, 1997, p. 161-272.
- HOUAISS, Dicionário Eletrônico. Bulir. In: **HOUAISS Dicionário Eletrônico**. Rio de Janeiro: Objetiva, Instituto Antônio Houaiss, 2001. Mídia eletrônica.
- KOSELLECK, R. "Espaço de experiência e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In: KOSELLECK, R. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.
- LAGE, N. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1990.
- LEAL, B. S. **O jornalismo à luz das narrativas**: perspectivas e questões. No prelo.
- LEAL, B. S. Saber das narrativas: narrar. In: FRANÇA, V.; GUIMARÃES, C. (Org.). Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. 1ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006, v. 1, p. 19-28.
- LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2011.
- LIMA, L. C. A narrativa na escrita da história e da ficção. In: LIMA, L. C. **A aguarrás do tempo**: estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LINES, D. What is bullying? In: LINES, D. **The bullies**: understanding bullies and bullying. Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers, 2008.
- LITS, M. Le récit médiatique: un oxymore programatique? **Recherches en communication**, n° 7, p. 37-59, 1997.
- MARQUES, A. C. S. Acontecimento e criação de comunidades de partilha: o papel das ações comunicativas, estéticas e políticas. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 143-156.
- MEDITSCH, E. B. V. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, M; FONSECA, V. P. S. **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, p. 19-42.
- MICHEL, J. Narrativité, narration, narratologie : du concept ricoeurien d'identité narrative aux sciences sociales. **Revue européenne des sciences sociales**, Tomo XLI, n. 125, pp. 125-142, 2003.
- MELO, J. M. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.
- MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, pp. 35-51, 1993.
- MOTTA, L. G. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **E-Compós**, n. 1, v. 1, p. 1-26, 2004.
- MOUILLAUD, M. A informação ou a parte da sombra. In: PORTO, S. D.; MOUILLAUD, M (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: UNB, 2002a, p. 37-47.

- MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, S. D.; MOUILLAUD, M (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: UNB, 2002, p. 49-83.
- MOURA, M. B. **Os nós da teia**: desatando estratégias de faticidade jornalística. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- NORA, P. L'événement monstre. **Communications**, n. 18, pp. 162-172, 1972.
- NUNES, B. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: PRADO JR., B.; PESSANHA, J. A.; NEVES, L. F. B. et ali. **Narrativa**: ficção e história. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- PEIRCE, C. S. Escritos coligidos. In: **Coleção Os Pensadores – Peirce/Frege**. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp. 1-176.
- PONTE, C. **Para entender as notícias** - Linhas de análise de discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.
- QUÉRÉ, L. L'événement. In: BEAUD, M. et al. (Org.). **Sociologie de la communication**. Paris: Réseaux/CNET, 1997, p. 413-432.
- QUÉRÉ, L. Le public comme forme et comme modalité d'expérience. In: CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. **Le sens du public**. Publics politiques, publics médiatiques. Paris: PUF, 2003.
- QUÉRÉ, L. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, n.6, 2005, p. 59-75.
- QUÉRÉ, L. O carácter impessoal da experiência. In: LEAL, B. S.; MENDONÇA, C. C.; GUIMARÃES, C. (Orgs.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 19-38.
- QUÉRÉ, L. Les formes de l'événement. Pour un réalisme pragmatiste. In: I COLÓQUIO EM IMAGEM E SOCIABILIDADE “ACONTECIMENTO: REVERBERAÇÕES”, GRIS, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2011a, p. 1-24. (Mimeo)
- QUÉRÉ, L. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, n. 10, Lisboa, 2011b, p. 13-37.
- QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V.R.V.; OLIVEIRA, L (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-38.
- REBELO, J. Os acontecimento midiáticos como actos de palavra. **Revista Científica de Información y Comunicación**, n. 3, p. 17-28, 2006.
- REIS, J. C. Tempo, história e compreensão narrativa em Paul Ricoeur. **Locus**, v. 12, n. 1, Jan-jun 2006.
- RESENDE, F. A. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: LEMOS, A; BARBOSA, M; BERGER, C. (Org.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas**. Porto Alegre: Meridional, 2006, v. , p. 160-180.
- RESENDE, F. A. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e suas possibilidades de encontro. **Galáxia**, São Paulo, v. 18, p. 31-43, 2009.
- RESENDE, F. A. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, G.; KÜNSCH, D.; BERGER, C.; ALBUQUERQUE, A. (Org.). **Jornalismo Contemporâneo**: figurações, impasses e perspectivas. 1ed.Salvador: Edufba, 2011, v. , p. 119-138.
- RICOEUR, P. **Do texto à acção**. Ensaaios de hermenêutica II. Porto: Rés, 1989.

- RICOEUR, P. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991a.
- RICOEUR, P. Événement et sens. **Raisons Pratiques**, Paris, n. 2, p. 41-56, 1991b.
- RICOEUR, P. Le retour de l'événement. **Mélanges de l'Ecole française de Rome, Italie et Méditerranée**, v. 104, n. 1., p. 29-35. 1992.
- RICOEUR, P. Architecture et narrativité. **Urbanisme**, 303, nov.-dez., p. 44-51. 1998.
- RICOEUR, P. La vida: um relato em busca de narrador. **Ágora – Papeles de Filosofia**, v. 25, n. 2, p. 9-22, 2006.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a configuração do tempo na narrativa de ficção. Tomo II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. Tomo III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.
- RICOEUR, P. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. **Kriterion**, n. 125, Jun., p. 299-310, 2012.
- ROBERT, Le Nouveau Petit. Impassibilité. In: **ROBERT, Le Nouveau Petit**. Paris: Société Dictionnaires Le Robert, 2009. Mídia eletrônica.
- RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N (Org.). **Jornalismo**: Questões, teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993, pp. 27-33.
- ROMANO, C. Acontecimiento y mundo. **Persona y Sociedad**, v. 21, n. 1, p. 111-137, 2007.
- SCHUDSON, M. A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega, 1993.
- SCHUDSON, M. News as literature and narrative. In: SCHUDSON, M. **The sociology of news**. New York: W. W. Norton & Company, 2003, p. 177-193.
- SODRÉ, M. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem** – Notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.
- TUCHMAN, G. **Making news**: a study in the construction of reality. Nova Iorque: Free Press, 1978.
- TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N (Org.). **Jornalismo**: Questões, teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993a, p. 74-90.
- TUCHMAN, G. Contanto "estórias". In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega, 1993b.
- TRAQUINA, N. As histórias. Introdução. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega, 1993a, p.249-257.
- TRAQUINA, N. As notícias. In: TRAQUINA, N (Org.). **Jornalismo**: Questões, teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993b, pp. 167-176.
- VERÓN, E. La construction sociale des événements. **Periodística**, n. 2, p. 9-16, 1990.

VERÓN, E. **Construir el acontecimiento**. 3 ed. Barcelona: Gedisa, 2002.

WHITE, H. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, H. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da história**. São Paulo: Edusp, 1994.

Matérias citadas de *Veja* e *Folha de S.Paulo*

ATIRADOR de Realengo. **Folha de S.Paulo**, 17 de abr. de 2011, Opinião, A3.

AZEVEDO, Y. Massacre no Rio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 de abr. de 2011. Opinião, A3.

BETTI, R; LIMA, R. A. Bullying. Dor, solidão e medo. **Veja**, São Paulo, 20 abr. 2011, p. 88-94.

BRASIL et al. Cruel, aterrador e inexplicável. **Veja**, São Paulo, 13 abr. 2011, p. 81-85.

BRASIL, S. Lembranças que não se apagam. **Veja**, São Paulo, 25 mai. 2011, p. 120-123.

BRASIL, S. O retrato da mente de um monstro. **Veja**, São Paulo, 20 abr. 2011, p. 94-95.

BRISO, C. B.; LIMA, R. A. Vidas abreviadas. **Veja**, São Paulo, 13 abr. 2011, p. 86-88.

BRITO, D. Atirador disparou mais de 60 vezes. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 de abr. de 2011, p. C3.

CALLIGARIS, C. Realengo. **Folha de S.Paulo**, 14 de abril de 2011, Ilustrada, E16.

CAPRIGLIONE, L. Assassino não atirou a esmo, dizem ex-colegas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 de abr. de 2011. Cotidiano, C4.

CARELI, G. O que estes assassinos têm em comum. **Veja**, São Paulo, 13 abr. 2011, p. 94-95.

CASTRO, R. Inferno mental. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 de abr. de 2011, p. A2.

CATANHÊDE, E. Frio na espinha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 de abr. de 2011, p. A2.

D'ANGELO, L. Carta. **Veja**, São Paulo, 04 jan. 2012, p. 24.

DOR sem remédio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 de abr. de 2011. Cotidiano, C1.

EX-ALUNO entra em colégio, saca armas, atira em estudantes, mata 12 e se suicida. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 de abr. de 2011. Cotidiano, C1.

FREITAS, J. Uma outra providência. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 10 de abr. de 2011. Poder, A9.

FRÓES, R. A. Atentado no Rio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 de abr. de 2011. Opinião, A3.

JUNIOR, C. Famílias encaram trauma após massacre. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 de abr. de 2011. Cotidiano, C5.

JUNIOR, C.; GRELLET, F. Ligar ataque ao islã cria preconceito, diz xeque. **Folha de S.Paulo**, 14 de abril de 2011, Cotidiano, C6.

LOBATO, E.; CAPRIGLIONE, L. Segundo vizinhos e irmã, assassino era tímido e estranho. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 de abr. de 2011. Cotidiano, C3.

MACK, D.; RISSO, M. "School shooting in Realengo". **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 de abr. de 2011, p. A13.

NOGUEIRA, I. Começar de novo. **Folha de S.Paulo**, 18 de abr. de 2011, Cotidiano, C5.

PERDA súbita. Como enfrentar a morte de amigos e parentes assassinados? **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 de abr. de 2011. folhateen, p. 1.

PLANEJEI por ‘muitos meses’, diz atirador. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 de abr. de 2011, p. C4.

PLANEJEI por 'muitos meses', diz atirador. **Folha de S.Paulo**, 13 de abril de 2011, Cotidiano, C4.

RECEBEU alta hospitalar Thayane Monteiro. **Veja**, São Paulo, 22 jun. 2011, p. 50.

RETRATO da loucura. **Veja**, São Paulo, 28 dez. 2011, p. 102-103.

REWALD, F. “Só bullying não é capaz de explicar o massacre”. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 10 de abr. de 2011, p. C2.

REWALD, F. Só bullying não é capaz de explicar o massacre. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 10 de abr. de 2011. Cotidiano, C4.

ROTZSCH, R.; BRITO, D. Bullying é assunto central na série de gravações de atirador. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 de abr. de 2011, p. C5.

SEM TESTEMUNHAS, corpo de atirador é enterrado no Rio. **Folha de S.Paulo**, 23 de abr. de 2011, Cotidiano, C4.

SINGER, S. Exagerado! **Folha de S.Paulo**, 17 de abr. de 2011, Poder, A8.

TEIXEIRA, D. O efeito viral das matanças. **Veja**, São Paulo, 13 jabr. 2011, p. 96-100.

TIROS em Realengo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 de abr. de 2011. Opinião, A2.

TRAGÉDIA antecipa recolhimento de armas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 de abr. de 2011. Cotidiano, C5.